



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO

BRUNA LANA PRADO VELOZO BARROSO

A EDUCAÇÃO DO BRASIL COLÔNIA: O desenvolvimento sociocultural da Cidade
de São Sebastião do Rio de Janeiro a partir da atuação da Companhia De Jesus (1567-
1759)

RIO DE JANEIRO

2018

Bruna Lana Prado Velozo Barroso

A EDUCAÇÃO DO BRASIL COLÔNIA: O desenvolvimento sociocultural da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a partir da atuação da Companhia De Jesus (1567-1759)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Victor Andrade de Melo

RIO DE JANEIRO

2018

CIP - Catalogação na Publicação

BB277e BARROSO, Bruna Lana Prado Velozo
A EDUCAÇÃO DO BRASIL COLÔNIA: O desenvolvimento sociocultural da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a partir da atuação da Companhia De Jesus (1567-1759) / Bruna Lana Prado Velozo BARROSO. -- Rio de Janeiro, 2018.
130 f.

Orientador: Victor Andrade de Melo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA. 2. COMPANHIA DE JESUS. 3. COLÉGIO JESUÍTA. 4. RIO DE JANEIRO COLONIAL. I. Melo, Victor Andrade de, orient. II. Título.



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "**A educação do Brasil colônia: o desenvolvimento sociocultural da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a partir da atuação da Companhia de Jesus (1567- 1759)**"

Mestrando(a): **Bruna Lana Prado Velozo Barroso**

Orientado(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). Victor Andrade de Melo**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). Victor Andrade de Melo- Presidente

Prof(a). Dr(a). Libânia Nacif Xavier

Prof(a). Dr(a). Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma pesquisa não é nada fácil, principalmente quando se trabalha e estuda. Foram várias as privações e desgastes. No entanto, também, vários os momentos agradáveis e de aprendizado. Cabe, neste momento, expressar com sinceridade a minha gratidão àqueles que muito me auxiliaram na concretização de mais uma etapa de minha formação intelectual.

Ao meu marido Fábio Ferreira Barroso, agradeço o incentivo, a paciência, a compreensão pelas minhas ausências e a ajuda na busca de referências bibliográficas.

À minha amiga Giselle Machado, por ter me ajudado a ingressar no mestrado, fazendo a leitura do meu pré-projeto, indicando alguns caminhos que deveria seguir na pesquisa, tecendo críticas e ouvindo inúmeras vezes a apresentação que faria a banca, objetivando a aprovação.

Ao meu orientador Professor Dr. Victor Andrade de Melo, pelas contribuições, competência e profissionalismo. Sua orientação, sempre construtiva e gentil, foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

À banca de qualificação, composta pelas professoras Libânia Nacif Xavier e Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso, a quem reitero meus agradecimentos pela participação na banca de defesa.

Agradeço ainda a valiosa colaboração da professora Patrícia Coelho da Costa-PUC, por ter me indicado possíveis caminhos para essa dissertação, durante as aulas da disciplina História do Ensino Médio no Brasil.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, pelo profissionalismo e aprendizado. Aproveito para agradecer a todos da secretaria do PPGE, que estão sempre dispostos a ajudar no que for necessário, em especial a Solange Araújo, também conhecida como Sol, que irradia energias positivas.

Aos amigos que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, ora como psicólogos, ouvintes, duplas de trabalho, companheiros de eventos, são eles Rosaline da Silva, Priscila Trogo, Leila Patrícia, Daniel Vilaça, Mayara Oliveira, Simone do Valle.

Ao meu amigo Henrique Gribel, por ter me auxiliado na formatação do presente trabalho.

À minha amiga Mariana Diniz Cordella, pelo paciente trabalho de revisão da redação.

Finalizo os agradecimentos com um abraço muito especial a todos os familiares que estiveram comigo nessa longa caminhada que percorri.

O conhecimento tem como função enriquecer nossas vidas e nos conhecer melhor. A maioria das pessoas só consegue assimilar o conhecimento quando ele realmente significa algo para elas. Quando entendemos a audácia de suas construções, começamos a perceber que ele pode modificar para sempre nossa visão de mundo e tornar-nos pessoas novas.

Dietrich Schwanitz
(Cultura Geral, Exortação ao leitor, 2009)

RESUMO

BARROSO, Bruna Lana Prado Velozo. A Educação do Brasil Colônia: O desenvolvimento sociocultural da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a partir da atuação da Companhia de Jesus (1567-1759). Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

Este estudo teve por objetivo discutir o desenvolvimento sociocultural do Rio de Janeiro no Período Colonial (especialmente séculos XVII e XVIII) a partir da atuação da Companhia de Jesus, discorrendo sobre a intrínseca relação entre sua proposta educacional e o projeto colonial português, a construção da cidade sob a influência jesuítica, a organização e o papel social do Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro. Intentou-se entender como a cidade, o Colégio e a Ordem foram mutuamente se constituindo. Esses foram os questionamentos norteadores da investigação: Quais mudanças aconteceram mutuamente na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e na Companhia de Jesus? Por que os Jesuítas assumiram a hegemonia educacional? Como se estruturava o Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro? A dissertação está dividida em três capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro denomina-se “O projeto colonial da América Portuguesa”; o segundo, “A Formação da Cidade de São Sebastião nos Primeiros Séculos”; e o último, “Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro”. A pesquisa concluiu que o poderio exercido pela Companhia de Jesus na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro nos setores educacional, econômico, político, social e militar deveu-se aos privilégios dos religiosos perante a Coroa (graças à prática missionária e catequizadora); à acumulação de sesmarias e de bens imobiliários e à produção econômica de suas fazendas e engenhos, que abrangiam a pecuária, atividades agrícolas e manufactureiras. Além disso, deveu-se às incursões, em sua maioria, bem sucedidas sobre as tropas inimigas da Coroa Portuguesa, a fim de assegurar o monopólio português nas novas terras e aos serviços sociais (educação, saúde, hospedagem e lazer) que prestaram à população carioca. Trata-se de uma pesquisa histórica desenvolvida fundamentalmente a partir de literatura sobre a história da cidade e da presença dos jesuítas no Brasil Colonial.

Palavras-Chave: Educação no Brasil Colônia. Companhia de Jesus. Colégio Jesuíta. Rio de Janeiro Colonial.

ABSTRACT

BARROSO, Bruna Lana Prado Velozo. The Education of Brazil Cologne: The socio-cultural development of the City of São Sebastião of Rio de Janeiro from the performance of Companhia de Jesus (1567-1759). Rio de Janeiro, 2018. Dissertation (Master in Education) - Graduate Program in Education, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

This study aimed to discuss the socio-cultural development of Rio de Janeiro in the Colonial Period (especially 17th and 18th centuries), based on the work of the Society of Jesus, discussing the intrinsic relationship between its educational proposal and the Portuguese colonial project, the construction of city under the Jesuit influence, organization and social role of the Royal College of Arts of Rio de Janeiro. It was tried to understand how the city, the College and the Order were mutually constituted. These were the guiding questions of the investigation: What changes happened to each other in the city of São Sebastião do Rio de Janeiro and in the Company of Jesus? Why did the Jesuits assume educational hegemony? How was the Royal College of Arts in Rio de Janeiro structured? The dissertation is divided into three chapters, in addition to the introduction and conclusion. The first is called "The Colonial Project of Portuguese America"; the second, "The Formation of the City of São Sebastião in the First Centuries"; and the latter, "Royal College of Arts of Rio de Janeiro". The research concluded that the power exercised by the Society of Jesus in the city of São Sebastião do Rio de Janeiro in the educational, economic, political, social and military sectors was due to the privileges of the religious before the Crown (thanks to the missionary and catechizing practice); the accumulation of sesmarias and real estate, and the economic production of their farms and plantations, which encompassed livestock, agricultural and manufacturing activities. In addition, it was due to the incursions, for the most part, on the enemy troops of the Portuguese Crown, in order to ensure Portuguese monopoly in the new lands and social services (education, health, lodging and leisure) that they provided to the population from Rio. It is a historical research developed fundamentally from literature on the history of the city and the presence of the Jesuits in Colonial Brazil.

Keywords: Education in Brazil Cologne. Company of Jesus. Jesuit College. Rio de Janeiro Colonial.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** O Rio de Janeiro setecentista
- Imagem 2** Mapa do Rio de Janeiro
- Imagem 3** Propriedades da Companhia de Jesus na capitania do Rio de Janeiro
- Imagem 4** Reconstituição do Colégio

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Localização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro pertencentes à Companhia de Jesus, segundo algumas características e rendimento de aluguéis
- Tabela 2** Escravos dos Jesuítas distribuídos por fazendas e ou engenhos, Rio de Janeiro, 1759
- Tabela 3** Estabelecimentos de ensino dos Jesuítas no Brasil Colônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O PROJETO COLONIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA	24
2.1	O PROJETO COLONIAL PORTUGUÊS NO SÉCULO XVI	24
2.2	A FORMAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS	34
2.3	EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL COLONIAL	42
3	FORMAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS PRIMEIROS SÉCULOS	60
3.1	A FUNDAÇÃO	60
3.2	O MORRO DO CASTELO	66
3.3	A INFLUÊNCIA JESUÍTICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	74
4	REAL COLÉGIO DAS ARTES DO RIO DE JANEIRO	85
4.1	OS COLÉGIOS DO REINO LUSITANO	85
4.2	A ESTRUTURA	96
4.3	O MÉTODO PEDAGÓGICO	101
4.4	OS CURSOS OFERECIDOS	110
4.5	PÚBLICO-ALVO	113
4.6	SERVIÇOS SOCIAIS	114
5	CONCLUSÃO	117
	REFERÊNCIAS	120

1 INTRODUÇÃO

A pedagogia jesuítica é importante para a história da educação do Brasil Colonial, visto que sua influência não se prendia apenas ao campo educacional, tampouco somente ao Brasil. No entanto, a atuação da Companhia de Jesus ainda é um tema pouco estudado na área da educação, se comparado aos diversos outros momentos da história brasileira.

Thais Nivia de Lima e Fonseca afirma que nas obras analíticas sobre a historiografia brasileira, de uma forma geral, o Período Colonial tem sido particularmente privilegiado, sobretudo quando se trata de novos temas e abordagens. Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar a influência de determinadas vertentes, como a Nova História, na qual está inserida a História Cultural, campo em que tem sido feitas algumas das mais expressivas pesquisas sobre a História Colonial. Geralmente privilegiado pela historiografia brasileira, o Período Colonial não tem despertado muito interesse nos historiadores da educação há várias décadas, ao contrário do que ocorre com o Império e o Período Republicano (2009, p. 112).

Nos balanços historiográficos e coletâneas, são raros os trabalhos sobre a educação antes da Independência; mais raras ainda, obras inteiras a ela dedicadas. Para exemplificar, a autora levanta alguns dados acerca do assunto, mencionando-os nos congressos da área realizados nos períodos de 2000 a 2002. São eles: o *III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*¹ (Coimbra, 2000), *I Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais* (Belo Horizonte, 2001) e o *II Congresso Brasileiro de História da Educação*² (Natal, 2002). Nesses eventos, “a proporção de trabalhos que aludiram ao Período Colonial em relação ao total de inscritos e/ou apresentados apresenta a variante de 1,63% a 1,97%, contatando-se uma parcela mínima” (FONSECA, 2009, p. 112).

Anos depois, Fonseca escreveu o texto *História da Educação no Brasil: abordagens e tendências de pesquisa*, em que analisou 3.106 trabalhos inscritos nos seguintes eventos científicos e seus respectivos anos: *Congresso de Pesquisa e Ensino*

¹III CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: *Escolas, culturas e identidades*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação/Universidade de Coimbra, 2000; LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et.al. (orgs). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002;

²II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: *História e memória da educação brasileira*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

de *História da Educação em Minas Gerais* (2005, 2007, 2009), *Congresso Brasileiro de História da Educação* (2004, 2006, 2008), *Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação* (2004, 2006, 2008) e *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação* (2004 a 2008). Novamente, constata-se a predominância dos estudos voltados para o Período Republicano, principalmente entre a última década do século XIX e a primeira metade do século XX. Foram elaborados 2.518 trabalhos sobre a educação brasileira na República, o que representa 81% da produção levantada. O Império foi objeto de estudo de 483 trabalhos (15,6% do total); e o período colonial, apenas de 105 trabalhos (3,4% do total) (FONSECA, s/a, p. 8).

Bittar (2006) também observa que a produção científica brasileira sobre o Período Colonial não se dá na mesma intensidade dos outros períodos, assinalando que, a despeito da presença hegemônica dos Jesuítas no Brasil por 210 anos, especificamente com relação aos estudos da História da Educação, esse grupo é pouco estudado (INNOCENTINI HAYASHI; MASSAO HAYASHI; SILVA, 2007, p. 138). Segundo Hayashi (2007 p. 14), tal lacuna se dá por diversos motivos, dentre os quais, o próprio reconhecimento acadêmico: “Alguns temas e períodos são candentes e dão prestígio, a temática da educação jesuítica não desperta o mesmo interesse, embora tenha estado na gênese da formação da sociedade brasileira e de nela ter deixado marcas indeléveis”. Trata-se de uma hegemonia sem par na história do Brasil, mas que, como objeto de estudo, revela escassa produção de conhecimento.

Em vista de indagações sobre a escassez de estudos sobre história e educação no Brasil Colonial, uma das questões é o fato de que, na escolha de um determinado assunto, concorrem aspectos subjetivos, pois não se pode deixar de considerar a relação estabelecida entre os próprios pesquisadores. A escolha por este ou aquele tema, por este ou aquele grupo de pesquisa, implica na busca de reconhecimentos que, como se sabe, são conferidos pelos próprios pares. Por conseguinte, cria-se uma hierarquia entre o que é mais e menos importante a ser pesquisado (FERREIRA JÚNIOR, 2007):

Por situar-se num passado distante, requer do pesquisador a atenção sobre a gênese da sociedade brasileira, implicando afinidade com a história dos nossos primeiros séculos. Em decorrência, a questão das fontes é outro aspecto fundamental, na medida em que trabalhar com documentos antigos, escritos em linguagem distinta da nossa, exige gosto, dedicação e muita disciplina (*Ibid.*, p.15).

Dentre outras possíveis respostas para a escassez de pesquisas educacionais relacionadas ao Período Colonial no Brasil, está a dificuldade de acesso a obras históricas, manutenção e conservação desses materiais (que, em sua maioria, sofreram pelo desgaste do tempo e pela guarda inadequada), porque “no Brasil, só recentemente a cultura de arquivo de documentos e outras fontes tem sido colocada na pauta dos debates sobre a urgência de se criarem acervos de preservação” (GULLA, 2009, p.12). Dessa maneira, os custos de pesquisas acabam sendo mais elevados do que aqueles que possuem materiais de fácil acesso:

O pesquisador que prioriza este recorte temporal em suas pesquisas necessita de maiores investimentos, pois as iniciativas de digitalização de fontes primárias existentes no Brasil e no exterior e o financiamento para a pesquisa, através de agências de fomento, não conseguem quebrar todas as barreiras existentes para uma pesquisa histórica (SILVA; HAYASHI; BITTAR, 2007, p.4).

Logo, formulam-se muitas hipóteses sobre a pesquisa desse período, exceto que a área se encontra renovada pelos estudos desenvolvidos sobre a educação colonial, uma vez que,

Estudar a ação pedagógica dos Jesuítas implica sempre no enfrentamento de um problema teórico-metodológico de grande importância. Tratando-se de um tema pouco afeito a despertar indiferença, não é possível estudá-lo, minimizando a opção epistemológica. Pesa sobre o assunto a ideia um tanto quanto generalizada, segundo a qual o que havia para ser dito já o foi outrora, seja pelos seus defensores, seja por aqueles que realizaram a crítica destinada à sua desconstrução. De acordo com este julgamento, voltar ao tema seria uma tarefa destituída de sentido (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2007).

Uma pesquisa pode ser definida como uma atividade que busca respostas para determinados questionamentos. E ela compreende, não somente o ato de pesquisar, mas os métodos para sua concretude. Minayo (1993, p.23) caracteriza a pesquisa como: “uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade, constituindo-se em uma atitude e prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”. Sendo assim, “é uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Em outras palavras, a pesquisa é uma atividade inacabada, pois ao seu resultado não se deve atribuir verdade absoluta, uma vez que as descobertas são sempre renovadas. Dessa maneira, torna-se conveniente retomar o estudo da ação pedagógica

inaciana no período colonial, a partir de autores já consagrados pela historiografia, a exemplo de Serafim Leite. Entendendo que um novo olhar e enfoques para antigas e novas referências a respeito da temática contribuem para o avanço científico na área da História da Educação Brasileira.

Na pesquisa histórica, segundo Moreira e Caleffe,

[...] o pesquisador sistematicamente investiga, analisa documentos e outras fontes sobre um determinado problema, comportamento ou evento ocorrido no passado. Ele assim o faz para determinar como a história influenciou as práticas atuais, para predizer tendências ou para sugerir maneiras pelas quais as práticas atuais podem ser modificadas à luz de eventos da história. A moderna pesquisa histórica tende a enfatizar mais a interpretação do que o mero relato dos dados (2008, p.75).

O método de pesquisa histórica caracteriza-se como uma abordagem sistemática, por meio de coleta, organização e avaliação crítica de dados que têm relação com ocorrências do passado (WOOD; LOBIONDO, 2001). Borenstein (1995, p. 576-577) aponta as seguintes etapas necessárias para o desenvolvimento de um trabalho histórico:

- a) levantamento de dados;
- b) avaliação crítica destes dados;
- c) apresentação dos fatos, interpretação e conclusões.

Sendo assim, a pesquisa será histórica, visto que pretende investigar e analisar as fontes, a fim de dar a elas novas interpretações sobre a temática. Para isso, é necessário compreender que um dos objetivos da investigação histórica é lançar luzes sobre o passado para que este possa clarear o presente, inclusive levando a perceber algumas questões futuras.

termos de referências recentes, que abrangem o hoje e o agora, com perspectivas sociais, teóricas, ou uma concepção de vida, de mundo [...] e trabalhar por este ângulo é trabalhar a história de ‘uma forma’, reconhecendo que nela existe toda uma diversidade de abordagens (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 577).

Segundo Pinsk, “as fontes históricas são o material os quais os historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos” (2005, p.7). A utilização das fontes históricas não busca as origens ou a verdade de tal fato, mas sim entendê-las como registros e

testemunhos dos atos históricos. Mendonza (2000, p. 98) considera fonte como qualquer documento científico ou histórico, que possibilite a reconstrução racional de um processo de pesquisa. Sendo assim, o estudo analisou documentos escritos (as Constituições da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum* e cartas oficiais trocadas entre os governantes da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e a Corte Portuguesa). Para a produção do conhecimento, é imprescindível entender que:

[...] O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

[...] Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2).

A análise levará em conta o contexto histórico em que foi produzido o documento, o universo sócio-político do(s) autor(es) e daqueles a quem foi destinado, compreendendo que tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, suas refutações, reações e, ainda, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais fazem alusão, etc. “Pela análise do contexto, o pesquisador coloca-se em excelentes condições para compreender as particularidades da forma de organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função dos valores modernos” (CELLARD, 2008, p. 8-9).

A pesquisa foi, então, desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico com base em dados (Bibliotecas digitais de teses e dissertações: CAPES, UFF, UFRJ, UNICAMP, UFSCar, UFBA e PUC-RJ, Scielo, Anais da Biblioteca Nacional, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Google Acadêmico), utilizando os seguintes descritores: “Companhia de Jesus”, “*Ratio Studiorum*” “Educação Jesuítica”, “Colonização do Brasil”, “Projeto Colonial” e “Rio de Janeiro Colonial”. Os artigos foram agrupados em uma tabela de acordo com os descritores para melhor organização e visualização. Também foram examinados outros textos escritos, como será apresentado mais adiante.

Como discutido anteriormente, a pesquisa sobre a educação colonial não desperta tanto interesse nos cientistas da área de Educação porque há uma crença de que tudo que tinha para ser dito a respeito já foi outrora enunciado. A presente pesquisa segue na contramão desse pensamento por considerar que ainda há muitas interpretações a serem feitas sobre o período jesuítico. É necessário dar outros enfoques ao período dominado pela instrução inaciana, não se limitando somente à relação entre a Educação e o Estado e às Reformas Pombalinas, que até hoje permeiam as propostas de estudo.

Pensando nisso, optou-se por apresentar um trabalho que visa mostrar que, além da área educacional, a Companhia de Jesus atuou também nos campos políticos, econômicos e sociais no Brasil colonial, especificamente na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Por diversas razões, que serão apresentadas no decorrer desta pesquisa, foi esse grupo e não outra denominação religiosa que assumiu a hegemonia da educação na cidade do Rio de Janeiro.

O estudo do tema foi motivado, a princípio, pelo contato da pesquisadora com a Educação Jesuítica durante o Período de Estágio Supervisionado no Colégio Santo Inácio (12/03/2010 a 28/11/2010), localizado em Botafogo, no Rio de Janeiro. Após o término da graduação em História, foi iniciada pós-graduação *Lato Sensu*, na Faculdade de São Bento, do Rio de Janeiro, na área de História do Brasil Colonial, resultando no trabalho monográfico denominado *A Educação do Brasil Colônia: Um estudo de caso sobre o Colégio Jesuíta do Morro do Castelo*; seguida da pós-graduação *Lato Sensu*, na mesma instituição, na área de Ciências da Religião, que teve como tema monográfico a *Aplicação do Método Pedagógico Jesuíta* durante o período do Brasil Colônia, dando continuidade à pesquisa anteriormente realizada nos anos de 2015 e 2016.

No mestrado, a temática “Educação Jesuítica na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” continuou norteando a pesquisa, porém a partir de uma abordagem mais ampla, com a inserção de novas fontes e novos enfoques. O estudo passou, então, a ter por objetivo discutir o desenvolvimento sociocultural do Rio de Janeiro no Período Colonial (especialmente séculos XVII e XVIII) a partir da atuação da Companhia de Jesus, discorrendo sobre a intrínseca relação entre sua proposta educacional e o projeto colonial português, a construção da cidade sob a influência jesuítica, a organização e o papel social do Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro. Intentou-se entender como a cidade, o Colégio e a Ordem foram mutuamente se constituindo.

Levando em conta essas considerações iniciais, os questionamentos norteadores da investigação traduzem-se nas seguintes perguntas: Quais mudanças aconteceram mutuamente na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e na Companhia de Jesus? Por que os Jesuítas assumiram a hegemonia educacional? Como se estruturava o Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro? Que influência o colégio exercia na cidade?

O recorte temporal delineado (1567 a 1759) justifica-se por dois marcos importantes da História da Companhia de Jesus. Como afirma Veiga (2003), “a periodização não é apenas um simples recorte de tempo, faz parte da própria história do objeto. Logo, deve ser significativa para sua configuração e explicação”. Nesse sentido, o recorte, igualmente, retrata momentos de transformações. A escolha pelo ano de 1567 como data inicial justifica-se por representar um marco para a instituição, pois é o ano da criação do primeiro colégio Jesuíta na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. E, no ano de 1759, ocorreu a expulsão da Companhia de Jesus de todas as possessões portuguesas, em virtude da Reforma de Marquês de Pombal.

A pesquisa encontra-se dividida em três capítulos, além da introdução e da conclusão. Nesta parte introdutória, consta o resumo dos capítulos, a discussão teórico-metodológica e a justificativa. Na sequência, o primeiro capítulo, “O projeto colonial da América Portuguesa”, aborda o contexto social, cultural e político que originou a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, tendo sido aprovada pelo Papa Paulo III, em 1540, por meio da bula papal *Regimini militantis ecclesiae*, demonstrando que a congregação surgiu em uma época de lutas religiosas e conquistas de novas terras. Discorre, ainda, sobre o projeto colonial português no Brasil, ressaltando a importância das duas instituições básicas que, por sua natureza, foram destinadas a organizar a colonização nas novas terras: o Estado e a Igreja Católica, e contempla a educação inciana no Brasil colonial, apresentando as duas fases distintas do período educacional jesuítico.

No tocante ao Projeto colonial Português, foi utilizado como referência base o livro *História Concisa do Brasil*, de Boris Fausto (2014), pois o autor defende que o Estado e a Igreja Católica foram duas instituições destinadas a organizar a colonização do Brasil. Ele apresenta, também, a política da metrópole portuguesa, fundamentada no trabalho escravo e no comércio colonial primário-exportador. Com a finalidade de reafirmar a defesa de Boris Fausto, tomou-se como referência, ainda, o autor Arno Wehling, que afirma:

A incorporação da nova terra consolidava-se, portanto, em meados do século XVI, pela via política, com a ampliação do número de instituições portuguesas no Brasil, pela via econômica, com o aumento das exportações de açúcar e extração do pau-brasil e pela via religiosa, com a organização do clero secular e o estabelecimento de uma ordem francamente militante como a dos Jesuítas (WEHLING, 2005, p. 48).

Além dos já mencionados, outros autores que corroboram esses pensamentos são: Solange Aparecida Zotti, Priscila Kelly Cantos, Demerval Saviani e Franco Cambi. Paiva e Neves também foram obras consultadas para esclarecer atuação dos jesuítas através da catequese, no projeto da colonização.

O presente trabalho utiliza o *Dicionário do Brasil Colonial* de Ronaldo Vainfas (2001, p. 326) para conceituar os jesuítas, segundo o qual,

Jesuítas: membros da ordem religiosa formada em torno de Inácio de Loyola, posteriormente canonizado, aprovada em 1540 pela bula papal *Regimini militantes ecclesiae* do Papa Paulo III, cuja atuação foi fundamental na América. A Companhia de Jesus surgiu após a ruptura da cristandade ocorrida com a Reforma protestante no ambiente de renovação da vida espiritual da Europa Ocidental, inspirada pela devoção moderna das primeiras décadas do século XVI. [...] A originalidade, porém, de Inácio e seus companheiros iniciais, na maioria, espanhóis como ele, ultrapassava em muitos detalhes. Tendo estudado na Universidade de Paris, foram, a princípio, movidos pelo espírito de cruzada medieval, com o qual pretendiam partir para a Terra Santa a fim de converter os infiéis. Contudo, a formação letrada de que estavam dotados, baseada no estudo dos clássicos da Antiguidade, logo abriu outros horizontes. Regidos por uma originalíssima administração colegiada, ao longo da segunda metade do século XVI, desenvolveram estratégia própria para difundir a fé através do uso do conhecimento, embora sempre experimentada e corrigida pelos resultados obtidos na prática. No Brasil, o primeiro grupo, liderado por Manuel da Nóbrega, chegou em 1549, na comitiva de Tomé de Souza, primeiro governador-geral (VAINFAS, 2001, p. 326).

A fim de entender em qual contexto foi criada a Companhia de Jesus, quais eram seus ideais, como o corpo se organizava, quais eram os documentos que regiam a Ordem e como eram as atividades educacionais, foi analisado um conjunto de estudos sobre o assunto, podendo destacar as obras de Ferreira Júnior (2007), Franco (2006), Carvalho (1996), Jonathan (2006), Vainfas (2001), Leite (2004), Pedro (2018), Casimiro (2009), dentre outros.

Em relação às atividades educacionais, vale ressaltar que não figuravam entre os primeiros propósitos da Companhia, mas, aos poucos, foram se tornando uma das principais atividades exercidas pelos padres inicianos em todo o mundo, tornando-se o

mecanismo mais eficiente de propagação da fé cristã, principalmente aos povos recém-conquistados.

Saviani, ao tratar da colonização e da educação nos seus primórdios, compreende que “a inserção do Brasil no chamado mundo ocidental se deu [...] por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese” (SAVIANI, 2013, p.26). Tendo como embasamento esse pensamento, a terceira parte do primeiro capítulo, denominada “A Educação Jesuítica na América Portuguesa”, objetiva mostrar as diferentes fases da educação institucionalizada pelos religiosos e seus fins, como também a simbiose entre educação, colonização e catequese, para, posteriormente, no capítulo três, focar nos colégios da Companhia, mais especificamente o do Rio de Janeiro. Para a escrita desta parte, uniram-se vários pensadores: Assunção (2007), Del Priore (1997), Paiva (2011), Wrege (1993), Saviani (2013), Cantos (2009), Taldivo (2014), Zotti (2017), Ferreira Júnior; Bittar (2005), Casimiro (2002), Romanelli (2014), Silva; Bittar; Hayashi (2007), Oliveira (2014), Nagel (1996) e Neto (2006).

Por fim, com o intuito de analisar as missões jesuíticas e a política de aldeamentos nas terras recém-descobertas da América Portuguesa, que tinham como objetivo converter os pagãos à fé cristã no decorrer dos séculos XVI e XVII, foram utilizados autores como Brust (2007), Tavares (1995), Santos (2005).

No capítulo dois, denominado “A Formação da Cidade de São Sebastião nos Primeiros Séculos”, são analisados o contexto histórico em que se deu a fundação da cidade de São Sebastião e as motivações que levaram a Coroa a escolher o Morro do Castelo como local definitivo para o assentamento da cidade. Essa parte mostra também a intervenção espacial das ordens religiosas na cidade, ressaltando a dos Jesuítas e analisando a influência político-militar-econômica que os inicianos exerceram durante o período colonial, esclarecendo que não foi só na esfera educacional que os Jesuítas atuaram. São expostos, ainda, os conflitos entre a Companhia de Jesus, a Coroa Portuguesa, as autoridades da cidade e seus habitantes, que contribuíram para a sua expulsão do domínio português.

No que diz respeito à construção da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, pode-se destacar no presente trabalho a obra de Nireu Cavalcanti, intitulada *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade até a chegada da Corte*, em especial, o primeiro capítulo, denominado “A muralha mesológica”; e o terceiro, “A muralha jesuítica e as terras da Câmara de Vereadores”. Na primeira parte do livro, o

autor apresenta os fatores que condicionaram a formação e o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. No terceiro, é possível analisar as propriedades jesuíticas e a ascensão da ordem na cidade, como também os conflitos, principalmente, entre a Companhia de Jesus e a Câmara dos Vereadores, decorrentes das demarcações dúbias das terras, feitas quando da fundação. Além disso, o professor mostra alguns posicionamentos dos religiosos diante de questões que acabaram por estremecer as relações dos inacianos com a Corte portuguesa, com as classes mais abastadas da cidade e com alguns políticos, contribuindo para a expulsão deles da urbe.

Outra obra que merece destaque nesta parte da pesquisa é *Rio de Janeiro: cinco séculos de História e Transformações urbanas*, organizada por Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, especificamente os seus três primeiros capítulos, intitulados cronologicamente: *A cidade e o Tempo: o Rio de Janeiro através dos séculos*, de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro; *Rio Capital da Colônia*, de Nireu Cavalcanti; e *São Sebastião do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII*, de Fania Fridman. Os três autores tiveram a preocupação em apresentar a História da cidade colonial, destacando seus aspectos físico, econômico e social. No entanto, os textos de Nireu Cavalcanti e Fania Fridman, diferem do outro autor apresentado, uma vez que dissertam a respeito da organização espacial da cidade do Rio de Janeiro a partir da presença e dominação dos religiosos, destacando a atuação dos jesuítas.

Autores como Paulo Cezar de Barros (2002), Lysia, Bernades (1990), Doria (2012), Cavalcanti (2004) e Fania Fridman (2017) apresentaram os fatores que fizeram do Morro do Castelo o sítio definitivo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, destacando, principalmente, sua função defensiva. Esses autores também nos mostram os problemas decorrentes da ocupação do monte, que limitavam o crescimento e o fluxo da cidade e por esse motivo levaram a população a se deslocar para a parte baixa da cidade, contribuindo para a sua expansão.

Com o objetivo de analisar com mais riqueza de detalhes a influência exercida pela Companhia de Jesus na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, também foi examinado o livro da autora Fania Fridman, denominado *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*, no qual a autora assevera que os Jesuítas foram os maiores proprietários de terra no Rio Colonial até sua expulsão de todas as colônias portuguesas em 1759 (2017, p. 235).

Ainda com o propósito de entender o poder exercido pela Companhia de Jesus na cidade, foram explorados os textos *Uma só ordem religiosa, duas coroas: os*

colégios da companhia de Jesus do Rio de Janeiro e de córdoba (séculos XVI-XVIII), de Eliane C. Deckmann Fleck e Marcia Amantino; *Poder e Relações sociais na prática missionária no Rio de Janeiro colonial*, de Maria Regina Celestino de Almeida; *Lugares índios e limites fluminenses: a mediação jesuítica na construção do Rio de Janeiro Colonial*, da autora Eunícia B. B. Fernandes e *Os jesuítas e seus escravos na capitania do Rio de Janeiro no século XVIII*, de Márcia Amantino, os três últimos encontrados no livro *A Companhia de Jesus na América* (2003). E, ainda, o livro de Paulo de Assunção (2009), *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*, no qual o autor apresenta os bens e as atividades remuneradas da Companhia de Jesus.

O livro *1565, enquanto o Brasil nascia: a aventura de Portugueses, Franceses, Índios e Negros na Fundação do País*, de Pedro Doria, dialoga com os autores apresentados, mas o que o diferencia dos outros é a sua linguagem, mais jornalística, narrando alguns eventos importantes na formação da cidade nos seus primeiros séculos, com riquezas de detalhes, que pareceu oportuno apresentar nesta pesquisa.

O terceiro capítulo, intitulado “Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro”, realiza um panorama das instituições de ensino da Ordem Jesuítica na Europa e no Brasil, enfatizando o Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro – localização, estrutura física, a metodologia pedagógica, cursos oferecidos, serviços prestados e o público-alvo – e a estreita relação entre o colégio e a cidade nos primeiros séculos, destacando, especialmente, sua importância enquanto centro de formação, de difusão e produção de conhecimentos, como comprovam os acervos de suas bibliotecas e boticas.

Dessa forma, o capítulo inicia-se apresentando os Colégios pertencentes à Companhia de Jesus, nos primeiros séculos, utilizando para o debate autores como Saviani (2013), Franzen (2005), Leite (2004), Holler (2006), Costa (2007), Carvalho (1992), Santos (2011), Casimiro (2002), Fleck (2013) e Polleto (2015).

Como fontes, também aparecem neste estudo documentos da Companhia de Jesus, dentre eles: o *Ratio Studiorum* e as Constituições da Companhia de Jesus. Do *Ratio*, foi utilizada a tradução feita pelo autor Franca (1952); já para a análise das Constituições, foi lida a edição de 2004 publicada pela editora Loyola. O primeiro documento disserta a respeito da pedagogia inaciana. É nele, por exemplo, que aparecem as normas, regras, didáticas de ensino, entre outras, que serviram para nortear as ações pedagógicas dos colégios pertencentes à Ordem. O segundo são documentos elaborados pelos seguidores de Inácio de Loyola, com a finalidade de formar novos

integrantes, conservar a tradição, formar o caráter dos inacianos, pensar as práticas catequéticas, missionárias e pedagógicas.

Para análise sobre o Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro, utilizaram-se como principais referenciais os Tomos I, VI e VII da obra de Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* e a autora Anna Maria Monteiro de Carvalho e seu texto “Utopia e realidade: Real colégio de Jesus da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, que, apesar de não serem obras recentes, são as que detêm o maior quantidade de informações a respeito do Colégio do Rio. Adotou-se, ainda, o texto de Rachel Silveira Wrege, denominado *O Colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e suas Peculiaridades*, apresentado no IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” de João Pessoa, no ano de 2012.

Por último, tem-se a conclusão, que traça algumas considerações finais sobre esta pesquisa.

2 O PROJETO COLONIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

2.1 O PROJETO COLONIAL PORTUGUÊS NO SÉCULO XVI

O projeto colonial da América Portuguesa estava inserido no contexto do século XVI, marcado pela efervescência de novos acontecimentos, tais como, conquista de novas terras, expansão marítima europeia, Reforma e Contrarreforma religiosas. Dessa forma, a Companhia de Jesus torna-se um dos mais importantes instrumentos para preservar a ordem estabelecida nas terras recém-conquistadas e, principalmente, para justificar ideologicamente o processo de expansão marítima-comercial-religiosa no novo mundo. A educação jesuítica assume o papel central na colonização do território brasileiro, uma vez que torna a dominação possível e legal, pois estava inserida no contexto evangelizador.

De acordo com Boris Fausto, as duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Uma estava ligada à outra, sendo o catolicismo reconhecido como religião do Estado. Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos como mão-de-obra e estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade ou por ambas as coisas (FAUSTO, 2014, p.29).

Ainda de acordo com o autor, o papel da Igreja tornava-se relevante, pois tinha em suas mãos a educação das pessoas, o “controle das almas”, instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e mais restritamente de obediência ao poder do Estado. O papel da instituição não se limitava a isso, ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e óbito. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de vida decente e a partida sem pecado deste “vale de lágrimas” dependiam de atos monopolizados pela igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão, a extrema-unção na hora da morte e o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão “campo santo” (*Ibid.*, p.29). A Igreja Católica, na colônia, passou a ser representada pelas diversas ordens religiosas, como franciscanos e beneditinos, das quais se destacara a Companhia

de Jesus, que exerceu um papel eminentemente colonizador no Brasil, e para tanto, passou a receber subsídios do Estado português (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 383).

Neves (1978, p. 29) afirma que a cruz, quando da chegada dos portugueses ao Brasil, não era apenas um símbolo de posse da terra pelos portugueses, mas o símbolo que define a colônia como efetivamente cristã, por isso, Fé e Império são indistintos. A cruz simboliza a civilização, efetivamente “plantada”, que afastará a “natureza bruta” (inculta) do “povo” que nela habita. A ideologia cristã orienta o encaminhamento das questões seculares, buscando a igreja um ponto de interseção entre os seus interesses e a realidade sobre a qual pretende imprimir sua marca.

Essa estreita relação entre Igreja e Estado deu origem a uma prática conhecida como padroado, ou seja, a fé tornava-se um setor burocrático do poder estatal. O padroado consistia em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a coroa promovesse e assegurasse os direitos e a organização da Igreja em todas as terras recém-descobertas. O rei de Portugal ficava com o direito de recolher o tributo devido pelos fiéis, o dízimo. Em contrapartida, a Coroa deveria remunerar o clero, controlar a nomeação das autoridades religiosas, erigir igrejas, mosteiros, enviar missionários, decretar censura e regras eclesiásticas (FAUSTO, 2014). A política colonial foi, portanto, uma espécie de dualidade de interesses, ora religiosos, ora estatais, que se viram unidos através da inserção do padroado. Sendo assim, expandir o domínio português pressupunha uma expansão da fé sem deixar de lado os interesses econômicos do Estado.

Desde a chegada de Pedro Álvares Cabral (1500) até a declaração de Independência (1822), o Brasil esteve sob o domínio de Portugal, sendo, assim, sua colônia³. Nos primeiros anos de colonização, Portugal não se mostrou tão interessado em dominar a parte que lhe cabia na América do Sul, realizando apenas expedições com o objetivo de extrair o pau-brasil com auxílio dos índios e policiar o litoral. E isso se deveu, principalmente, a alta lucratividade comercial que possuía nas índias. Somente por volta de 1530, diante da crise do Oriente e a pressão francesa na América, Dom João III enviou ao Brasil a expedição de Martim Afonso de Sousa com o objetivo de ocupar as novas terras. O comandante deveria expulsar os corsários, explorar o litoral

³ Segundo LaimaMesgravis (2015, p.9), o termo *colônia* designa a posição jurídica de um país que é posse de outro (a metrópole), que, por sua vez tem autoridade sobre ele do ponto de vista político, administrativo e, sobretudo econômico – o que significa exploração das riquezas da colônia em benefício da metrópole.

em busca de metais preciosos e fundar o primeiro núcleo colonial, e assim foi fundada, em 1532, a vila de São Vicente, no Estado de São Paulo.

Nesse mesmo período, Dom João III decide impulsionar a colonização brasileira, iniciando um processo de distribuição de terras. Essas terras receberam o nome de “Capitanias Hereditárias”. O rei tinha como objetivo, ao distribuir os lotes, tornar possível o povoamento, a defesa e a propagação da fé nas novas terras, já que não possuía recursos para arcar sozinho com as despesas da colonização. O Brasil foi dividido, então, em quinze lotes de terras, os quais foram entregues aos 12 fidalgos da pequena nobreza que possuíam condições financeiras para arcar com os custos da ocupação e que ficaram conhecidos como capitães donatários. A atribuição de doar sesmarias deu origem à formação de vastos latifúndios. A posse dava aos donatários extensos deveres e poderes tanto na esfera econômica e na arrecadação de tributos quanto na esfera administrativa.

Sobre as capitanias, observa-se neste trecho da carta de El-Rei, endereçada a Martim Afonso de Souza, em 1532:

Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda a costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitanias em terra dela... depois fui informado que de algumas partes faziam fundamentos povoar a terra do dito Brasil... determinei demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania, e antes de se dar nenhuma resposta, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pêro Lopes, vosso irmão, cinquenta, nos melhores limites dessa costa (SILVA, 1990, p.57).

Martin Afonso de Souza, o primeiro a ser agraciado com terras, instalou o engenho de cana-de-açúcar em São Vicente, no ano de 1533, inaugurando, assim, a base econômica da colonização portuguesa no Brasil. Os engenhos multiplicaram-se rapidamente pela costa brasileira, principalmente na região do Nordeste (Pernambuco e Bahia), que passou a concentrar a maior produção de açúcar da colônia. Essa produção voltava-se exclusivamente para a exportação e, por gerar elevados lucros, comandava a economia colonial. Outras lavouras desenvolveram-se, secundariamente, como por exemplo: o algodão, o tabaco e as drogas do sertão. Essas atividades eram realizadas pela mão-de-obra escravizada indígena, inicialmente, e posteriormente, africana. É importante destacar que essas atividades possibilitaram o povoamento e a defesa das novas terras. Pode-se concluir, portanto, que a prática agrícola no Brasil se assentava sobre um latifúndio monocultor, escravista e exportador.

Segundo Freyre (2017), no Brasil, as grandes plantações foram obra não do Estado colonizador, mas de corajosa iniciativa particular.

[...] Esta é que nos trouxe pela mão de Martim Afonso, ao Sul, e, principalmente, de um Duarte Coelho, ao Norte, os primeiros colonos sólidos, as primeiras mães de família, as primeiras sementes, o primeiro gado, os primeiros animais de transporte, plantas alimentares, instrumentos agrícolas, mecânicos judeus para as fábricas de açúcar e escravos africanos para o trabalho de eito e de bagaceira [...]. Foi a iniciativa particular que, concorrendo às sesmarias dispôs-se a vir povoar e defender militarmente, como era a exigência real, as muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecundaria. (FREYRE, 2017, p.80).

O sistema de capitânicas fracassou no Brasil, principalmente, devido à grande extensão dos lotes de terras – talvez essa tenha sido a principal razão de seu insucesso. A carência de recursos suficientes para fundar os estabelecimentos no interior permitiu apenas que o sistema se firmasse na região costeira. Além disso, a enorme distância que separava as capitânicas da metrópole, de onde vinham os recursos necessários para a sobrevivência dos núcleos iniciais, dificultava ainda mais a colonização. Os constantes ataques indígenas e estrangeiros acabaram contribuindo também para a decadência. As capitânicas de São Vicente e de Pernambuco foram as únicas que prosperaram em decorrência do êxito da cultura canavieira e da criação do gado. “Mesmo diante deste resultado, cumpre considerar que, de modo geral, as capitânicas atingiram os objetivos idealizados pela Coroa, uma vez que os territórios demarcados pouco a pouco foram se desenvolvendo e de certa forma, começou a surgir uma economia local” (CANTOS, 2009, p. 45).

De acordo com Boris Fausto (2014, p.22-23), após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu os gêneros alimentícios e os minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistia no incentivo à empresa comercial com base em poucos produtos exportáveis em grande escala, assentada na grande propriedade e no trabalho compulsório. Conforme aponta Gilberto Freyre, “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição” (FREYRE, 2017, p.65).

Por que na colônia se optou pelo trabalho negro e não pelo indígena? A principal razão residiu no fato de que o comércio internacional de escravos, trazidos da costa

africana, era um grande negócio, uma vez que o tráfico representava, pois, uma fonte de acumulação de riquezas e não apenas um meio de prover de braços a grande lavoura de exportação. Além disso, a escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, podem-se citar: a cultura incompatível dos índios com o trabalho intensivo regular e compulsório; a Companhia de Jesus ter se voltado contra a escravidão dos nativos; a resistência dos índios à escravidão⁴; as doenças trazidas pelos portugueses que provocaram a catástrofe demográfica dos nativos (FAUSTO, 2014, p.22-23).

Pelos fatores enumerados acima, a partir da década de 1570 ocorreu um incentivo a importação dos africanos e um maior controle, por parte da Coroa, para impedir as mortes dos nativos e a escravização desenfreada deles. De acordo com a lei da época, somente poderia ser escravizado o índio capturado em “guerra justa”, ou seja, guerra considerada defensiva, como punição pela prática de antropofagia, por meio do resgate etc. (*Ibid.*, p.22-23).

D. João III resolve criar, no ano de 1548, o Governo-Geral, mais centralizador e controlado pela Coroa e com condições materiais e humanas para defender a colônia, nomeando para o cargo Tomé de Souza, fidalgo rico e aventureiro da carreira das índias. Além do fracasso das capitânicas, havia também fatores externos que fizeram o rei tomar essa decisão, tais como: a crise nos negócios na Índia; o fato dos espanhóis terem descoberto a grande mina de Potosí, que despertou no rei português o desejo de encontrar os metais preciosos nas terras brasileiras, e o medo de perder as terras para os franceses.

O governador-geral tinha incumbência de assentar os colonos, enfrentar a pirataria estrangeira (principalmente de pau-brasil) e os ataques indígenas, aplicar a justiça, fundar a capital, expandir a fé cristã e transformar a colônia num empreendimento lucrativo para Portugal. Para uma melhor administração, o governador contaria com o auxílio do ouvidor-geral (responsável pela justiça), do provedor-mor (responsável pelos impostos e taxas correspondentes aos direitos da Coroa) e de um capitão-mor (responsável pela defesa). E, ainda, com a instalação das Câmaras Municipais, órgão encarregado de administrar as vilas e as cidades brasileiras.

Tomé de Souza, o primeiro governador-geral, desembarcou na cidade de Salvador (Bahia), acompanhado de cinco padres Jesuítas, sob a direção do Padre

⁴ O negro também resistiu à escravidão, porém os índios tinham uma vantagem em relação ao negro, o conhecimento do território (FAUSTO, 2014, p.22-23).

Manuel da Nóbrega, com a missão conferida pelo rei de catequizar e instruir os nativos e os filhos dos colonos recém-chegados a fim de consolidar, por meio da fé, a colonização do território.

Cantos afirma:

Partem então de Belém, em primeiro de fevereiro de 1549, os Jesuítas, Tomé de Souza, colonos, funcionários, entre outros, com três naus (Conceição, Salvador e Ajuda), duas caravelas (Leoa e Rainha) e um bergantim – embarcação ligeira de dois mastros – São Roque ou Santiago. O jesuíta designado para o papel de fundador da província brasileira era o jovem Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), o qual trouxe consigo os padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Azpilcueta Navarro, e os irmãos – que depois se ordenaram – Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, conforme relata Leite (1938a) (2009, p.46).

Depois de certo tempo no mar, cerca de oito semanas, a comitiva portuguesa enviada ao Novo Mundo pisou em território brasileiro, e em 29 de março estabeleceu os primeiros contatos com os nativos e fundou a primeira cidade do Brasil denominada São Salvador. Dois dias depois, em 31 de março de 1549, Nóbrega rezou a primeira missa, marcando, assim, o início efetivo do processo colonizador lusitano, permeado também pelo interesse em disseminar o catolicismo entre os homens desta terra (*Ibid.*, p.46).

A Companhia de Jesus, criada em 1534, por Inácio de Loyola, foi considerada, de acordo com Luzuriaga (1990), o principal órgão da Contrarreforma e da contenção do movimento protestante nos países latinos. Mesmo não sendo criada só com fins educacionais, logo a educação se tornou uma das mais importantes atividades da Companhia. A mesma defendeu um modelo educacional e cultural tradicional em consonância com o modelo político e social proposto pelas classes dirigentes. Em relação à organização escolar, fundaram inúmeros colégios humanistas, as escolas secundárias, baseadas no estudo do latim e do grego e essencialmente voltadas para a educação das minorias (ZOTTI, 2017, p.8).

A atuação educacional dos inicianos voltou-se, na sua primeira fase, para as missões e catequese dos indígenas, como meio de conter o avanço da reforma protestante e garantir a hegemonia do espírito católico. Nesse sentido, a catequese é, então, um esforço racionalmente feito para conquistar homens; é um esforço para acentuar a semelhança e apagar as diferenças, ou seja, incorporar os indígenas à cristandade e fazê-los cristãos (*Ibid.*, 2009, p.31).

[...] o êxito da arrojada empresa colonizadora; pois que, somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas (MATTOS, 1958, p.31).

Na fase inicial das missões jesuíticas, os padres iam em um pequeno número visitar aldeia por aldeia, com ou sem apoio militar. Tempos depois, os Jesuítas passaram à prática de agrupar os índios nas proximidades dos núcleos de povoamento portugueses, assentados em aldeamentos construídos especialmente para recebê-los. “Essa política de aldeamentos, proposta por Nóbrega, facilitava de certa forma, o trabalho dos missionários, trazendo os autóctones para o interior do território cristão e produzindo uma reserva de mão-de-obra expressiva e cobiçada pelos colonos” (MONTEIRO, 1994; SCHWARTZ, 1988), também proporcionou aos índios novas possibilidades de sobrevivência e adaptação a uma realidade que se modificara radicalmente, com resultados trágicos para os mesmos, infelizmente (BRUST, 2007, p.4).

Nas falas da autora Beatriz Vaconcelos Franzen,

No aldeamento, o índio é catequizado, e civilizado, isto é, impõe-se-lhe o trabalho sistemático, o treinamento para atividades militares, enfim, o modelo de viver europeu. É necessário que ele esteja preparado para atender às necessidades do Estado, tais como trabalhar nas Aldeias do Rei, nas salinas e quando preciso defender a cidade (ataques de piratas ou de índios rebeldes), e também deve atender às necessidades do colono (FRANZEN, 2005, p. 38).

O sociólogo Gilberto Freyre complementa:

Dominou nas missões jesuíticas um critério, ora exclusivamente religioso, os padres querendo fazer dos caboclos uns dóceis e melífluos seminaristas; ora, principalmente econômico, de se servirem os missionários dos índios, seus aldeados, para fins mercantis; para enriquecerem, tanto quanto os colonos, na indústria e no comércio de mate, de cacau, de açúcar e de drogas. (FREYRE, 2017, p. 217)

Segundo Celestino (2000), a condição de aldeado ou de súdito da Coroa portuguesa poderia muitas vezes significar a garantia de certos privilégios bem como o reconhecimento de antigas lideranças indígenas, embora o contexto de mistura de etnias no interior das Aldeias não favorecesse tais ocorrências. Neste sentido, além de constituírem espaços propícios à transformação processual e permanente da natureza indígena como forma de integrá-la aos ditames da colonização, os Aldeamentos também

foram espaços de reconstruções de histórias e identidades numa dinâmica cultural de mão-dupla, que fundiu crenças, práticas, costumes e discursos (BOSI, 1992). Desta forma, a conversão deveria vir preferencialmente pela pregação da Palavra de Deus e exemplo de boa vida, como determinara Paulo III, não se descartava a sujeição do gentio bravo, ou seja, a guerra justa contra aqueles considerados bárbaros, condição que justificaria a mesma (BRUST, 2007, p.4).

Por outro lado, os aldeamentos significavam uma forma de arregimentação de mão de obra indígena para a colonização, mesmo que não fosse esse o objetivo principal da ação dos Jesuítas. Mas a violência desse processo proporcionou a destruição de vários grupos indígenas. Assim, é possível identificar o ciclo litorâneo como um fracasso por ter propiciado a eliminação de grande número de índios “por causa de doenças, fugas, guerras e fomes” e também devido à proximidade que existia entre as aldeias e as vilas coloniais, “o que, apesar dos conflitos com os colonos, favoreceu sobretudo à escravização” (TAVARES, 1995, p.46-47). Logo, a conversão implicou a desestruturação de um grupo social, de uma cultura, marcada por violência, mas justificada pela crença na urgência de difundir a fé cristã.

Nos primeiros anos das missões, foram vários os obstáculos enfrentados pelos membros da Companhia de Jesus para converter os pagãos da terra à fé cristã. Entre eles podem-se citar a inconstância dos Brasis, que pouco tempo após terem recebido os ensinamentos cristãos, voltavam a viver de acordo com seus costumes “pecaminosos”; o exemplo dado pelos colonos e o tratamento destes para com os indígenas; e, por fim, a corrupção do clero secular. Os problemas não paravam por aí, após a implementação das Aldeias, um número pequeno de missionários Jesuítas teria que se preocupar com os perigos de um extenso território hostil, a fim de convencer grupos indígenas a transferir-se para estas propriedades. Segundo a visão jesuítica, a natureza tropical teria sido abandonada por Deus e por isso era encarada como um local misterioso, temível, passível de ser a morada do Diabo. Além disso, são muitos os relatos que apontam as necessidades pelas quais passavam os padres devido à falta de recursos como roupas, calçados e alimentos. Todos esses fatores permitem dar credibilidade às intenções dos inicianos (SANTOS, 2005, p.4-5).

Em um segundo momento, os Jesuítas dedicaram-se ao ensino destinado à formação de religiosos, fundamentais para a perpetuação do projeto colonizador e evangelizador, que garantiria a educação dos filhos dos colonos, objetivando não só a transmissão dos valores religiosos, mas também a preparação da elite para compor os

cargos políticos e administrativos na colônia. A criação de Colégios, sob a orientação do *Ratio Studiorum*, consolida a expansão dos Jesuítas na instrução da aristocracia, formando não apenas padres, mas também burocratas e profissionais liberais. É nesse contexto que a sociedade aristocrática e patriarcal será erguida.

Fausto (2002) afirma que os colégios e as missões contribuíram para o êxito da colonização brasileira, pois, a partir deles, os inacianos transformaram o Brasil em um país católico, de língua portuguesa e formaram a primeira elite dominante da colônia. Através da aculturação conquistaram os nativos fazendo-os novos cristãos e utilizando a sua mão de obra para proteger, conquistar e explorar o novo território, cumprindo dessa forma com os acordos anteriormente firmados entre a Igreja católica e o Estado português.

Segundo Saviani,

o processo de colonização abarcou, de forma articulada, mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os íncolas); a educação enquanto aculturação, isto é inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores (SAVIANI,2013, p.29).

O projeto colonial Português esteve entrelaçado por fatores econômico-políticos e culturais oriundos tanto do poder do Estado – no Brasil representado pelos governos gerais – como da Companhia de Jesus, enquanto defensora de uma ideologia própria, ancorada nos interesses da Igreja Católica e da própria corte. Dito de outra forma, os Jesuítas foram submetidos aos interesses do projeto do Estado português que viabilizou o empreendimento religioso, mas também perceberam, no apoio a esse Estado, a possibilidade de cumprir sua missão quanto à inserção da igreja nas terras do além-mar, pois consideravam esta a sua vocação universal. “Assim, a Companhia teve um papel central pelo poder que representou como instituição singular, mas não pôde deixar de inserir-se nas tramas tecidas pelo mercantilismo europeu” (ZOTTI, 2017, p. 16).

Paulo de Assunção afirma:

Ao chegarem à América Portuguesa visando à conversão do gentio e à garantia da defesa da fé católica, os jesuítas adaptaram-se aos condicionantes da vida colonial. Era imperioso que a Companhia de Jesus construísse o edifício da cristandade em bases sólidas, com igrejas, colégios e residências, bem como captasse recursos para o sustento de religiosos e estudantes, e que

permitted the execution of his salvation project. The spiritual conquest of the New World implied the conquest of royal favors, the protection of kings and of the officials of the Crown, as well as donations of particular, common to the course of the centuries in which the Institution was present in the Portuguese territories. In this way, the Inacians gradually accumulated a significant patrimony, which included, among others, mills, farms, lands, curries and houses for rent, a situation that pushed them to carry out temporary businesses (2009, p. 433).

É importante ressaltar que, embora outras ordens tenham participado do movimento missionário e evangelizador na colônia, tais como os franciscanos (o primeiro grupo a chegar ao Brasil com essa finalidade), os beneditinos e os carmelitas, o enfoque do presente estudo se concentrou na atuação dos membros da Companhia de Jesus, por ser ela o principal foco de análise da presente pesquisa.

Segundo Arno Wehling (2011, p.48-49), a incorporação da nova terra consolidava-se, portanto, em meados do século XVI, pela via política, com a implantação de algumas instituições metropolitanas, como governo-geral, vice-rei e câmaras municipais. Essas tornaram possível a criação de um “estado do Brasil”, política e juridicamente incorporados aos domínios da monarquia portuguesa; pela via econômica, a colônia foi integrada às redes de capitalismo comercial por meio de diferentes mercados: do pau-brasil, do açúcar, do tabaco, de couros, dos diamantes, de escravos e pela via religiosa, com a organização do clero secular e o estabelecimento de uma ordem francamente militante como a dos Jesuítas. Foram os inacianos que atuaram diretamente nas missões e nos trabalhos catequéticos com os índios e também no ensino destinado aos próprios membros da ordem e aos filhos dos colonos.

Desta forma, a articulação do estado português com a colônia brasileira foi marcada por valores próprios do Antigo Regime, pautado no arcaísmo metropolitano, que concebeu na colônia uma elite mercantil formadora de uma sociedade fundamentada no trabalho escravo e no comércio colonial primário-exportador (SIQUEIRA, 2009, p.4).

De acordo com Cambi (1999), no âmbito expansionista, as descobertas de novas terras e a colonização permitiram a ampliação comercial, o contato com diferentes povos, a percepção de modelos culturais diferenciados, a exploração de riquezas e a ampliação dos impérios europeus. E graças a esse projeto de expansão e exploração portuguesa, o Brasil se insere no mundo moderno.

2.2 A FORMAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

A “descoberta” de novos mundos e novas culturas, aliada ao cisma, a partir de Lutero, levou a Igreja Romana (hierarquia, religiosos e fiéis) a repensarem sua própria fé e práticas devocionais. Nesse mesmo tempo, o impulso das navegações por “novos mares” e a transformação econômico-cultural do início dos Tempos Modernos, aliados ao desnudamento das antigas representações e exteriorizações da fé, levaram direta e indiretamente ao profundo reordenamento da administração eclesiástica, da pastoral e das práticas de culto na Igreja Católica – com grandes reverberações no meio social europeu e, também, nas culturas que se formavam, especialmente na América. Não foi por acaso que a Companhia de Jesus representou a maior força na Reforma Católica e na Contrarreforma (ARNAUT; RUCKSTADTER, 2002, p.103-113).

A Companhia de Jesus, juntamente com o Concílio de Trento e a Inquisição, torna-se um dos principais instrumentos da Contrarreforma, a fim de devolver a confiabilidade da Igreja Católica perante seus fiéis. A Ordem religiosa criada por Inácio de Loyola nasceu para apóstolar no mundo secular com três objetivos muito bem definidos: defender o Papa, reconverter os cristãos, particularmente os reformados, e evangelizar os chamados “povos bárbaros” que habitavam os outros continentes (FERREIRA JÚNIOR, 2007, p.9). E as atividades educacionais, que não figuravam entre os primeiros propósitos da Companhia, tornaram-se uma das principais atividades exercidas pelos padres inicianos em todo o mundo e o mecanismo mais eficiente de propagação da fé cristã, principalmente aos povos recém-conquistados.

De acordo com Anna Maria Monteiro de Carvalho:

Ordem religiosa mais combatente do que contemplativa, a Companhia de Jesus surgiu como uma cruzada apostólica revolucionária em plena crise de Identidade da Europa no século XVI. O conhecimento de um mundo aberto, infinito e questionável – o das grandes descobertas marítimas, do sistema heliocêntrico (1515) e do cisma cristão anglo-saxão (1520) – abalara a cultura antropocêntrica, pré-capitalista e católica do Renascimento. Propagando a fé cristã em novas bases, a Companhia de Jesus permitiria aos estados católicos, através do dramático discurso contrarreformista do Concílio de Trento (1545/63) continuar o exercício de sua política de expansão mercantil, agora nas novas terras coloniais. Os fundamentos da doutrina jesuítica visavam à conversão dos ‘gentios’ e ‘infieis’ ao catolicismo, através da militância do espírito (1993, p.35-36).

O historiador José Eduardo Franco afirma que:

A Companhia de Jesus procurou levar o mais longe possível o seu esforço utópico de universalização do cristianismo, num ambiente de militância proselitista, impulsionada pela Contrarreforma, consagrada no concílio de Trento (1543-1563). As instituições fundadas pela Companhia estavam comprometidas com um ideário religioso, cujo objetivo primacial era ganhar uma nova consciência dentro da Igreja católica (2006, p. 155).

Os Jesuítas intuíram que o ensino seria em longo prazo, segundo o autor, “um dos instrumentos mais adequados e eficazes para realizarem a sua missão de restaurar a alma da Igreja Católica e de conquistar novas almas para o redil cristão” (*Ibid.*, p. 155).

Iñigo López de Loyola, depois conhecido como Inácio de Loyola, era um jovem soldado basco que aspirava a uma vida de glória militar, inicialmente, sem um viés religioso. Em uma batalha contra tropas francesas na cidade de Pamplona, na Espanha, o soldado Loyola viu sua perna direita ser esfaqueada após ser atingida por uma bala de canhão em 1521. Durante a sua recuperação, Loyola acabou tendo contato com dois livros que dissertavam sobre a vida de Cristo e dos Santos. E, em meio às leituras, acabou decidindo a empregar sua energia à causa de Cristo. De acordo com o historiador inglês Jonathan Wright: “aparentemente, Loyola identificou alguma coisa de invejável nas vidas heroicas dos santos, uma espécie de cavalaria espiritual, e seguiu o exemplo” (WRIGHT; JONATHAN, 2006)

O militar Inácio de Loyola, de apenas 26 anos, decidido a organizar uma Ordem religiosa com características próprias, funda, em Paris, em 15 de agosto de 1534, a Companhia de Jesus, juntamente com seis estudantes da Universidade da cidade, são eles: Francisco Xavier, Nicolau de Bobadilla, Diogo Laínez, Alonso de Salmerón, Simão Rodrigues e Pedro Fabro, os quais fizeram o voto de pobreza, de castidade e de ir até Jerusalém. De acordo com Oliveira e Costa (2013, p.5), a nova ordem nasceu com o principal objetivo de empreender uma cruzada missionária à Palestina. Decidiram reconquistar Jerusalém, que estava na mão dos Mouros, mediante a pregação da Santa Fé Católica. Esse foi o primeiro projeto dos Jesuítas. “Contudo, uma vez que o Mediterrâneo estava fechado e que, portanto, seria impossível embarcar para a Palestina, ficaram ao dispor do Vigário de Cristo, como já haviam decidido” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p.5).

Conforme o *Dicionário do Brasil Colonial* de Ronaldo Vainfas (2001, p.326):

A originalidade, porém, de Inácio e seus companheiros iniciais, na maioria, espanhóis como ele, ultrapassava em muitos detalhes. Tendo estudado na Universidade de Paris, foram, a princípio, movidos pelo espírito de cruzada medieval, com o qual pretendiam partir para a Terra Santa a fim de converter

os infiéis. Contudo, a formação letrada de que estavam dotados, baseada no estudo dos clássicos da Antiguidade, logo abriu outros horizontes. Regidos por uma originalíssima administração colegiada, ao longo da segunda metade do século XVI, desenvolveram estratégia própria para difundir a fé através do uso do conhecimento, embora sempre experimentada e corrigida pelos resultados obtidos na prática.

Os jovens, então, resolveram ir a Roma para aguardar a aprovação da Companhia pelo papa. Na capital italiana, aliaram-se a pessoas influentes e conquistaram a atenção do Cardeal Contarini, crítico severo do monasticismo de águas mornas, convencendo-o a apresentar ao Papa Paulo III o projeto de carta de fundação da ordem dos Jesuítas (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p.6). Além disso, Inácio de Loyola elaborou a fórmula, documento dividido em cinco capítulos que objetivava traçar o caráter da Ordem, a fim de apresentá-la ao Papa e oficializar a Companhia.

No ano de 1537, juntaram-se aos inicianos iniciais mais três membros, Pascássio Broët, João de Codure e Cláudio Jav. E, em 27 de setembro de 1540, a ordem foi aprovada pelo Papa Paulo III, por meio da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*. E instituída oficialmente em 1541, sendo Inácio de Loyola eleito como o primeiro superior geral da Companhia.

Além dos votos de castidade, pobreza e obediência comuns a todas as ordens religiosas, os Jesuítas fizeram um quarto voto especial de obediência ao Papa, pelo qual se comprometiam a seguir sem recusa ou demora a qualquer lugar para o qual o Sumo Pontífice os enviasse, para combater por Deus e servir somente a Ele e ao Papa, seu Vigário na terra. Não por acaso, a Companhia de Jesus logo se espalhou pelo mundo. Mais que um simples gesto de submissão ao Papa, o quarto voto atendia a uma opção dos próprios Jesuítas pelo universalismo, feita antes mesmo da aprovação oficial da Companhia. Representava também um apoio da nova ordem ao Sumo Pontífice e à fé católica, enfraquecidos pelo avanço da Reforma Protestante no mundo moderno (PEDRO, 2018, p.12).

De acordo com Roberta Lobão Carvalho após a criação da Ordem, alguns pontos ficaram claros:

A coesão do grupo, o dever de obediência, a exaltação da pobreza enquanto ideal humano e a renúncia aos cerimoniais monásticos. Em relação ao voto de pobreza, eles se referiam à pobreza pessoal, pois era necessário que o grupo possuísse renda e bens a fim de unir estudantes e formá-los para o custeio dos escolásticos. As orações deviam ser feitas de forma particular, sem os rituais, pois para a ordem era mais importante se ocupar dos pobres e doentes. Não deviam recorrer às mortificações corporais, pois seus afazeres já eram bastante duros. As principais características da Companhia eram:

obediência ao papa, união em torno de um líder, uma vida ascética, reta e simples, a multiplicidade de funções (médicos, professores, confessores, pastores, protetores, etc.) e a missão evangelizadora (2010, p. 52).

O que era esperado dos Jesuítas?

Para começar, tinham de manter, em todas as situações, uma conduta mais possível à vida conventual, ou à regra da ordem, como viajar sempre a pé, em silêncio, ou falando sobre coisas sobrenaturais, dar sempre bom exemplo, viver com sobriedade, não deixar dominar por curiosidades mundanas e evitar, obviamente, o contato com mulheres (CARVALHO, 2010, p.52).

Rita Filomena Andrade Januário Bettini (2006), em seu artigo *Companhia de Jesus, das origens ao ocaso: uma proposta de análise historiográfica*, fala a respeito da conduta e dos aspectos físicos dos membros admitidos na ordem. Ela afirma que não seriam aceitos na Companhia de Jesus “aqueles que tivessem pensamentos errôneos e posicionamentos não definidos em se tratando de questões religiosas”. E que “o candidato a se tornar um jesuíta não poderia sofrer de qualquer disfunção corporal; sua saúde teria que ser perfeita”. As pessoas com algum tipo de deficiência natural ou acidental dificilmente eram acolhidas no seio da ordem, visto que as deformações representavam empecilhos para a edificação do próximo. A autora ainda sinaliza que “o principal critério para a admissão de um jesuíta era que tivesse recebido a graça de Deus nosso Senhor e infundido os dons naturais, sem o que não seria útil à Companhia”.

Luzuriaga indica que:

A Companhia, como se sabe, é composta de membros, que têm, a um tempo, caráter regular e secular; são membros de uma ordem religiosa com estatutos e autoridades próprias e do mesmo passo são sacerdotes ordenados que exercem todas as funções dos demais sacerdotes. Ao contrário das outras ordens religiosas, vivem no século, no mundo; e a Companhia tem caráter sumamente empreendedor e combativo. Sua mesma designação de Companhia já indica o caráter de milícia, assim como a organização, disciplina e espírito de obediência, tudo para a maior glória de Deus (*Omnia ad Majorem Dei Gloriam* ou, abreviadamente, A.M.D.G.). Dependem os membros de um Geral e, em cada nação, de um provincial, embora submetidos à autoridade do Papa (1975, p.118-119).

A Ordem tinha como supremo poder legislativo a Congregação Geral, composta por delegados das diversas províncias, embora o governo da ordem fosse de responsabilidade do Superior Geral. A Companhia estava dividida em províncias, que compreendiam residências dos padres e colégios, administradas por um provincial. Para se constituir uma Província era necessário ter poder aquisitivo para manter as despesas e

atender a circunstâncias geográficas ou linguísticas do local. As províncias foram agrupadas, formando ao todo, nos primeiros séculos, seis Assistências: Itália, Portugal, Alemanha, Espanha, França e Polônia.

Leite (2004, p.12) afirma que:

[...] na Companhia antiga existiram 6 Assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia. A Assistência de Portugal compreendia, além da metrópole, a Província da Índia, que se desdobrou depois em duas, Goa e Malabar, o Japão, a Vice-Província da China, a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão. Além disso, Missões em Angola, Moçambique e Etiópia. Cada Assistência mantém em Roma um representante, chamado Assistente, eleito ordinariamente nas Congregações Gerais. É simples consultor do Geral para os respectivos negócios.

Segundo Laima Mesgravis (2015, p.25), a descoberta do novo Mundo e as possibilidades abertas com o comércio nas Índias abriram caminhos interessantes para a catequese e a obtenção de novos adeptos para a religião que defendiam. Assim, os Jesuítas assumiram o ímpeto da missão.

Em 1540, os primeiros chegavam a Portugal; logo depois, em 1542, no Oriente e na América portuguesa, em 1549. Em ambos os locais, acompanhavam os governadores designados pelo rei para, efetivamente, colonizar aquelas regiões ultramarinas. Bastante tardio foi o envio dos primeiros Jesuítas para as terras que pertenciam à Coroa espanhola. Somente no ano de 1566, o primeiro grupo chegou “às Índias Ocidentais” e encontrou uma situação mais organizada em termos de ocupação por outras ordens religiosas. Tiveram, então, que se adaptar, negociar e buscar novas regiões e povos para evangelizar (FLECK; AMANTIN, 2014, p.443).

Os inicianos organizavam as populações dominadas em torno de um regime que combinava trabalho e religiosidade. E aos poucos inseriam um conjunto de valores culturais europeus, na tentativa de minar toda a diversidade cultural das populações dos territórios conquistados. Do oriente ao ocidente, os seguidores de Inácio de Loyola se depararam com realidades distintas, que os fizeram adaptar suas atividades missionárias à realidade do local para onde eram enviados. Segundo Nuno da Silva Gonçalves, essa nova realidade

Os obrigou a ensinarem métodos de evangelização adaptados às características dos povos que encontravam. Ao ocidente e a oriente, diante de populações tão diferentes entre si, mas igualmente desconhecedoras da mensagem cristã, foi necessária uma grande capacidade criativa que permitisse encontrar mediações para a transmissão do Evangelho (GONÇALVES, 2003, p.141).

Além disso,

o poder dos reis e dos que exerciam cargos administrativos no Ultramar eram quase inquestionáveis, e para poder atuar nas possessões coloniais era importante aceitá-los e conciliar os interesses da ordem com os das monarquias que representavam. Rapidamente, a Companhia de Jesus percebeu que a melhor forma para não ficar tão vulnerável aos eventos políticos e às decisões tomadas nas cortes europeias era poder usufruir de autonomia econômica. E, para alcançá-la, os membros da ordem transformaram-se em senhores de imóveis, de terras e de cativos. Destinaram seu conhecimento à produção de variados artigos agrícolas, minerais e extrativistas, mantendo um intrincado sistema de trocas e vendas entre seus colégios e praças mercantis espalhadas pelos quatro cantos do mundo (FLECK; AMANTIN, 2014, p.445).

Loyola redigiu os chamados *Exercícios Espirituais* com a finalidade de cuidar da parte espiritual e individual dos membros do grupo. O método inaciano afirma que o silêncio é fundamental. É no silêncio da oração e, principalmente, da meditação, consideração e contemplação, que o exercitante conseguirá aos poucos afastar de si tudo aquilo que causa desordens afetivas e buscar o equilíbrio na vida.

Por esta expressão, Exercícios Espirituais, entende-se qualquer modo de examinar a consciência, meditar, contemplar, orar vocal ou mentalmente, e outras atividades espirituais, de que adiante falaremos. Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, também se chamam exercícios espirituais os diferentes modos de a pessoa se preparar e dispor para tirar de si todas as afeições desordenadas, e, tendo-as afastado, procurar e encontrar a vontade de Deus, na disposição da sua vida para o bem da mesma pessoa (COMBY, 2001, p.30).

Os *Exercícios* eram realizados em ambientes diferentes, e, por esse motivo, foram sendo edificadas as chamadas “Casas de Exercícios”, locais onde os Jesuítas se isolavam para refletirem, buscando cada vez mais a presença divina.

Para uma melhor organização da ordem, foram instituídas, por Inácio de Loyola, as Constituições da Companhia de Jesus, iniciadas no ano de 1547 e finalizadas em 1552 e divididas em dez partes. As Constituições eram um conjunto de normas e regras que objetivavam organizar a vida comunitária dos Jesuítas – dando-lhes uma uniformidade. O texto das Constituições apresenta três princípios básicos: o primeiro é que a Companhia e os Jesuítas deveriam guiar-se pelo único desejo da glória divina; o segundo determinava que o bem deveria ser universal, pois quanto mais amplo, mais divino; e o terceiro referia-se à obediência. Nelas podem ser encontrados assuntos que

abordam desde normas acerca da admissão e aprovação na Companhia, até o governo e autoridades que compunham a referida Ordem.

Segundo Paulo de Assunção,

As Constituições tinham como objetivo dar orientações comuns a todos os seus membros espalhados pelo mundo, dada a diversidade dos costumes das diversas regiões, a fim de que a imagem da Companhia de Jesus fosse a mesma em todas as partes (2007, p.59).

Priscila Kelly Cantos (2009) afirma que os seguidores de Loyola teriam não só que abrir mão dos bens materiais como também da família, pois só assim, poderiam dedicar-se integralmente à vida cristã, conforme previsto nas Constituições. Os admitidos deveriam provar sua convicção e devoção aos propósitos da Companhia, para isso as Constituições propunham que esses passassem por seis experiências principais, sinalizadas abaixo.

A primeira delas era a de seguir e realizar, por um mês, os Exercícios Espirituais; a segunda consistia em servir aos doentes nos hospitais, dormindo e comendo no local; a terceira consistia em o membro fazer peregrinação e mendigar de porta em porta; a quarta versava sobre a questão da diligência, ou seja, o componente da Ordem deveria dar exemplo de si; a quinta experiência consistia em ensinar, de forma pública, toda ou parte da doutrina cristã; e a sexta “[...] consistiu em, depois de se ter sujeitado às provas com edificação, passar adiante a pregar, a confessar, ou a exercitar-se em uma e outra coisa, consoante os tempos, os lugares [...]” (CONSTITUIÇÕES, 2004, p.57).

A IV parte das Constituições da Companhia de Jesus ocupa-se dos assuntos relacionados à educação. Nesse sentido, as Constituições tiveram o papel de organizar e disciplinar a vida nos colégios da Ordem. Esta parte seria mais tarde complementada pelo método pedagógico dos Jesuítas, a *Ratio Studiorum*. Elas também tratavam dos assuntos relacionados à formação intelectual dos membros da Companhia. De acordo com Paiva, “a instrução tem dois objetivos, além da transmissão de conhecimentos: o preparo para o apostolado e a formação nos bons costumes. [...] Não se concebe, então, uma formação intelectual alienada da virtude” (2000, p. 106). Dessa forma, estavam previstas nas Constituições uma formação moral, literária, filosófica e teológica, que seria ofertada pelos Colégios da própria Ordem. Pode-se concluir que o estudo seria um caminho necessário à formação do soldado de Cristo.

As Constituições, o *Ratio Studiorum* e os Exercícios Espirituais, garantiram o caráter unitário do modo de vida jesuítico e permitiram uma flexibilidade e autonomia

que possibilitaram a propagação do apostolado da Companhia por todo o *orbe* cristão. Esses três documentos foram também as diretrizes que garantiram a uniformidade da prática pedagógica dos Jesuítas em toda a sua caminhada missionária e doutrinária, com adaptações necessárias, caso se tratasse do Império Português, do combate aos hereges, da evangelização dos europeus, da catequese dos negros da terra do Brasil (índios) ou dos africanos escravizados (CASIMIRO, 2009, p.93).

Os Jesuítas tiveram um destacado papel na educação e no ensino nos continentes onde marcaram presença. Na Europa, por exemplo, ensinaram em seminários, colégios e universidades, objetivando formar a elite europeia e os membros da ordem e, também, recuperar antiga posição da Igreja Católica Romana. Já nas áreas recém-descobertas organizaram, além do trabalho educacional, as missões, com o intuito de conquistar os povos que não foram atingidos pela expansão protestante e assim angariar novos fiéis para a Igreja Católica. De acordo com Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro:

Nos territórios colonizados, a ação evangelizadora dos Jesuítas tomou outro rumo, por causa dos interesses da política econômica sobre as colônias e da existência da escravidão. Uma linha missionária especial foi desenvolvida para os redutos missionários (para os índios) e alguns tímidos encaminhamentos foram pensados para a evangelização dos escravizados africanos (*Ibid.*, p.90).

Segundo Costa e Menezes (2005), a missão e a educação foram as atividades desenvolvidas pela Companhia que a diferencia significativamente das outras ordens.

De início, é preciso considerar que as duas grandes atividades às quais os Jesuítas deveram sua fama, a missão e a educação, não constavam dos primeiros objetivos da Companhia. A Ordem religiosa que nasceu sob o signo da Reforma Católica tornou-se missionária e educadora em resposta a desafios que lhe foram impostos pelos mandatários de estados católicos. Foi em terras lusitanas, ou de domínio da Coroa portuguesa, que os Jesuítas principiaram a desenvolver aqueles trabalhos (TALDIVO, 2014, p.10).

No Brasil, por exemplo, o primeiro grupo chegou em 1549 na comitiva de Tomé de Souza, primeiro governador-geral. Eles vieram com a missão conferida do rei de converter os gentios: “Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica”, de modo que os gentios “possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé” (DOM JOÃO III, 1992, p. 145-148). Dada à oficialidade, os Jesuítas passaram a ser

reconhecidos como “missionários da Coroa”, sendo assim, apoiados e financiados pelo rei de Portugal. Rapidamente espalharam-se pelo território nacional, criando os aldeamentos e os colégios, no intuito de combater o protestantismo e difundir a cultura cristã europeia.

Casimiro, afirma:

Os Jesuítas palmilharam todos os espaços do território colonial: o campo econômico, pacificando e adestrando a mão-de-obra indígena e negra; a seara política, exercendo forte influência junto à Coroa Portuguesa e participando das mais importantes decisões políticas e religiosas da época; as diversas instâncias da vida cultural, veiculando ideologias literárias, imagéticas e religiosas; e, finalmente, o terreno prático, exercendo o apostolado missionário, a educação formal e o seminário religioso, pregado nos púlpitos das igrejas (CASIMIRO, 2009, p.89-90).

José Manoel Madureira (1927, p. 7) apresenta um quadro resumido da expansão da Companhia de Jesus, desde 1540 até 1750. Esse quadro mostra que, em 1710, o número de Jesuítas era de 19.978, distribuídos em 37 províncias e 1 vice-província, 24 casas de profissão, 612 colégios e 24 universidades, 150 seminários, 60 noviciados e 195 residências de missões. Em 1750, apogeu numérico e véspera da reviravolta pombalina, havia 22.126 Jesuítas, 37 províncias e 1 vice-província, 25 casas de profissão, 578 colégios e 150 seminários. Esses dados demonstram o crescimento da ordem e a forte influência jesuítica no mundo, principalmente no campo educacional e missionário.

2.3. EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL COLONIAL

A educação ministrada pelos Jesuítas marcou o início da História da Educação no Brasil. No decorrer de sua atuação, os Jesuítas foram responsáveis pela sistematização e organização educacional, estabelecendo colégios que visavam a dar uma formação básica para a população, fazendo com que a cultura europeia cristã marcasse presença nas terras tropicais. A conquista espiritual implicou a imposição de uma educação religiosa, sendo as escolas de ler e escrever o primeiro meio para a divulgação. O estabelecimento de colégios destinados aos filhos de colonos brancos foi a etapa seguinte, a ser consolidada. Os colégios permitiam que os filhos da elite colonial conseguissem realizar seus estudos para, em seguida, aqueles que possuíam recursos, complementarem a sua formação em Portugal ou na Europa (ASSUNÇÃO, 2007, p.82).

Além das escolas e colégios, foram instituídos pela Ordem, no século XVIII, os seminários, que objetivavam preparar os jovens para ingressarem na vida sacerdotal. Esses espaços sustentavam-se com doações, de particulares, com o fruto das obras dos colégios (fazendas) e, inclusive, com a contribuição de alunos cujas famílias tinham condições financeiras para isso. Neles, os alunos, além do ensino, recebiam moradia e sustento. Eram escolas tipo internato, exigindo total dedicação por parte dos discentes (FRANZEN, 2005, p. 57).

No Brasil, antes da chegada dos religiosos havia uma educação não institucionalizada baseada em três elementos básicos, segundo Dermeval Saviani, eram ele:

A força da tradição, constituída por um saber puro orientador das ações e decisões dos homens; a força da ação, que configurava a educação como um verdadeiro aprender fazendo e a força do exemplo, pelo qual o indivíduo adulto e, particularmente, os velhos ficavam imbuídos da necessidade de considerar suas ações como modelares, expressando em seus comportamentos e palavras o conteúdo da tradição tribal (2013, p.39).

Nessas condições, havia educação, mas não uma pedagogia, ao menos no sentido em que tal expressão é utilizada nos tempos atuais, essa só será instituída pela ação dos inacianos.

É importante frisar que o conceito de educação aplicado nesta pesquisa diz respeito a um sistema de ensino institucionalizado e à existência de uma linguagem escrita e não a um processo de trocas de saberes, oriundos de uma tradição entre indivíduos de uma determinada cultura. Nesse sentido, o objetivo é mostrar a atuação educacional dos Jesuítas no Brasil colonial e o método pedagógico aplicado por eles. Deve-se levar em consideração que os índios tinham métodos próprios de ensinar e aprender e que, portanto, os Jesuítas não foram os primeiros educadores do Brasil no sentido de transmitir conhecimentos, mas foram os pioneiros em institucionalizar uma educação formal.

Mary Del Priore afirma que:

Os Jesuítas ajudaram a fazer a passagem entre a escola da Idade Média e o colégio dos tempos modernos. Substituíram a instrução técnica dirigida indiscriminadamente a jovens e velhos por uma formação social e moral, rigidamente hierarquizada, dada em classes separadas por sexo e idade. Foram eles também os primeiros educadores a dar atenção para a especificidade da infância, preocupando-se com o conhecimento da psicologia infantil e o desenvolvimento de um método de ensino compatível com essa psicologia. (PRIORE, 1997, p.59)

Mas, antes de aprofundar sobre a temática educação jesuítica no Brasil colonial torna-se pertinente fazer a seguinte indagação: Por que os Jesuítas se preocuparam com a alfabetização dos povos da colônia se nem mesmo em Portugal (metrópole) o povo era totalmente alfabetizado? De acordo com Paiva (2001, p.43), as letras significavam “adesão plena à cultura portuguesa”, ou seja, a partir da educação iam sendo inseridos os costumes e os valores cristãos europeus aos povos recém-conquistados, tornando possível a dominação portuguesa. Além disso, ainda segundo o autor, “pelas letras se confirma a organização da sociedade”. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras; a uns, mais; a outros, menos, como será visto mais à frente (*Ibid.*, p. 44).

Nos dizeres de Saviani (2013), a colonização do Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas. Essas ordens tinham sob sua responsabilidade inúmeras missões, o ensino de primeiras letras e obras de catequese por todo o Brasil. Mas a Companhia de Jesus conquistou mais segmentos do espaço colonial do que as demais ordens e, com uma organização escolar mais “eficiente”, além de liderar o movimento missionário, teve colégios espalhados por todo o Brasil e atuou por duzentos e dez anos, até a sua expulsão em 1759. Ao lado da educação nos colégios, os Jesuítas desenvolveram um trabalho missionário consistente e duradouro por todo o Brasil, principalmente nas regiões de fronteira (CASIMIRO, 2009, p.88). Estavam os padres da S.J em toda a parte; moviam-se de um extremo ao outro do vasto território colonial; estabeleciam permanente contato entre os focos esporádicos de colonização, através da “língua-geral”, entre os vários grupos de aborígenes (FREYRE, 2017, p.90).

E por que a Companhia de Jesus se tornou a ordem religiosa mais importante na educação da América Portuguesa se outras ordens também atuavam no campo educacional?

O primeiro fator é que, diferentemente das outras ordens, os Jesuítas vieram para o Brasil em consequência de uma determinação do Rei de Portugal, dessa forma, foram apoiados e financiados tanto pela Coroa quanto pelas autoridades da colônia (SAVIANI, 2013, p. 41).

A Coroa criou um imposto denominado redízima⁵ destinado à manutenção dos colégios jesuíticos. E ainda fez doações de sesmarias (extensões de terras), que possibilitaram a Companhia de Jesus acumular um grande patrimônio de bens econômicos como terras, escravos, engenhos e gado. Desse modo, os missionários-fazendeiros passaram, ao mesmo tempo, a cuidar da vida espiritual da população colonial e a administrar os negócios temporais que financiavam as suas atividades catequético-educativas (BITTAR, 2005, p.5889).

Ao passo que “as outras congregações religiosas operavam de forma dispersa, intermitente, sem apoio ou proteção oficial, dispondo de poucos recursos humanos e materiais e contando apenas com o apoio das comunidades e, eventualmente, das autoridades locais” (SAVIANI, 2013, p.41).

O próprio espírito de peregrinação da ordem inaciana tornou-se um dos motivos para a sua expansão. Enquanto as outras congregações religiosas tinham como características a clausura, a oração, a contemplação, o jejum e a sublimação da vida. A Companhia de Jesus nasce mais próxima ao mundo secular, pois os Jesuítas estavam abertos a conhecer outras experiências. Talvez por esse espírito de peregrinação o Rei de Portugal os tenha escolhido para cristianizar a gente das novas terras (SILVA; BITTAR; HAYASHI, 2007, p.132).

Os inacianos tinham facilidade não só de se adaptarem às novas realidades locais, como também de ajustarem suas atividades missionárias às novas exigências. Em alguns momentos, a realidade lhes impôs fazerem concessões e adequações para conseguir converter ou manter os gentios convertidos. Muitas vezes, tiveram que conhecer a vida, a religião e a cultura do diferente para, assim, desenvolverem meios adequados de cumprir com o objetivo final de sua ação que era levar a verdadeira religião àqueles que a desconheciam. Assim, o uso de costumes indígenas se incorporou nas estratégias dos Jesuítas no Brasil, por exemplo.

Pode-se apontar também o fato de eles já terem adquirido experiências educacionais anteriores, ou seja, já estavam acostumados com a realidade de possuírem colégios e sabiam do aparato que se requeria para a posse das instituições (WREGGE, 1993, p. 64) e os meios de consegui-los.

Mattos (1958) destaca que a educação jesuítica teve duas fases distintas, a fase dos “tempos heroicos” (1549-1570), referida aos primeiros 21 anos idealizados e comandados pelo padre Manuel de Nóbrega, que implantou o primeiro plano

⁵ Em 1564 a Coroa portuguesa adotou o plano da redízima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos (SAVIANI, 2013, p.49).

educacional do Brasil colônia. Iniciava-se com o aprendizado do português (para os índios); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra) (SAVIANI, 2013, p.43).

A primeira fase da educação jesuítica teve por objetivo a educação cristã no sentido de resgatar o catolicismo, abalado pela Reforma Protestante, e atender a política colonizadora através da imposição sistemática da cultura ocidental e cristã ao nativo. As escolas eram consideradas as sementeiras da unidade da fé e da unidade nacional, da paz e da vivência entre índios, brancos e miscigenados. Funcionavam como agências de “democratização”, aproximando os filhos das diversas raças e de diferentes condições de vida, a fim de alicerçar na unidade espiritual e escolar a futura unidade política da nação (MATOS, 1958). A educação jesuítica tinha por finalidade imbuir o homem das verdades cristãs, buscando mantê-lo longe das injustiças, bem como das heresias e pecados existentes na sociedade (CANTOS, 2009, p.54).

Ao chegarem ao Brasil, em 1549, os inicianos sob o comando do padre Manuel de Nóbrega, foram abrindo as primeiras “casas de ensino” junto às suas residências e aldeamentos também conhecidos como “escolas de ler e escrever, de contar e doutrinar” ou “casas de bê-á-bá” ou ainda “Confrarias do Menino Jesus”. Assim, foram aos poucos se infiltrando nas aldeias e levando os fundamentos de uma educação religiosa que foi se ampliando progressivamente pelo litoral.

A missão jesuítica no Brasil tinha o propósito de catequizar os gentios, bem como disseminar a religião católica entre o povo. Essas escolas recebiam como alunos os pequenos índios e portugueses que habitavam a região e ofereciam uma educação para além da leitura e escrita, buscando formar o caráter e a moral, ou seja, formar integralmente o indivíduo. A partir dessa data, começaram a ser implantados novos padrões culturais inteiramente distintos dos praticados pelos povos que habitavam o território. Tratava-se de um processo cultural com vinculações políticas, pois os Jesuítas forneceram, com a sua chegada, as bases ideológicas necessárias para a dominação portuguesa.

A historiadora Mary Del Priore afirma que as primeiras escolas fundadas no Brasil foram as chamadas Confrarias (casas) do Menino Jesus, que constituíram também o embrião dos primeiros seminários coloniais. O padre Nóbrega abriu esse

caminho ao fundar em São Vicente, em 1554, o primeiro colégio de catecúmenos que houve no Brasil. Ali juntou um grande número de meninos órfãos e abandonados, enviados de Lisboa para cá com crianças índias a serem catequizadas (DEL PRIORE, 1997, p.59). Pretendia-se, pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo à fé católica (SAVIANI, 2013, p.43). Duas eram as finalidades desses internatos: a preservação moral dos jovens e a preparação de candidatos à vida religiosa e sacerdotal (DEL PRIORE, 1997, p.59).

Costa (2009) relata que uma das estratégias adotadas pelos padres Jesuítas, a fim de conseguir alcançar os seus objetivos da conversão cristã, foi privilegiar a educação das crianças indígenas, isso porque os padres Jesuítas que estavam em missão no Brasil notaram que os índios adultos não se convertiam de fato e acabavam voltando aos antigos costumes. Assim, os inicianos acreditavam que, sendo educados ainda quando crianças, os indiozinhos poderiam aderir aos costumes cristãos e disseminar esses valores por toda a aldeia (TALDIVO, 2014, p. 16).

O processo civilizador dos jesuítas consistiu principalmente nesta inversão: no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande (FREYRE, 2017, p. 218).

Destacaram-se nessa fase duas casas, a da Bahia e a de São Paulo de Piratininga. Elas tinham como premissa preparar, na realidade da colônia, os “obreiros da vinha de Cristo Nosso Senhor”, conforme entendia Nóbrega. Isso porque a Companhia tinha que atender o território Português e ainda as colônias da África e do Oriente. Nesse caso, era preciso que o empreendimento colonizador no Brasil se bastasse a si mesmo, formando seus próprios missionários e apóstolos. Quando os Jesuítas chegaram ao Brasil, o número reduzido de padres obrigava-os a executar diversas tarefas ao mesmo tempo: catequizar, pregar, ensinar, organizar a vida material, etc. Tal situação foi se corrigindo na medida em que surgiram vocações, mas faltavam especialmente professores com a necessária formação para o ensino (ZOTTI, 2017, p.7). Como bem ressalta o autor Franca (1952, p. 32): “era preciso preparar o terreno para que a Colônia se bastasse a si própria, e em si mesma se formasse os futuros missionários e apóstolos”.

Nesse período, até o falecimento de Nóbrega, o ensino estava dividido da seguinte forma:

- 1º) Aprendizado do português e do tupi;
- 2º) Educação catequética;
- 3º) Escola de ler e de escrever;
- 4º) Educação de canto orfeônico e musical;
- 5º) Educação profissional ou aulas de Gramática Latina, correspondendo ao ensino secundário;
- 6º) Viagem de estudos à Europa (MATTOS, 1958).

No Brasil, os padres da Companhia de Jesus serviram-se do *culumim*, ou seja, filho de índio, também chamados de *curumim*⁶, para recolher de sua boca o material com que formou a língua tupi-guarani – instrumento mais poderoso de intercomunicação entre as duas culturas: a do invasor e a da raça conquistada. Não somente de intercomunicação moral como comercial e material. Língua que seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil (FREYRE, 2017, p.219). Sendo assim, nas primeiras escolas missionárias a língua nativa era ensinada junto com a, portuguesa e latina. Pode-se afirmar, portanto, que a língua, ensinada nos colégios, não era uma língua original dos indígenas, mas uma construção “ocidental”, a partir de uma das inúmeras línguas faladas pelos habitantes locais (MENDONÇA, 2010, p. 32).

A língua portuguesa era adquirida pelo convívio diário, iniciava-se o estudo das primeiras letras e do catecismo na escola de ler e de escrever. Os alunos que não eram selecionados para cursarem as aulas de gramática encaminhavam-se ao aprendizado profissional e agrícola, que tinha como um dos objetivos a subsistência das despesas com o colégio e os meninos, assim como de impor a ideologia da organização social e do significado do trabalho do colonizador, principalmente aos nativos da terra, que produziam somente para subsistência. Contudo, com a morte de Nóbrega, o ensino profissional por ele proposto é extinto e o ensino secundário caminhou para a aristocratização, por meio da exclusão do currículo de qualquer disciplina voltada à profissionalização (ZOTTI, 2017, p.8).

A música, a dança, o teatro e o canto, inicialmente, não faziam parte das estratégias missionárias da Companhia de Jesus, sendo ensinados como algo secundário, apenas como elementos de aproximação entre as culturas diversas. Porém, ao longo dos séculos, os inicianos começaram a perceber a inclinação dos aborígenes para essas atividades e logo se aproveitaram desses instrumentos para atraí-los e também ensinar-

⁶De acordo com o vocabulário indígena da Província do Ceará (1887), *curumim* significa menino, mas não todo menino, e sim o menino de sete até quinze anos.

lhes os dogmas cristãos. Além de um meio de comunicação e de um mecanismo para moldar os nativos à nova cultura, tornaram-se também instrumentos para aproximar os índios do Cristianismo e da escola de ler e escrever.

As estruturas físicas dessas primeiras instituições contavam com refeitório, cozinha, enfermaria, despensa, sala de estudo (ensino de ler, escrever e gramática), Igreja, sacristia e dormitórios. Espaços esses utilizados tanto pelos inacianos quanto pelas crianças. Como descreve o padre Manuel de Nóbrega, em carta de setembro de 1557, ao padre Miguel de Torres:

[...] as casas que agora temos são estas, scilicet, huma casa grande de setenta e nove palmos de comprimento e vinte e nove de largo. Fizemos nela as seguintes repartições, scilicet, hum estudo e hum dormitorio e hum corredor, e huma sacristia por rezão que outra casa que está no mesmo andar e da mesma grandura nos serve de ygreja por nunca depois que estamos nesta terra sermos poderosos pera a fazer, o que foy de sempre dezermos missas em nossas casas. Neste dormitório dorminos todos asi Padres como Irmãos asaz apertados. Fizemos huma cozinha e hum refeitório e huma despensa que serve a nós e aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão, e huma delas dormem os moços, em outra se lee gramatica, em outra se ensina a ler e escrever; todas estas casas asyhumas como outras são térreas; tudo isto está em quadra. O chão que fica entre nós e os moços não hé bastante pera que repartindosse eles e nós fiquemos agasalhados, mayormente se nele lhes ouvesem de fazer refitorio, despensa e cozinha como será necessario. Todas as mais casas necessarias a huma comunidade nos faltão a nós e a eles, como são humas necessarias, casa d'agua e de lenha, e outras desta maneira que quá são muy necessarias, e no sytio não há maneira pera se fazer, e sobretudo não lhe fica servintia pera a fonte e cousas necessarias ultra de não terem ygreja senão a nossa (NÓBREGA, 1557, p.263-264).

No relato de Nóbrega, fica claro que as casas (ou confraria de meninos) tinham uma estrutura precária, já que não comportavam, confortavelmente, os religiosos e os estudantes; tampouco havia cômodos suficientes para separá-los. Alguns cômodos tiveram que passar por adaptações para servir, por exemplo, como Igrejas. Havia necessidade de alguns insumos necessários para o bom andamento das casas, mas é possível também visualizar, no trecho citado, a preocupação com a construção de espaços destinados tanto à catequese quanto à escolarização.

Padre Anchieta descreve o cotidiano das atividades desenvolvidas pelos meninos órfãos, indígenas e mamelucos nessas casas:

Quase todos vêm duas vezes por dia à escola, sobretudo de manhã; pois de tarde todos se dão à caça ou à pesca para procurarem o sustento; se não trabalham, não comem. Mas o principal cuidado que temos deles está em lhes

declararmos os rudimentos da fé, sem descuidar o ensino das letras; estimam-no tanto que, se não fosse esta atracção, talvez nem os pudéssemos levar a mais nada. Dão conta das coisas da fé por um formulário de perguntas, e alguns mesmo sem ele. Muitos confessaram-se este ano, e fizeram-no em muitas outras ocasiões do que não tivemos pouca alegria; pois alguns confessam-se com tal pureza e distinção, e sem deixarem sequer as mais mínimas coisas, que facilmente deixam atrás os filhos dos cristãos: recomendando-lhes eu que se preparassem para este sacramento, disse um: é tão grande a força da confissão que, a seguir a ela, nos parece que queremos voar para o céu com grande velocidade (ANCHIETA, 1556, p.308).

Segundo Ferreira Júnior e Bittar (2005), “Pela narrativa de Anchieta fica evidente que os padres Jesuítas não separavam a educação escolar das primeiras letras do processo catequético que convertiam os filhos dos “gentios” à fé cristã”. Dessa forma, a aprendizagem dos “rudimentos da fé, sem descuidar o ensino das letras” era feita diariamente através da “preocupação com o corpo (alimentação) e a alma (confissão dos pecados) dos indiozinhos”.

Assim, as casas de bê-á-bá se transformaram, juntamente com as igrejas, nas primeiras instituições do Brasil colonial que difundiram de forma efetiva os valores da denominada “civilização ocidental cristã”. Para atingir tal objetivo, os padres Jesuítas utilizaram uma pedagogia fundamentada nos seguintes elementos: bilinguismo (preferencialmente português e tupi); catecismo com os principais dogmas cristãos; desmoralização dos mitos indígenas; e atividades lúdicas (música e teatro). O uso sistemático dessa pedagogia jesuítica no âmbito das casas de bê-á-bá pode ser considerado como a primeira grande ação ideológica de afirmação dos valores europeus quinhentistas no Brasil Colonial (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2005, p.5887).

As escolas de ler e escrever aceitavam mestiços, mamelucos, entre outros, porém, manter uma criança em uma escola colonial não era barato, apesar de a instrução ser pública, exigia-se do aluno material escolar, vestimentas, comida. Outro agravante era a distância. As escolas ficavam geralmente longe das fazendas e propriedades coloniais, dificultando o ingresso e presença daqueles que, mesmo providos de poucos recursos, aventuravam-se a estudar. O cansaço físico dos discentes, decorrentes do trabalho pesado nas lavouras nos engenhos, também era um empecilho para a continuidade dos estudos nesses estabelecimentos. Apesar de ser admitido nas escolas, esse grupo não era aceito nos cursos de nível superior das Universidades de Portugal. Isso acontecia porque os moços pardos e mestiços⁷ eram conhecidos pela sua falta de

⁷ Não se deve confundir pardos e mestiços com mamelucos. Os moços pardos e mulatos eram provenientes do sangue africano. Não se trata diretamente de mamelucos, isto é, sangue indígena. A expressão *mixti sanguinis* (mestiços) se pode aplicar também toda vez que houver mistura de sangue. O fato citado no texto refere-se aos pardos e mulatos (LEITE, 1945, p.75-76).

perseverança nos estudos, sendo, além disso, acusados de terem maus costumes (OLIVEIRA, 2014).

Ferreira Júnior e Bittar escrevem que para viabilizar as bases materiais de sustentação da missão evangelizadora, os jesuítas foram dotando, lentamente, as casas de bê-á-bá de terras, gado e escravos, principalmente por meio de doações régias; e, do outro, as Constituições da Ordem, promulgadas a partir de 1552, proibiam que os padres da Companhia amealhassem propriedades e se imiscuissem no mundo dos negócios seculares. A única exceção era feita aos colégios, tal como ficou estipulado no Capítulo II da Quarta Parte das referidas Constituições. Assim, a saída encontrada para manter os bens temporais que a Companhia já havia adquirido foi a transformação gradual das casas de bê-á-bá em colégios (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2005, p.5881).

Além disso, fatores como a não receptividade de alguns índios à chegada dos religiosos, as dificuldades iniciais da colonização, tais como as longas distâncias, a carência de recursos humanos e econômicos, o ambiente hostil, além do comportamento irregular de alguns órfãos fizeram com que os inicianos fossem abandonando as primeiras escolas e começassem a direcionar a sua educação à elite e aos futuros membros da ordem, dando início à segunda fase da educação jesuítica (1599-1759), marcada pela organização do ensino através do *Ratio Studiorum*.

A IV parte das Constituições da Companhia de Jesus dedicava-se à educação e, portanto, trazia as linhas mestras da organização didática e o espírito da atividade pedagógica da Ordem. No entanto, essa parte das Constituições registrava apenas a orientação geral das práticas pedagógicas. Foi então que se viu a necessidade da elaboração e sistematização de um projeto de estudo específico para assegurar as atividades pedagógicas nos colégios da Companhia, ficando conhecido como

Os mestiços, por possuírem frações de suas linhagens ligadas aos povos negros, sofriam algum tipo de exclusão social no período colonial, porém existiam caminhos para escapar dessa condição, segundo RAMINELLI (2015) e FREYRE (2014). Tanto o casamento (com brancos nobres) quanto a entrada em regimes militares (em altas patentes) podiam fazer com que alguns mestiços se consagrassem com a mobilidade social dentro da colônia. Através desses dois caminhos era possível sair da condição de mestiço e de seu passado ligado a linhagens cativas e se tornarem brancos, pois os mulatos, “procediam da mistura perniciosa de sangue livre com sangue cativo, cruzamento responsável, segundo a experiência, pela proliferação de sujeitos inclinados a maldades, faltos de fé, costumazes, rebeldes, dados a vícios, incorrigíveis; razão porque são justamente excluídos dos ofícios públicos” (RAMINELLI, 2012, P. 721). Ao efetivarem tais ligações, os mestiços e negros (em muito menor proporção) passavam pelo processo de embranquecimento perante os europeus. Esse embranquecimento era consolidado a partir da adoção, por parte do mestiço, de traços, costumes, roupas etc. do europeu. Esse último passava a enxergar o mestiço como um branco, devido suas atitudes e nova postura e/ou cargo de brancos. Isso significa dizer que, “em suma, as fronteiras entre as raças eram mais determinadas pela sociedade do que pela biologia.” (RAMINELLI, 2015, p. 216). (apud FURTADO, 2015, p. 17).

Ratio Studiorum. A análise mais aprofundada dar-se-á no último capítulo, juntamente com os colégios.

De acordo com Saviani (2011, p.126-127), o plano contido na *Ratio* era de caráter universalista e elitista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os Jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou se destinando aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, com o que os colégios Jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial. Por isso, os estágios iniciais previstos no plano de Nóbrega foram suprimidos. O novo plano começava com o curso de Humanidades e prosseguia com os cursos de Filosofia e Teologia, seguidos de viagem de estudos à Europa. Na prática, porém, os cursos de Filosofia e Teologia eram limitados à formação dos padres catequistas. Portanto, o que de fato se organizou no Brasil foi o curso de Humanidade, que tinha duração de seis anos e cujo conteúdo era de Gramática (quatro séries), com o objetivo de assegurar a expressão clara e precisa; a Dialética (uma série), destinada a assegurar a expressão rica e elegante; e Retórica (uma série), com que se buscava garantir uma expressão poderosa e convincente (SAVIANI, 2011, p.126-127).

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro defende que os brancos, portugueses, filhos da elite, eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. Essa educação era ministrada nos colégios, nos seminários e na Universidade de Coimbra, baseava-se em gramática, filosofia, humanidades e artes, e completava-se com o estudo de cânones e da teologia. Outros portugueses, pertencentes aos segmentos restritos das classes populares, tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar. Para os índios e mestiços, a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes se ensinavam, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos. Os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para tratar da educação/evangelização dos escravos. (CASIMIRO, 2002, p.87).

Ainda de acordo com a autora, ao lado do ensino formal, instituído pela Igreja e/ou pelo Estado, a Colônia comportava um número significativo de pessoas que não se enquadravam em nenhuma das categorias acima descritas, ou seja, indivíduos que eram “desclassificados”. Faziam parte de uma realidade composta de filhos de escravos domésticos, órfãos, crianças abandonadas, filhos ilegítimos (inclusive filhos de padres),

mestiços, negros alforriados etc., para os quais havia formas de educação distantes do padrão vigente. Muitas dessas pessoas conseguiram trabalho como aprendizes de oficiais mecânicos instalados e no comércio e, no caso das mulheres, muitas aprendiam ofícios domésticos e engrossavam os exércitos de doceiras, lavadeiras e quitandeiras que perambulavam pelas cidades da Colônia (*Ibid.*, p.88).

O século XVIII marca uma preocupação mais específica da Igreja com os jovens, em vista da carreira sacerdotal, por isso foram criados os seminários, com a finalidade de

[...] criar os meninos em santos e honestos costumes, principalmente no temor de Deus, e inclinação às coisas espirituais a fim de saírem bons cristãos. Além disso, hão de aprender a ler, escrever, contar, gramática e humanidades, e nas doutrinas que se fazem nos domingos, se há de procurar que aprendam os mistérios da fé com inteligência (DEL PRIORE, 1997, p.61).

No entanto, com a expulsão da ordem inaciana houve uma crise geral nos seminários.

Romanelli (2014, p.35) afirma que

Os objetivos práticos da ação jesuítica no novo mundo, que era o recrutamento de novos fiéis e servidores, foram atingidos. A catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo mediante criação de escolas elementares para os “curumins” e de núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação que se dava aos “curumins” estendia-se aos filhos de colonos. O que garantia a evangelização destes. A simples presença dos padres já era garantia de manutenção da fé entre os colonos. Quanto aos servidores da Ordem, estes deveriam ser preparados para o exercício do sacerdócio e foi principalmente para eles que se fundaram os colégios, onde se passou a ministrar o ensino das ciências humanas, as letras e as ciências teológicas. Foi também na camada dominante que se recrutaram os homens que iriam engrossar as fileiras dos sacerdotes da Ordem.

Nagel (1996) indica que grande parte da literatura sobre a ação educacional dos Jesuítas na Colônia posiciona-se a favor ou contra a atuação dos missionários inacianos. Na perspectiva positiva,

os Jesuítas são vistos como grandes catequistas, evangelizadores eficientes que despertavam muitas vocações, bondosos cristãos, opositores da crueldade dos colonizadores, defensores dos índios ou educadores conscientes que, compreendendo a realidade dos gentios, amoldavam os ensinamentos à sociedade indígena (NAGEL, 1996, p.25).

Na perspectiva dos juízos negativos:

[...] apontam, quase sempre, para dois aspectos. Um identifica nos Jesuítas ‘distorções na área afetiva’ tais como: autoritarismo, perversidade, violência, controle, imposição. Outro identifica uma ‘limitação de ordem cognitiva’ que termina por fazer com que a educação por eles encaminhada seja vista como fora da realidade do aluno ou da sociedade “brasileira” (NAGEL, 1996, p.25).

Segundo Romanelli (2014, p.34),

O ensino que os padres Jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o mercado de trabalho, uniforme e neutro, não podia, por isso mesmo contribuir para as modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão de obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. Podia, portanto, servir tão somente à ilustração de alguns espíritos ociosos que, sem serem diretamente destinados à administração de uma unidade produtiva, embora sustentado por ela, podiam dar-se ao luxo de se cultivarem.

Ao analisar a educação baseada no plano educacional jesuíta é possível ter uma visão diferente da autora citada acima, pois o sistema educacional tinha, sim, a preocupação de preparar as diferentes classes para assumir seus diferentes papéis, uma vez que o ensino elementar preparava os nativos da terra e escravos africanos para assumirem suas tarefas braçais. Enquanto o ensino secundário teve como função a preparação da aristocracia para exercer as funções dirigentes e administrativas da colônia. E, principalmente, para assumir o sacerdócio. Além disso, existiam diferentes níveis de estudo que dependiam da condição e lugar social. A educação religiosa dos Portugueses e seus descendentes era formal e ministrada nos colégios, nos seminários e na Universidade de Coimbra, e baseava-se em Gramática, Filosofia, Humanidade e Artes. Também havia o estudo de Teologia para os que almejavam seguir carreira sacerdotal. Já para os demais, a educação era ministrada nas missões, nas igrejas, nas senzalas, onde se ensinava somente o catecismo preparatório para a vida cristã. Essa pedagogia instaurou uma divisão dentro da sociedade colonial, gerando desigualdade social, intelectual e de trabalho, tornando a sociedade excludente. Tudo em prol da consolidação da posse das terras, acúmulo de riquezas e conquista de novos fiéis.

No entanto, é impossível, como afirma Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar imaginar:

O projeto colonizador metropolitano sem o concurso da ação missionária dos padres da Companhia de Jesus. O modelo econômico lusitano assentado no latifúndio, na mão-de-obra escrava e na monocultura da cana-de-açúcar, com a produção final voltada para o mercado externo, não teria logrado êxito sem o apoio decisivo dos religiosos inacianos. A catequese foi um elemento decisivo no processo de neutralização da resistência das sociedades indígenas e, por conseguinte, de facilitação da penetração dos interesses econômicos da Coroa Portuguesa. Foi nesse contexto de conflitos societários opostos que a Companhia de Jesus ganhou todo o apoio financeiro necessário para edificar tanto as casas de bê-á-bá quanto os colégios. Essas duas instituições da superestrutura ideológica colonial se constituíram em focos irradiadores dos valores da chamada sociedade ocidental cristã (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, p.5892).

Por outro lado, todo esse processo permitiu à Companhia de Jesus o acúmulo de riquezas, tornando-os ricos proprietários de terras, fazendas, gados, escravos e colégios. Nos dizeres de Paulo de Assunção, “enquanto administradores e gestores de bens temporais deram ensejo à construção de uma empresa com recursos consideráveis e cobiçados por muitos”. (2009, p.105).

Levando-se em conta as dificuldades, os objetivos, as dimensões geográficas do Brasil, as estruturas materiais, físicas e financeiras disponíveis e sua relativa autonomia, os números da obra jesuítica impressionam pela grandeza, pois foram fundadas 36 missões; escolas de ler e escrever em quase todas as povoações e aldeias; 25 residências dos Jesuítas; 18 estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários, nos principais pontos do Brasil, entre eles: Bahia, São Vicente, Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, São Luís, Ilhéus, Recife, Santos, Porto Seguro, Paranaguá, Alcântara, Vigia, Pará, Colônia do Sacramento, Florianópolis e Paraíba (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p.169-189).

Após 210 anos de serviços educacionais prestados ao Brasil, os inacianos foram expulsos da colônia no ano de 1759, pelo então ministro português Marquês de Pombal. Em decorrência dos choques de interesses da Companhia de Jesus e da Coroa, das crises econômicas do Reino português e do contexto marcado pelos ideais iluministas. “Portugal estava decadente em relação a outras potências europeias, e o Marquês pretendia reerguer o país, colocando as escolas a serviço do Estado e não mais da fé” (NASCIMENTO; COLLARES; ZANLORENZI; CORDEIRO, p.14).

É nessa conjuntura que surge um novo projeto educacional, que visava à substituição do sistema escolar jesuítico, de proporções bastante significativas para a época, por um sistema de aulas e de professores régios, controlados pelo Estado e que

vai perdurar no Brasil de 1759 até 1834 e em Portugal até 1860. Esse novo modelo educacional deve ser entendido, a partir de fatores internos e externos pontuados na tese da professora Tereza Fachada Levy Cardoso e que serão expostos previamente nesta parte da pesquisa, levando o leitor perceber que as alterações no campo educacional se fizeram necessárias, em decorrência do contexto da época, permeado por Revoluções (Francesa, Industrial, Científica), pelo movimento Iluminista, pela crise do Antigo Regime, dentre outros, os quais forçaram a monarquia portuguesa a estabelecer uma reforma no campo educacional que atendesse as novas demandas e garantisse a sua permanência no poder.

Logo, a criação de um sistema de ensino durante o reinado de D. José I, segundo Cardoso (2002, p. 108), “deve ser compreendida no contexto da implantação do Despotismo Esclarecido em Portugal, caminho político escolhido para conciliar a tarefa de modernizar o país com a preservação da Monarquia absolutista”. Sendo assim, os portugueses tornam-se os pioneiros na implantação de um sistema escolar estatizado, que acabou depois se expandindo pela Europa.

A professora Tereza Fachada Levy Cardoso aponta, ainda, que:

Uma das mais importantes e drásticas medidas tomadas pelo governo de D. José I foi a ruptura com os jesuítas e conseqüentemente com o pensamento escolástico, pois promoveu uma abertura para a transformação das mentalidades sem a qual o reformismo ilustrado não teria condições de se firmar. O rompimento com uma tradição de mais de dois séculos propiciou ao governo português a abertura à inovação, a transformação e a modernização (2002, p. 15).

O Marquês de Pombal almejava, com a Reforma, eliminar o tradicional ensino jesuítico e implantar um ensino moderno, tendo como base a filosofia moderna. Além disso, a Reforma permitiria controlar todas as formas de oposição ao Estado, fortalecendo-o, e ao mesmo tempo implantando uma moderna estrutura administrativa.

Quanto aos fatores internos que motivaram a Reforma Pombalina, ressaltam-se as questões econômicas, visto que um dos objetivos do marquês de Pombal era colocar Portugal em situação econômica capaz de competir com as potências europeias. Mas, para isso era preciso expulsar aqueles que criavam resistências aos planos do governo, ou seja, os jesuítas. Os religiosos não queriam abrir mão do poderio que exerciam nas missões indígenas da colônia americana, tampouco das terras que haviam conquistado no decorrer do processo de colonização, criando assim mais um impasse com a Corte portuguesa.

O plano de Portugal, segundo Cardoso (2002, p. 104), era o de “libertar os índios do controle direto das ordens religiosas em geral, e da Companhia de Jesus em particular”, objetivando inseri-los nas atividades econômicas mercantilistas. Além disso, objetivava-se fazer os inácianos espanhóis respeitarem as demarcações territoriais instituídas pelo Tratado de Madri. Havia um desejo de desapropriação das terras que pertenciam a Portugal e que estavam sendo ocupadas, indevidamente, pelos jesuítas espanhóis, que logo passaram a ser perseguidos pelo marquês.

No plano filosófico e no de seus desdobramentos no magistério, a autora ainda cita “a indiferença ou mesmo o espírito marcado pela animosidade daqueles mestres de batina com relação ao vento renovador trazido pela revolução científica que a administração esclarecida portuguesa procurava instituir” (2002, p. 273). Para Levy Cardoso, “a educação firmada pelos jesuítas passou a dissociar dos interesses da política esclarecida, que instituiu as Aulas Régias, objetivando tornar leigo o ensino tanto no Reino quanto nas possessões ultramarinas” (2002, p. 274). Deve-se pontuar, ainda, o receio de Portugal de perder a sua mais rica colônia para as tropas invasoras estrangeiras “ou para os originários da terra, movidos pelas ideias emancipacionistas, tão em voga” (2002, p. 109).

Instituir as mudanças no campo educacional significava não só apagar as influências jesuíticas, mas também formar as novas mentalidades condizentes com os novos tempos. Conforme Levy Cardoso (2002, p. 104), “além de expulsá-los fisicamente do Reino, era necessário também apagar a influência deixada pela educação jesuítica sobre a população”, daí a necessidade de promover “uma reforma que pretendia destruir a herança cultural deixada pelos jesuítas”.

Ainda segundo a autora:

A Reforma pombalina implementada em todo o reino luso com o advento das Aulas Régias⁸, a partir do alvará de 28 de junho de 1759, extinguiu o sistema de ensino baseado nos princípios sustentados pela Companhia de Jesus, que vigoravam havia dois séculos, tornando obrigação do Estado garantir a educação gratuita à população, estabelecer suas diretrizes e pagar os professores, subordinados todos a uma política fortemente centralizadora. A partir de então a educação tornava-se leiga, conduzida por organismos burocráticos governamentais e não mais na diretriz dos jesuítas, sem, contudo,

⁸ Segundo a autora Tereza Fachada Levy Cardoso, a palavra régio assume um caráter ambíguo no contexto do Despotismo ilustrado, porque ao mesmo tempo em que remete à figura do monarca, reiterando uma tradição absolutista, que persiste período afora, representa também o avanço que o termo traz pela contraposição à tradição de ensino por parte da Igreja. Nesse caso, as Aulas Régias significavam as Aulas que pertenciam ao Estado e que não pertenciam à Igreja. (Cardoso, 2004, p. 182).

abolir o ensino da religião católica nas escolas, que permaneceu obrigatório (CARDOSO, 2003, p. 200).

As professoras Ana Waleska Mendonça e Tereza Fachada Levy Cardoso (2008, p. 33), destacam dois momentos para o desenvolvimento da Reforma: “a promulgação do Alvará régio de 1759, que cria as aulas régias de gramática latina, retórica e grego e a Lei de 6 de novembro de 1772, que cria as aulas régias de leitura, escrita e cálculo, além das cadeiras de filosofia”. Dessa forma o “modelo de organização adotado pela Reforma Pombalina foi o das aulas avulsas de matérias que, ao menos em um primeiro momento, não guardavam entre si nenhum tipo de articulação” (MENDONÇA; CARDOSO, 2008, p. 33). Sendo assim, percebe-se que “a Reforma dos estudos não foi um processo linear. Ao contrário, foi marcada por diferentes etapas de um longo processo de implantação e de consolidação da nova prática” (*apud* CARDOSO, 2004, p.180).

Esse movimento reformador, além da premissa de proporcionar um progresso científico e a difusão do saberes, também teve a preocupação de “manter os privilégios típicos do Antigo Regime, como uma educação especial para nobreza numa composição própria do despotismo esclarecido” (CARDOSO, 2004, p.180)

Essa diferenciação interna se justificava, em função de uma série critérios que se apoiavam, no fundo, na correspondência entre a maneira como os estudos se organizavam e a forma hierarquizada como se percebia (e se pretendia) que se organizasse a própria sociedade. (MENDONÇA; CARDOSO, 2008, p.33)

Ana Waleska Mendonça e Tereza Fachada Levy Cardoso apontam, ainda, que “para grande maioria, bastaria o aprendizado de ler, escrever e contar, para outros, a precisa instrução da Língua Latina, e apenas a poucos se destinariam as aulas de grego, retórica e filosofia (apenas àqueles que pretendessem seguir os estudos superiores)” (MENDONÇA; CARDOSO, 2008, p.33). Além disso, a centralização da educação nas mãos do Estado facilitou o controle dele sobre o que deveria ser ensinado, lido, a qual público estava destinado cada fase da educação.

O sistema de ensino implantado no período pombalino não chegou substituir por completo o método de ensino jesuítico, apenas provocou algumas mudanças necessárias para o contexto da época. Novamente, Levy Cardoso afirma:

O sistema de ensino das Aulas Régias, que correspondeu ao que hoje denominamos de educação primária e secundária continuou sendo oferecido em aulas isoladas, sem alteração significativa quanto ao

legado jesuítico de um conteúdo que permaneceu literário e humanístico, a serviço da formação da elite, que no Brasil ajustava-se à sociedade escravocrata. (CARDOSO, 2002, p. 175)

3 FORMAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS PRIMEIROS SÉCULOS

3.1 A FUNDAÇÃO

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada a partir de conflitos que envolveram portugueses, mamelucos, índios Temiminós e Tupinambás, escravos e franceses. Nireu Cavalcanti (2004) explica que os homens que vieram para fundar uma nova cidade sabiam que as mesmas mãos que usariam para construir o patrimônio imobiliário também seriam usadas para “matar e ferir outros homens com dureza belicosa. Na paz seriam construtores, na guerra, soldados”.

Esse foi o começo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, amesquinhada no interior de uma paliçada de barro, situada inicialmente no sopé do morro Cara de Cão, com sua população acuada face à ameaça constante de ataques inimigos franceses e tupinambás. Mal nascia e já contava com a presença de contendores e desejosos de destruí-las. Mesmo depois de transferida para o Morro do Castelo, após a expulsão dos inimigos, o medo e a tensão continuavam a habitar cada um de seus moradores, sempre temerosos com a perspectiva de uma possível revanche. Antecipando-se aos presumíveis ataques, portugueses e aliados buscaram aniquilar os potenciais focos de ameaça (CAVALCANTI 2004, p.40).

Pode-se afirmar, então, que o desenvolvimento da cidade teve um viés militar de fortificação e defesa do território.

O primeiro reconhecimento da baía da Guanabara ocorreu no ano de 1531, quando os irmãos Pero Lopes de Souza e Martim Afonso de Souza receberam o comando da expedição do reconhecimento da costa brasileira e a missão de combater os invasores estrangeiros, principalmente, os franceses residentes na Baía da Guanabara. Como marco simbólico da posse das terras da Guanabara, foi construída por Pero Lopes uma Casa de Pedra⁹ próxima à desembocadura do rio, denominado Carioca, a fim de mostrar aos nativos da terra e aos estrangeiros que sondavam a costa que os portugueses tinham vindo para garantir o domínio da Coroa portuguesa naquelas terras.

Coube a Martim Afonso de Sousa a administração de dois núcleos urbanos – distantes entre si – a região da Guanabara e São Vicente, uma vez que seu irmão Pero Lopes foi enviado a uma nova missão oficial portuguesa às Índias e de lá não

⁹Casa de Pedra, segundo João da Costa Ferreira em seu livro *A cidade do Rio de Janeiro e seu termo: ensaio urbanístico*, publicado pela Imprensa Nacional em 1934, ficava no Flamengo, esquina das ruas Princesa Januária e Senador Eusébio.

retornando, por conta de um naufrágio. Mas, devido à falta de recursos e de gente para administrar os territórios que recebera, o donatário optou por abandonar a região da Guanabara, que tinha cerca de 55 léguas de extensão entre os rios Macaé e Curupacê, facilitando assim, a tomada da região pelos franceses.

No ano de 1555, Nicolau Durant de Villegaignon, a mando da França, desembarcou na baía do Rio de Janeiro com o propósito de ali fundar uma colônia denominada França Antártica.

Foi num domingo, 10 de novembro, 1555, que dois enormes navios, 200 toneladas cada, mais um barco com mantimentos, cruzaram a boca da Guanabara, saudando o novo mundo com bandeirolas coloridas presas às cordas e tiros de canhão. A tripulação de Villegaignon era composta pelo padre Thevet, o piloto Barré, seu sobrinho Bois-le-Comte, e oito soldados escoceses, veteranos do resgate de Maria Stuart. Havia, ainda, um índio brasileiro, tabajara, que vivia há muito na França – veio como intérprete. De resto, as duas ou três centenas de franceses que o acompanhavam na expedição eram desconhecidas. Na maioria homens que estavam presos nas infectas cadeias francesas onde passariam, provavelmente, o resto das vidas (DORIA, 2012, p.56-57).

Os Tupinambás, que almejavam expulsar seus antigos rivais Temiminós (coligado dos portugueses), aproximaram-se das embarcações e deram boas-vindas aos estrangeiros recém-chegados, com os quais outrora já tinham estabelecidos relações comerciais e se tornariam aliados. Os franceses tinham consciência de que precisavam firmar aliança com os Tupinambás para vencer os portugueses e os demais nativos. E assim a região foi tomada pelos franceses que construíram o forte de Coligny, (onde hoje é a praia do Flamengo), na Ilha chamada pelos índios de Serecipe, depois denominada Villegaignon.

Fincada no meio da Guanabara, mais próxima do Rio que de Niterói, tinha a forma de elipse, comprida uns 300 metros com 100 de largura. Na face curta que encarava a entrada da baía, não havia praia: pedras punham-se no caminho, escarpadas, impedindo que qualquer navio se aproximasse o suficiente para disparar tiros de canhão. No centro, sobre um rochedo, construíram uma casa de madeira onde viveu Nicolas Durand. À frente, cinco torres de alvenaria protegiam os homens em caso de ataque. O resto, abrigos para umas 80 pessoas, “era feito [de madeira e palha] à moda indígena (DORIA, 2012, p.80).

Os invasores pretendiam garantir com a ocupação do forte de Coligny a fixação em um local seguro do líder e de toda a sua tropa, já que havia perigo de invasão

portuguesa e de tribos indígenas rivais por toda a parte. O domínio da Guanabara representava para os franceses a possibilidade de continuar a explorar o pau-brasil no litoral.

Segundo Nireu Cavalcanti (2015, p.46), “a coroa portuguesa levou cinco anos para dar conta que poderia perder o território da Guanabara para os franceses”. Somente no ano de 1560, D. Catarina, regente de Portugal, resolveu nomear Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil, com a finalidade principal de expulsar os franceses do Rio de Janeiro e assim assegurar o poderio português naquelas terras, já que as inúmeras tentativas de negociações pacíficas de retirada dos franceses da baía fracassaram. Mem de Sá, então, reuniu uma esquadra que contou com o reforço de homens provenientes da Bahia, Espírito Santo, São Vicente, além dos Jesuítas e índios guerreiros convertidos sob a liderança dos padres Nóbrega (Bahia) e José de Anchieta (São Vicente). Na madrugada do dia 21 de fevereiro de 1560, os portugueses aportaram na Guanabara e tiveram início os conflitos que durariam até março. No dia 15 de março de 1560, a tropa portuguesa tomou o forte de Coligny, obrigando os franceses e Tupinambás a refugiarem-se no interior do continente.

Na manhã do dia 16 de março de 1560, como ocorria sempre que um local era dominado pelos portugueses, foi celebrada uma missa pelo padre jesuíta Manuel de Nóbrega. E, após a missa, o governador reuniu as principais lideranças para decidir o futuro da Baía. A Baía da Guanabara precisava ser ocupada. Era uma determinação real. O problema era por quem?

Os que já eram brasileiros tinham o que fazer em suas próprias terras – e os que vieram para a batalha, em sua maioria, voltariam ao reino. Na ausência de voluntários suficientes, Mem de Sá deu ordens para que os prédios na ilha fossem arrasados. A vila dos franceses, no continente, arrasada. Quaisquer aldeias indígenas por perto, arrasadas (DORIA, 2012, p.94).

Logo depois, o governador seguiu, juntamente com alguns de seus militares, para a cidade de Salvador, deixando abandonada a urbe carioca, que foi novamente ocupada pelos antigos rivais. Ainda que tenha sido alertado pelo Pe. Nóbrega sobre a importância de se povoar a região e fundar uma cidade, como se pode analisar no trecho:

Parece muito necessário povoar-se o Rio de Janeiro e fazer-se nelle outra cidade como a da Bahia, porque com ella ficará tudo guardado como a do Espírito Santo, que agora estão bem fracas e os franceses lançados todos fora, e os índios se poderem melhor sujeitar, e para isso mandar mais moradores e soldados (NÓBREGA, 1958, p.227).

Quando as tropas portuguesas se retiraram da Baía da Guanabara, os inimigos, foragidos nas matas interioranas da região, voltaram a ocupar a orla da baía, construindo duas grandes fortificações: uma no atual morro da Glória e outra na Ilha do Governador. E assim a coroa portuguesa não viu alternativa a não ser enviar para cá uma segunda esquadra, agora sob o comando de Estácio de Sá (sobrinho do antigo governador), tendo como incumbência a fundação da cidade.

Estácio de Sá aportou na Guanabara em 28 de fevereiro de 1565, acompanhado de militares vindos de outras capitânias, das tropas jesuíticas de São Vicente e cerca de setecentos guerreiros Temiminós, sob o comando de Arariboia. Esses militares lutaram por diversos interesses dentre os quais estavam o recebimento de terras, vantagens sobre os seus rivais e reconhecimento por parte da Coroa Portuguesa. De acordo com Frago (2000, p. 45-122), os colonos que participaram ativamente das lutas contra franceses e indígenas, liderando seus próprios guerreiros (normalmente índios), fornecendo armas, dinheiro e conhecimentos bélicos, receberam como reconhecimento por seus feitos, sesmarias, cargos e mercês variadas, transformando-se na Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro.

E no dia 1º de março de 1565, Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, assim batizada em homenagem ao rei D. Sebastião – morto na batalha de Alcácer Quibir – entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, atualmente Urca, tornando-se o primeiro governador-geral da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O padre jesuíta Gonçalo de Oliveira ergueu, no ano da fundação, uma casa-igreja à sombra do morro do Pão de Açúcar, o que significou para Leite (2004) que a ordem jesuítica teria sido responsável pelo assentamento, tanto do ponto de vista formal quanto material da cidade. Pedro Doria defende:

Em terra, começariam de presto a erguer uma cerca, ali onde os pés dos morros se encontram, um canto onde era possível vigiar o Atlântico e o interior da baía ao mesmo tempo, protegidos pelas muralhas naturais de granito. O Rio nasceu entre o Pão de Açúcar e o morro da Urca, e lá se isolaram os primeiros colonos (DORIA, 2012, p.118).

A carta escrita pelo padre José de Anchieta, responsável por acompanhar Estácio de Sá na expedição de fundação da cidade, ao padre Diogo Mirão, em 9 de julho de 1565, atesta o nascimento da cidade. Segundo ele,

[...] começaram a roçar em terra com grande fervor e a cortar madeira para a cerca, sem querer saber dos Tamoios nem dos Franceses, mas como quem entrava em sua terra se foi logo o capitão-mor a dormir em terra, e dando ânimo aos outros para fazer o mesmo, ocupando-se cada um em fazer o que lhe era ordenado por ele, a saber: cortar madeira e acarretá-la aos ombros, terra, pedra e outras coisas necessárias à cerca, sem haver nenhum que a isso repugnasse, desde o capitão-mor até o mais pequeno todos andavam e se ocupavam em semelhantes trabalhos (CAVALCANTI, 2004, p.23).

A partir do documento, pode-se notar um esforço por parte dos conquistadores em criar uma estrutura mínima que permitisse a permanência dos futuros moradores no núcleo primitivo da cidade. Também é possível observar a preocupação com a construção de uma cerca com características defensivas. Já que existia a possibilidade de novos ataques dos ameríndios rivais e franceses que ainda moravam nas mediações.

É bem sabido que o local escolhido, provisoriamente, para a fundação da cidade não foi ao acaso, visto que precisava responder satisfatoriamente às premissas econômicas, geológicas e militares da época. O local permitia a instalação de um excelente porto, fundamental para o comércio atlântico; suas características geográficas facilitavam a defesa de contra-ataques estrangeiros; sua estratégica situação tornava possível o controle da extensa orla marítima, além de permitir a interiorização no continente, em busca de metais e pedras preciosas (CAVALCANTI, 2004, p.22). Além disso, as cercanias do Morro Cara de Cão possibilitavam o controle dos núcleos inimigos situados na Carioca.

O mapa abaixo demonstra o território do Rio de Janeiro na época da fundação da cidade

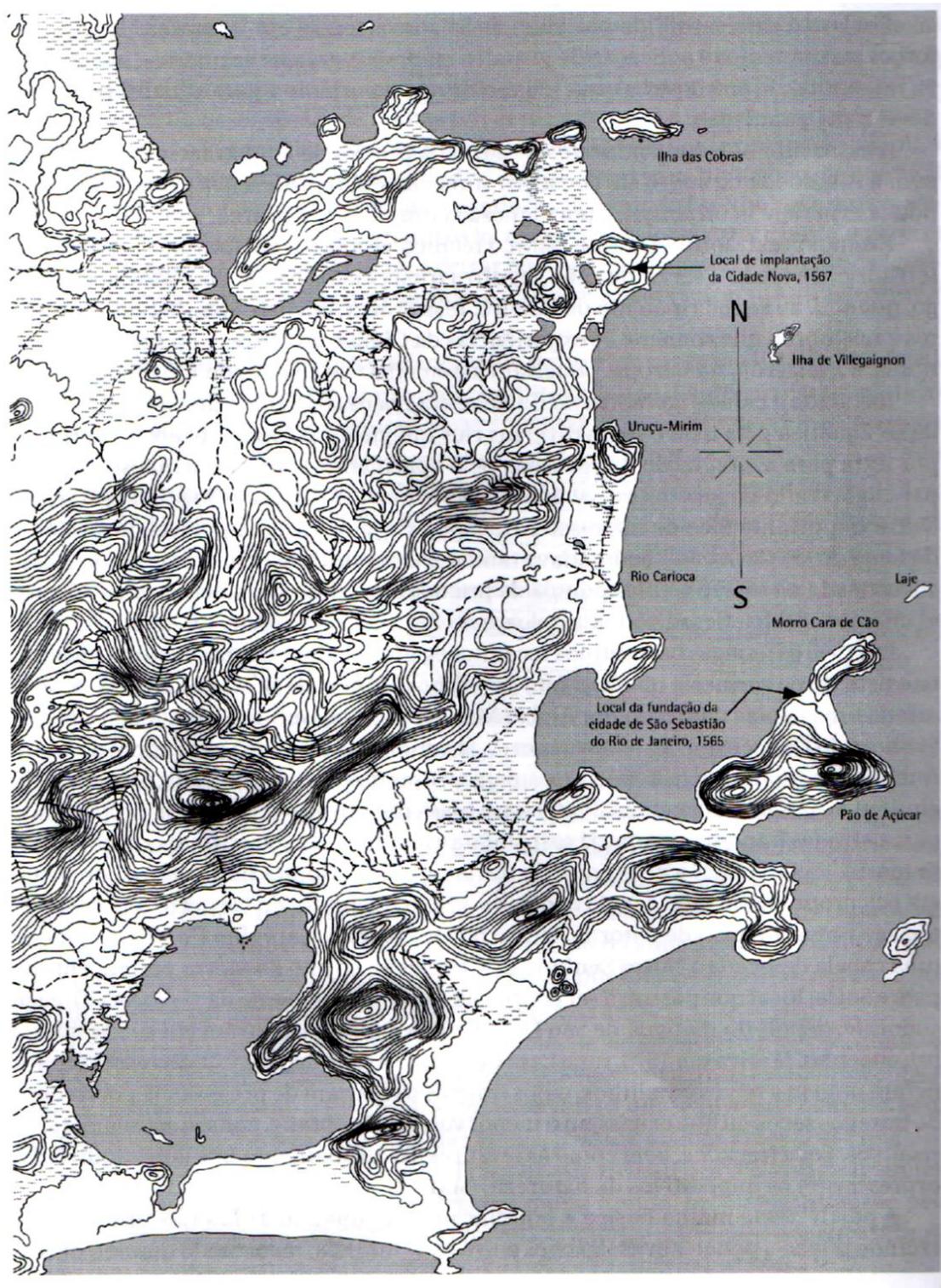


Imagem 1: O Rio de Janeiro setecentista (Fonte: CAVALCANTI, 2004, p. 28)

Nireu Cavalcanti (2004, p.23), diz que após o assentamento da cidade provisória, Estácio de Sá teve a preocupação de organizar uma mínima estrutura político-administrativa e judiciária para a cidade. Passando então a nomear aqueles que seriam o ouvidor, o escrivão de sesmaria, o tabelião e outras autoridades. E também distribuiu as

terras entre os Jesuítas e a Câmara, sendo os religiosos os primeiros a serem agraciados com as sesmarias, no dia 1º de julho de 1565, recebendo as terras de maior extensão. Já a sesmaria da Câmara só foi doada no dia 16 de julho do mesmo ano, medindo uma légua e meia de testada por duas de sertão, o que tornava essas duas sesmarias vizinhas e posteriormente rivais como será visto mais adiante. É importante ressaltar que a velha casa de pedra construída por Pero Lopes de Souza foi o marco inicial para a medição das sesmarias.

Mesmo após a fundação da cidade, ocorreram dois anos de lutas entre as forças luso-brasileira-temiminós e os franceses e seus aliados tupinambás. A correlação de forças mudou com a chegada de reforço vindo de Portugal, comandado por Cristóvão de Barros, acrescido de dois navios, seis caravelões da guarda de Salvador e a vinda do próprio governador-geral Mem de Sá e do bispo do Brasil, D. Pedro Leitão. De ânimo renovado, investiram contra o forte do morro da Glória sendo os inimigos derrotados, mas, infelizmente, com a perda de muitas vidas de ambos os lados, sendo o governador Estácio de Sá atingido por flecha envenenada em 20 de janeiro de 1567, o que o levou a falecer um mês depois (CAVALCANTI, 2015, p.48). Os franceses também perderam, nos dias seguintes, seu último reduto na atual Ilha do governador e dessa forma o domínio lusitano tornou-se pleno. “Da carnificina, o Rio fez-se português” (DORIA, 2012, p.133).

Mem de Sá, governador-geral, então, buscou transferir a cidade e seus habitantes para um lugar militarmente mais seguro. O sítio escolhido para levar os parcos duzentos habitantes de então, “os mais deles [...] mamelucos e casados com negras” foi o morro do Descanso ou de São Januário, depois conhecido como o do Castelo (PINHEIRO, 2015, p.23). O pequeno sítio permitia vigiar toda a Guanabara e, principalmente, a entrada da baía para prevenir a invasão de barcos inimigos e contava com a seguinte estrutura: uma igreja e um colégio pertencente aos Jesuítas, uma câmara, uma cadeia, algumas casas de armazéns e cercaduras. Porém, apresentava problemas que limitavam o crescimento e o fluxo da cidade.

3.2 O MORRO O CASTELO

Mem de Sá redigiu da seguinte forma o novo núcleo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro:

[...] Escolhi um sítio que parecia ser mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião o qual o sítio era de um grande mato espesso cheio de muitas árvores grossas em que se levou assaz de trabalho em as cortar e a limpar o dito sítio o edificar uma cidade grande cercada de trasto de 20 palmos de largo por outros tantos de altura toda cercada de muros por cima com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia. E fiz a igreja dos padres de Jesus onde agora residem telhada e bem concertada, e a sé de três naves também telhada e bem concertada, fiz a casa da câmara sobradada e grande, a cadeia, as casas de armazéns e para a fazenda de sua alteza sobradadas e telhadas e com varandas, dei ordem e favor ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e sobradadas, tendo isto feito por se rebelarem uns principais que estavam em umas fortalezas de muitas cercas dei sobre eles e os desbaratei, e se mataram muitos o que foi a causa de tornarem novamente a pedir pazes, mandei vir muitos moradores muito gado para povoar a dita cidade o qual se dá muito bem de que há já grande criação (CAVALCANTI, 2015, p.26).

É possível perceber, a partir do trecho da carta de Mem de Sá, que a instalação da cidade não foi uma tarefa fácil e que havia uma preocupação com a defesa militar. A colina era como descreve o governador-geral “de um grande mato espesso, cheia de muitas árvores e grossas”. O tombamento das árvores era necessário, não só para a instalação das moradias, ruas; como também para impedir que rivais as utilizassem como esconderijo. Também chama atenção a construção de “cercaduras altas feitas de grossos muros”, o que demonstra a preocupação com a defesa da cidade. “Mem de Sá deu o projeto de implantação a Nuno Garcia, um português que viera degredado para a Bahia muitos anos antes e que, mesmo após sua pena expirar, decidira permanecer no país como mestre de obras” (DORIA, 2012, p.150).

Segundo Paulo Cezar de Barros, denominado inicialmente de Morro do Descanso devido à árdua conquista que os portugueses tiveram para ocupá-lo, essa elevação fazia parte de um conjunto de vários morros cristalinos (S. Bento, Providência, Senado, Conceição e S. Antônio) que estavam encravados na planície encharcada e isolados dos maciços litorâneos. Composto por rochas gnáissicas bastante desgastadas pelo intemperismo químico, o Castelo ocupava uma área de cento e oitenta e quatro mil metros quadrados. Sua altitude era de 63 metros, e seus limites eram as atuais Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central), ruas Santa Luzia, Misericórdia e São José (Revista Geo-paisagem, 2002, p.2).

Por que teria sido escolhido justamente o Morro do Castelo e não o de São Bento, o outeiro da Glória ou mesmo o do Pasmado ou da Viúva para assentar a cidade? Segundo Lysia Bernades (1987, p.19), o Morro do Castelo com os seus 63 metros era o sítio defensivo que melhor respondia as necessidades da época. A autora, no trecho a

seguir, sinaliza os fatores que fizeram do morro o espaço ideal para fixar a cidade e seus primeiros moradores:

Com efeito, situava-se em um promontório, ou melhor, um tómbolo, quase isolado do continente, pois pântanos e lagoas estendiam-se à retaguarda das estreitas praias que formavam a linha de costa o que tornava quase inexpugnável por terra. Ao norte do morro estava o fundeadouro mais abrigado e aí vinham ter as naus, que também podiam proteger no Boqueirão, a lagoa situada logo ao pé do Castelo. Além disso, de todo os morros era o que dominava mais completamente a entrada da barra, fiscalizando a entrada das naus, permitindo ao mesmo tempo, a observação do interior da baía. Em confronto coma planície embrejada que o cercava, possuía ainda o Castelo outra vantagem – a salubridade, pois estava exposto francamente aos ventos dominantes e todas as tardes era, por assim dizer, varrido pela brisa. Mas, sobretudo, era ele que possuía a maior superfície, sendo o mais adequado, portanto, para o estabelecimento de uma povoação (BERNARDES, 1987, p.19).

Portanto, a colina era o local ideal para dar início à construção da cidade, porque possuía um topo relativamente plano que permitia construções. Era possível vigiar toda a entrada da Guanabara, que era cercada por pântanos e lagoas, dificultando o seu acesso e facilitando a sua defesa. Lá também havia uma fonte de água doce e sua inclinação favorecia o escoamento dos detritos. Mas, se por um lado o sítio apresentava vantagens do ponto de vista estratégico-militar; por outro, sérios problemas que limitavam o crescimento e o fluxo da cidade. O sítio não permitia grandes obras urbanísticas, nem um desenvolvimento regular do traçado urbano, possuía poucas áreas planas, apresentava um solo propício ao desmoronamento, escassas fontes de água, proliferação de doenças. Fatores esses que fizeram a população descer o morro e ocupar a parte baixa da cidade. Nireu Cavalcanti (2004, p. 27) aponta, “a combinação do baixo nível do terreno com a composição argilosa-aluvional do solo, o clima tropical quente e subúmido, o alto índice pluviométrico e a existência de lâminas de água estagnadas-tudo isso tornava o sítio impróprio à instalação da cidade”.

Fania Fridman (2017) ressalta que em 1567 a cidade foi transferida para o Morro do Castelo onde foi cercada por muralhas e baluartes, possuindo dois fortes, o de São Sebastião do Rio de Janeiro e o de São Januário, tornando-se uma cidadela, uma praça forte. Intramuros estavam localizados a Câmara, a casa do governador, a cadeia, os armazéns da Fazenda Real, a igreja e o colégio dos padres Jesuítas, o forte e as moradias dos ricos. Estabeleceram-se também as autoridades militares, civis e eclesiásticas que receberam sesmarias em todo o termo da cidade. Abaixo do Morro encontravam-se o pelourinho e a forca. A população carioca, no decorrer do século XVI, vai se espalhar

entre os quatro morros: São Bento, Conceição, Castelo e Santo Antônio. Nessa mudança, a aristocracia passa a residir no entorno do Castelo e a população pobre em bairros ao redor do morro de São Bento.

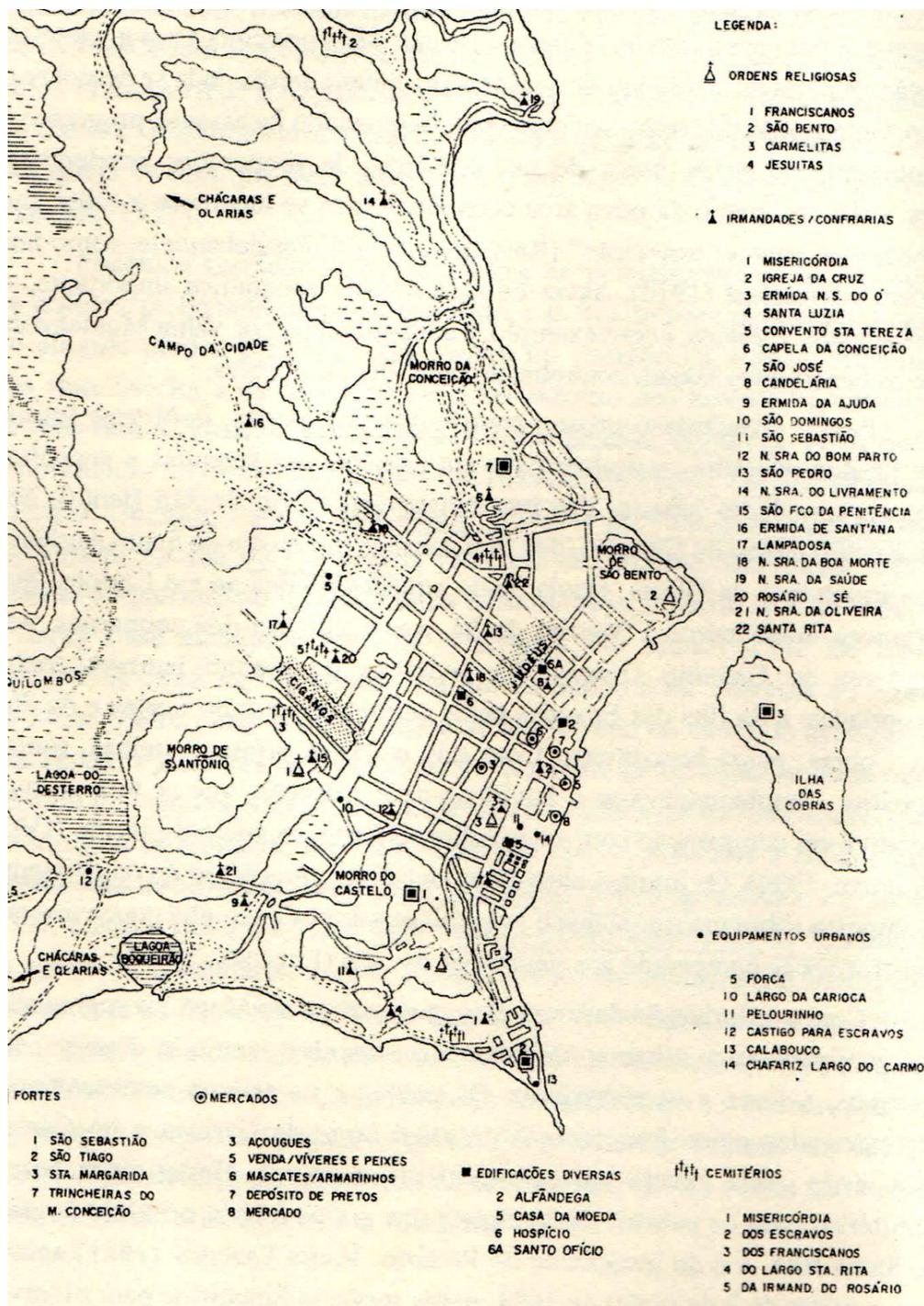


Imagem 2: Cidade do Rio de Janeiro Marcos Referenciais de 1565 a 1650 (Fonte: FRIDMAN, 2017, p.

Doria (2012, p.151-154) apresenta a estrutura física do Morro do castelo:

O colégio dos Jesuítas ficava à esquerda, na mesma encosta do forte, debruçado sobre a baía. Sua construção teve início em 1567, e em pouco tempo já dispunha de 10 a 12 quartos com chão e teto de cedro, um luxo para o tempo. A Igreja de Santo Inácio, anexa ao colégio, era uma das duas igrejas no cume. A outra igreja foi a primeira construção do Centro novo, ao fundo do morro, costas apontadas para o sul e frente para a praça principal, em formato quadrangular. Não tinha a pose da igreja dos Jesuítas, mas já era Igreja Matriz da freguesia de São Sebastião em 1569. Não longe da Sé de São Sebastião, também voltado para a praça, ficava um prédio de dois andares construído em pau a pique – um entrelaçado de madeira fina preenchido com barro e cal – que servia de Câmara e cadeia, embora fosse mais chamado de cadeia do que de Câmara. Para revesti-lo, usaram sapé à moda tupi, não tinha teto ou assoalho, como quase todas as casas naquele primeiro momento. Ao lado, o armazém seguindo a mesma estrutura de dois andares e a casa da fazenda Real, esta com varandas no segundo andar. O Rio nasceu cidade real e suas primeiras construções definitivas – igrejas, câmara, armazém e fazenda real – indicavam a intenção de ficar. O primeiro que se construiu, afinal, foi o espaço do Estado e o da Igreja.

Após ocorrer o povoamento do Morro do Castelo e cessado o perigo de invasões estrangeiras, em torno de 1570, os portugueses tomaram o rumo das terras planas ao norte da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, na região da Tijuca e ao sul, em volta da atual lagoa Rodrigo de Freitas, onde começaram a colocar em funcionamento os primeiros engenhos de cana de açúcar, produto que se seguiu a exploração do pau-brasil como principal matéria de exportação da colônia brasileira para a matriz europeia (PINHEIRO, 2015, p.23).

Nireu Cavalcanti (2015) afirma que, enquanto se desenvolviam os engenhos ao norte da cidade, o núcleo urbano do Morro do Castelo ensaiava os primeiros passos em direção à várzea, pois não havia espaço suficiente para abrigar as moradias, os templos, as casas comerciais, os armazéns e uma população que crescia aceleradamente. Do alto do Morro do Castelo foram abertas, então, três ladeiras de acesso à várzea, a da Misericórdia; a do Poço do Sapateiro, saindo na altura da atual Cinelândia, e a do Colégio, que unia o alto do morro à rua São José. “Contornando o sopé do morro do Castelo, vias uniam as saídas dessas três ladeiras”. Unindo a cidade nova, no morro do Castelo, à velha, na Urca, consolidou-se o caminho que passava aproximadamente pela atual Evaristo da Veiga, largo da Lapa, rua da Glória, rua do Catete, rua Senador Vergueiro, praia de Botafogo e rua da Passagem. No final desse caminho ocorria uma bifurcação: dirigindo-se uma via à Cidade velha, na Urca, e a outra para acesso a Copacabana. “Do caminho da praia de Botafogo saía a estrada que desembocava na região do antigo engenho real” (CAVALCANTI, 2015, p.50-51).

Ainda de acordo com Nireu Cavalcanti, no sentido de São Cristóvão, sede de engenho dos Jesuítas e acesso à Estrada Real, que se dirigia até Santa Cruz, havia três caminhos. Um, seguindo pela atual rua do Riachuelo, Frei Caneca, Estácio de Sá e São Cristóvão; outro, pela rua da Carioca, Visconde de Rio Branco até o atual campo de Santana, que, ao cruzá-lo e contornando a lagoa da Sentinela, iria encontrar a rua do Riachuelo. O terceiro caminho se fazia pela atual rua da Alfândega até o campo de Santana e daí mesmo o percurso da rua Carioca (*Ibid.*, p.51). Esses caminhos faziam parte da estrutura básica da cidade.

O aumento do comércio marítimo transformou o porto e as imediações da atual praça XV em centro administrativo e econômico do Rio colonial. Desta forma, a mudança da função da cidade, de militar para portuária, corroborou para descida do Castelo. Como aponta Fridman (2017), a descida do Morro do Castelo foi decorrente também de interesses dos principais produtores de riqueza: donos de engenho, produtores agrícolas, donos de armazéns e dos mercados. Estes almejavam o crescimento da cidade na várzea a fim de expandirem os seus negócios.

Os grandes proprietários na época colonial eram a Coroa Portuguesa, um pequeno número de nobres e as ordens religiosas. Eles possuíam glebas, datas e sesmarias que haviam sido doadas e que interferiam nas formas de organização do espaço. As ordens religiosas com seus patrimônios imobiliários e fundiários se constituíram, nas cidades, no vetor determinante para a ocupação (FRIDMAN, 2017, p.235).

As pesquisas realizadas por Nireu Cavalcanti sobre o patrimônio imobiliário da cidade, a partir da análise dos livros da Décima Urbana¹⁰, visando chegar a uma imagem bem aproximada de como era a cidade colonial quando da chegada da Corte, apontam que do total de 7548 imóveis com edificações registradas na área urbana, 86,6% pertenciam a pessoas físicas, 0,4% à Fazenda Real e 12,7% a instituições religiosas (CAVALCANTI, 2004, p.272). Esses dados contradizem a historiografia recente, já que a mesma afirma que as instituições religiosas eram proprietárias da maioria dos imóveis urbanos da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰ Décima: cobrança de uma taxa equivalente ao percentual de 10% sobre todas as formas de rendimento dos súditos. No Brasil, só veio a ocorrer após a chegada da Corte, quando o príncipe regente D.João, três meses após a instalação da família real no Rio de Janeiro, estabeleceu-a por meio de um alvará de 27 de junho de 1808. Restringiu-a, no entanto, aos imóveis situados no perímetro urbano das “cidades, vilas, lugares notáveis situados à beira-mar” (CAVALCANTI, 2004, p.259).

A soma das propriedades religiosas era pouco expressiva e isso se deve ao controle que o governo português exerceu sobre o patrimônio pessoal dos religiosos e das ordens religiosas, por intermédio das Ordenações Filipinas¹¹; as sucessivas “tomadas de empréstimos” que o governo fazia junto as instituições clericais, levando-as muitas das vezes a se desfazerem de parte de seus bens. O baixo número de propriedades da Fazenda Real também impressiona. Segundo o autor, isso se deve a política do governo português de não aplicar seus recursos em bens imobiliários (CAVALCANTI, 2004, p.272).

Apesar de não serem os maiores proprietários de bens patrimoniais na cidade do Rio de Janeiro, as ordens religiosas foram fundamentais para a organização espacial dela. Uma vez que ocuparam os morros da cidade, formando o famoso “quadrilátero”, que delimitaria a área urbana até meados do século XIX. Os Jesuítas (1549), os primeiros a chegar, acabaram se tornando os maiores proprietários de terras e se instalaram no Morro do Castelo; os beneditinos (1589) ocuparam o morro da Conceição; os Carmelitas (1590) receberam a colina do Carmo e os franciscanos (1592), por sua vez, ocuparam o monte de Santo Antônio. Além disso:

Cada ordem recebeu doação pública (governador e Câmara de Vereadores) e de particulares: de templo, de pequenas casas anexas, e terreno para ampliação da casa conventual, além de grandes sesmarias para a abertura de fazendas, ou de engenhos, e para as rendas e sustento dos religiosos e de suas atividades de atendimentos aos fiéis e oferta de escolas para as crianças pobres (CAVALCANTI, 2015, p.51).

Levando em consideração as condições da época, a ocupação inicial dos morros deveu-se também à própria insalubridade da planície. As colinas eram, naquele momento, os únicos locais possíveis para a ocupação e o povoamento, já que as planícies que os circundavam eram praticamente pantanosas. Desta forma, apesar da questão estratégica de defesa ter sido determinante, a questão sanitária também foi um dos pontos cruciais para que ocorresse a ocupação do Morro do Castelo e dos demais.

Segundo Fridman, do ponto de vista urbano, as ordens religiosas tiveram um papel importante. Abriram ruas em troca de terras, forneceram água em suas carroças para a população nas invasões estrangeiras, ofereceram bois ao governador para alimento de residentes de sua casa e comitiva, foram responsáveis pela educação, pela

¹¹ Proíbiam a compra de “bens de raiz” sem licença do Rei.

hospedagem dos romeiros pobres nos hospícios; o adro das igrejas acolhia os fugitivos, por estar acima das leis seculares. Além disso, “construíram valas de saneamento, diques, canais nas fazendas, obras que valorizavam seus domínios e, conseqüentemente, a cidade colonial portuguesa” (2017, p.57).

Nesse período, também ocorreram doações de terras as irmandades e confrarias com o objetivo de se construírem templos religiosos. Enquanto as Ordens ocupavam os morros da cidade; as irmandades e confrarias encontravam-se, normalmente, localizadas fora do perímetro urbano, o que contribuiu para o desenvolvimento e melhoramentos dessas áreas.

Dessa forma, a cidade se expandia à medida que os fiéis procuravam embelezar os templos dos santos de sua devoção, alinhar e aplainar as ruas que lhes davam acesso e construir residências nas imediações da morada de seus padroeiros. Também a vida social naqueles logradouros se enriquecia com as procissões e festas realizadas, bastante numerosas e bem distribuídas pelo ano inteiro (CAVALCANTI, 2004, p.206).

Sendo assim, cada ordem, irmandade e confraria se apropriava de uma parcela do espaço urbano. Essa dominação tinha uma base econômica por meio da produção (agropastoril e serviços), além da acumulação de propriedades e uma base ideológica, através da influência da religião católica. Ainda de acordo com Fania Fridman (2015, p.96), os religiosos eram responsáveis pelos referenciais diários da população: habitação, saúde, produção de alimentos, educação, melhoramentos urbanos. Essas ocupações foram importantes, uma vez que contribuíram para aumentar a extensão e os serviços na cidade.

Cavalcanti (2004, p.29) afirma que à medida que a população ia conquistando a restinga e a várzea, o antigo núcleo da cidade ia entrando em decadência. No século XVII, a cidade baixa já abrigava a casa da câmara, os armazéns reais, a casa da moeda, a casa do governador, a casa do bispo e até mesmo uma cadeia. Dessa forma, o Morro do Castelo ia sendo abandonando e sua sobrevivência se devia assegurada graças aos Jesuítas, que ali mantiveram sua moradia e o colégio, atraindo os estudantes e fiéis à cidade alta, que na época já era considerada “cidade velha”.

3.3 A INFLUÊNCIA JESUÍTICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Quando da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, os protagonistas principais foram os portugueses, chefiados por Estácio de Sá e os religiosos Jesuítas (Manoel de Nóbrega, José de Anchieta, Gonçalo de Oliveira e Luiz da Grã). Enquanto os primeiros comandavam os homens no sentido temporal; os segundos guiavam-nos espiritualmente, convencendo-os a guerrear contra os inimigos, a fim de expulsá-los da Guanabara para a maior glória da monarquia portuguesa e da Igreja católica (CAVALCANTI, 2004). Demonstrava, assim, a forte aliança existente entre o Estado português e a Companhia de Jesus no período colonial.

Os Jesuítas atuaram de maneira crucial no processo de formação e desenvolvimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Foram eles que acompanharam as diferentes investidas das autoridades sobre os Tamoios e Goitacazes, principais grupos indígenas que tentaram impedir o estabelecimento dos colonizadores em suas terras. E também montaram estratégias de ocupação das áreas mais afastadas do núcleo da cidade, trazendo “índios aldeados para ocuparem regiões depois que os habitantes primitivos já estavam reduzidos, mortos/escravizados” (AMANTINO, 2013, p.116-117)

De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida:

[...] Vencida a guerra contra os Tamoios e os franceses. Mem de Sá pediu a Arariboia que ficasse no Rio com os seus índios para a defesa da cidade e assim estabeleceu-se a primeira aldeia colonial no Rio de Janeiro: São Lourenço que, sob administração espiritual e temporal dos Jesuítas, tornar-se-ia baluarte de defesa da cidade. Outras três aldeias importantes da capitania atravessaram também todo o período colonial e foram igualmente administradas pela Companhia de Jesus: São Barnabé, São Pedro e Itaguaí, como diz Serafim Leite, para formar o triângulo defensivo da cidade (Leite, 1938-1950:95). Não foram raras as ocasiões em que a segurança da capitania e seus arredores foi garantida pelos índios sob o incentivo direto dos Jesuítas, que não perdiam a oportunidade de aproveitar essas ocasiões para obter maiores ganhos com a Coroa (2013, p.100-101).

Sendo assim, a configuração da cidade derivou de intensos enfrentamentos e negociação com os nativos sob a mediação da Companhia de Jesus, seja na atuação anterior e célebre de Nóbrega e Anchieta na Guerra dos Tamoios, nos descimentos de índios e criação de pontos-chave de defesa ou mesmo no comprometimento de ocupação de Cabo Frio com casa jesuítica, para dar fim a presença francesa e evitar a

holandesa e inglesa (FERNANDES, 2013, p.90). Quando do retorno dos Jesuítas de Cabo Frio, “foram recebidos com aplausos, e o reitor do Colégio aproveitou a ocasião para pedir mais terras, o que lhe foi concedido” (VASCONCELOS, *apud* SILVA, 1854, p. 223).

É importante pontuar que os favorecimentos cresciam na medida em que o poder real dependia da interferência religiosa junto à sociedade para garantir o domínio, tarefa que a Coroa tinha consciência de que era incapaz de realizar sem o auxílio dos inicianos.

Segundo Maria Regina Celestino de Almeida,

o indiscutível poderio alcançado pelos Jesuítas no Rio de Janeiro, foi possível, exatamente, pelo importante papel por eles desempenhado nas atividades missionárias, que lhes dava considerável poder de barganha com as autoridades. As outras ordens, com exceção dos franciscanos, que administraram a aldeia de Santo Antônio de Guarulhos, não se destacaram na ação missionária no Rio de Janeiro. Isso talvez se explique pela presença anterior, forte e determinada, dos inicianos nessa atividade (ALMEIDA, 2013, p. 98).

A Coroa portuguesa e as autoridades locais esperaram das Ordens e, especialmente dos Jesuítas, mais do que expandir o evangelho, também intencionavam abrir fronteiras, garantir a soberania em novas áreas ocupadas e, ainda, organizar a força de trabalho indígena (na construção de moradias, fortalezas, ruas e defesas) para atender aos serviços do Rei e dos colonos.

A Companhia de Jesus foi até a sua expulsão, em 1759, a Ordem mais poderosa e atuante na capitania do Rio de Janeiro, estabelecendo nela um Colégio (localizado no Morro do Castelo), aldeias, fazendas, além de desenvolveram atividades econômicas, com as quais construíram um grandioso patrimônio, utilizando-se para isso a mão de obra indígena e africana. Apesar do principal objetivo da Companhia de Jesus ser religioso, ao longo dos anos, os inicianos acabaram adquirindo força política e econômica na cidade em construção.

Os Jesuítas foram os primeiros agraciados com terras, após o assentamento da cidade. No dia 1º de julho de 1565, Estácio de Sá concedeu uma sesmaria à Ordem, medindo duas léguas em quadra. E somente “no dia 16 de julho do mesmo ano, o governador-geral ofereceu uma sesmaria à Cidade, de uma légua e meia de testada por duas de fundo, aproximadamente 130km² que após a intervenção dos Jesuítas ficou reduzida a 58,4m²” (FRIDMAN, 2017, p.255). Além disso, os loyolistas, que

demarcavam e mediam suas terras a partir “do melhor terreno, e os menos alagadiços causando assim à câmara um grande prejuízo” (HADDOCK LOBO, 1863). Estas sesmarias tornaram-se, então, vizinhas e posteriormente rivais, visto que os inacianos começaram a se apropriar, de forma irregular, de terras que pertenciam à câmara, colaborando para a sua diminuição. E isso, acabou gerando conflitos entre autoridades da cidade e os religiosos. Ao mesmo tempo em que aumentava a influência inaciana na malha urbana.

Fania Fridman (2015) assevera que os Jesuítas foram os maiores proprietários de terra no Rio Colonial até sua expulsão de todas as colônias portuguesas. Receberam várias concessões, entre as quais terrenos defronte ao Colégio no Morro do Castelo, “o melhor sítio da cidade”¹², para a abertura de uma praça, e *chãos* juntos a sua cerca¹³. Cabe acrescentar que o Colégio recebeu ainda a ilha de Villegaignon e a sesmaria do Iguassu “e suas águas”¹⁴, onde os loyolistas ergueram o Engenho Velho, o Engenho Novo e a Fazenda de São Cristóvão, produzindo açúcar, farinha de mandioca, cal e alimentos (p.87). Já no século XVII, tornaram-se também responsáveis por algumas outras fazendas na região, tais como as fazendas da Papucaia de Macacu, do Saco de São Francisco Xavier, de Santo Ignácio dos Campos Novos, de Sant’Anna de Macaé e dos Campos dos Goitacazes (AMANTINO, 2013, p.1119).

Telles (1992) afirma que:

Os Jesuítas, como os demais católicos, ao chegarem à cidade do Rio de Janeiro receberam datas e sesmarias. Seus domínios iam da Gávea até São Cristóvão, e pelo litoral, até a Serra da Tijuca. Possuíam a Fazenda de Santa Cruz, o Engenho Velho e o Engenho Novo, os dois últimos na sesmaria de Iguaçú, que englobava os atuais bairros do Catumbi, Andaraí Grande, Andaraí Pequeno, Engenho Velho, Engenho Novo e Inhaúma. Apesar dessas imensas doações, há documentos que acusam os Jesuítas de invadirem territórios. Outras denúncias de grilagem referem-se à segunda medição das terras da Câmara, quando se apoderaram da área compreendida entre os rios Catumbi e Iguaçú. Aforavam suas terras e, para valorizá-las, abriam valas e desviavam o curso dos rios com a construção de açudes e tapagens. Enquanto o pensamento econômico predominante na época colonial estava voltado para as exportações, os Jesuítas preocupavam-se com o desenvolvimento do mercado interno (*apud* FRIDMAN, 2017, p.28).

¹² FERNÃO CARDIM *apud* LACOMBE, 1970.

¹³ MACEDO, 1962.

¹⁴ Englobando os atuais bairros do Catumbi, Andaraí Grande, Andaraí Pequeno, Engenho Velho, Engenho Novo e Inhaúma.

É possível visualizar abaixo as propriedades da Companhia de Jesus na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro:

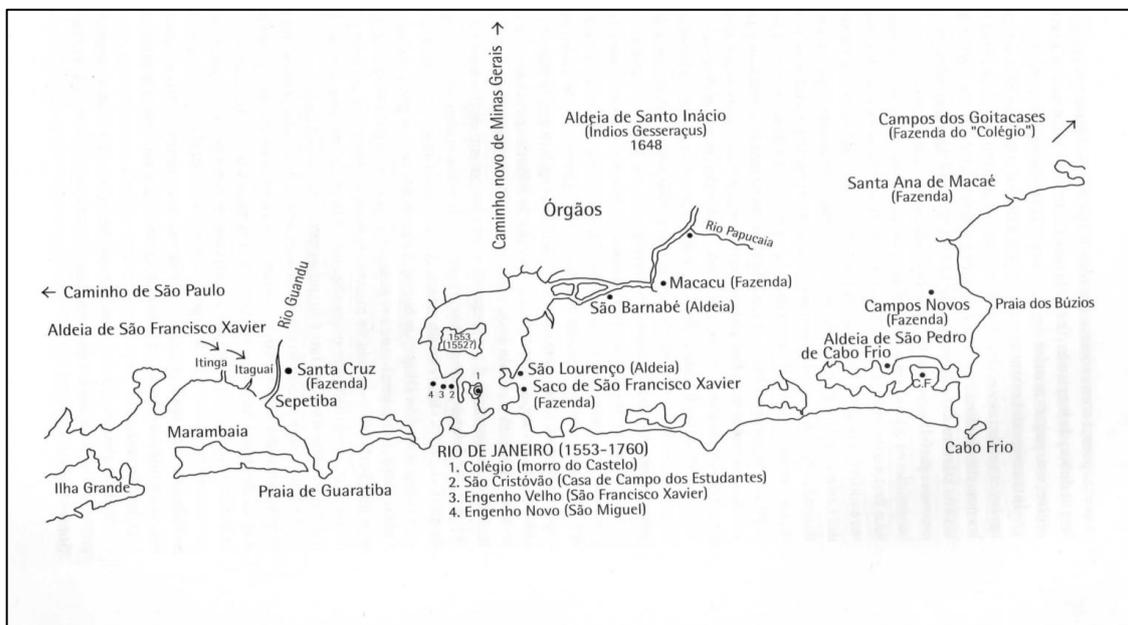


Imagem 3: Propriedades da Companhia de Jesus na capitania do Rio de Janeiro (Fonte: CAVALCANTI, 2004, p.67)

O acúmulo de terras pela Companhia de Jesus tornou-se possível graças às concessões feitas pelas autoridades coloniais por meio de doação de sesmarias. E foram ampliadas, a posteriori, por meio de compras, doações de particulares e grilagens, chegando a totalizar uma extensão de dez léguas. Os pedidos e os reconhecimentos de terras justificavam-se como sendo a única forma possível de conseguir manter o projeto catequético nas Américas, pois precisavam agrupar os nativos aldeados e alimentá-los.

A produção econômica das fazendas e dos engenhos inicianos abrangia a pecuária, atividades agrícolas (cultivo de arroz, feijão, mandioca, guaxima, anil, fumo, algodão, cochoilha, legumes, frutas e cacau) e manufactureiras, como engenhos de açúcar, casa de farinha, olaria, ferraria, carpintaria, serraria, fábricas de cerâmica, de canoas, de imóveis e de artigos de couro, um estaleiro, tanoaria, além das atividades de ourives, de prateiros e de tecelagem (FRIDMAN, 2015, p.87). Essas atividades econômicas eram mantidas pela mão de obra escrava (nativa e africana), legitimada pela fé.

As fazendas e os engenhos tinham uma produção voltada para o abastecimento do mercado interno da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Forneciam a subsistência agrícola e pecuária, primeiramente, para o colégio da Ordem e o excedente

era disponibilizado para a venda no mercado das cidades vizinhas e em Portugal. E, acima de tudo, eram responsáveis por gerar lucros grandiosos para o Colégio Jesuíta e para Companhia de Jesus, aumentando cada vez mais o poderio local dos inacianos. Num universo colonial onde a propriedade da terra era sinônimo de riqueza e poder, os inacianos tornaram-se ricos e poderosos (ASSUNÇÃO, 2009, p 188)

A lucratividade das atividades econômicas empreendidas pelos inacianos, bem como as doações feitas por fiéis e pela Coroa (dinheiro, terras) permitiram que eles conseguissem recursos para aquisição de imóveis na cidade nascente.

O patrimônio imobiliário da Companhia de Jesus na capitania do Rio de Janeiro era imenso.

Além da chácara no morro do Castelo, em que tinha o Colégio, o seminário, a igreja e a horta, os Jesuítas possuíam imóveis nas ruas da Alfândega, Candelária, Direita, Dom Manoel, Ouvidor, Rosário e das Violas, como também nas travessas do guindaste, da Quitanda e na Praia do Peixe. Ao todo, somavam 71 prédios, cujos aluguéis rendiam, em 1759, 6.551\$040rs e diversificavam-se quanto ao tamanho e a destinação de uso (CAVALCANTI, 2004, p. 65).

Estas eram erguidas pela mão de obra escrava africana e os índios aldeados, sob a supervisão de um mestre, utilizando materiais como cerâmicas, madeiras e cal, trazidos de suas fazendas. Isso significa dizer que a construção dos imóveis tinha um custo baixo para os membros da Companhia de Jesus, já que não precisavam pagar pelo trabalho braçal. Os materiais que precisavam para erguer as construções eram produzidos em suas fazendas e as terras e, em sua maioria, tinham sido adquiridas a partir de doações feitas por particulares e pelo Estado. Tais fatores contribuíram também para o acúmulo de tantas propriedades pelos inacianos.

LOGRADOUROS	CARACTERÍSTICAS DOS IMÓVEIS DOS JESUÍTAS						
	TOTAL	3PAV	2PAV	TÉRREA	LOJA	TERRENO	RENDIMENTOS
Rua da Alfândega	6	3	3	-	-	-	520\$000rs
Rua da Candelária	1	1	-	-	-	-	65\$000rs
Rua Direita	31	3	15	11	1	1	3.767\$120rs
Rua Dom Manoel	6	-	-	6	-	-	242\$400rs
Trav. Do Guindaste	4	-	4	-	-	-	99\$800rs
Rua detrás do Hospício	1	-	1	-	-	-	72\$000rs
Rua do Ouvidor	2	-	2	-	-	-	255\$000rs
Praia do Peixe	3	2	1	-	-	-	680\$400rs
Trav. da Quitanda	12	-	-	12	-	-	539\$200rs
Rua do Rosário	4	-	4	-	-	-	220\$120rs
Rua das Violas	1	-	1	-	-	-	90\$000rs
TOTAL	71	5	27	37	1	1	6.551\$040rs

Tabela 1: Localização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro pertencentes à Companhia de Jesus segundo algumas características e rendimento de aluguéis (c. 1760) (Fonte: CAVALCANTI, 2004, p.66)

Os inacianos alugavam algumas das suas propriedades a partir de um sistema de arrendamento, que consistia em um contrato de locação por tempo determinado, em geral por três anos. Com a pretensão de negociar periodicamente o valor, o acordo deixava também intacto o patrimônio territorial e gerava bons lucros à ordem e, conseqüentemente, à Coroa, visto que todas as ordens possuidoras de bens patrimoniais tinham que pagar um dízimo referente aos seus bens.

Este poder passa a ser questionado pelas autoridades religiosas e civis e pelos moradores, já que os inacianos estariam se distanciando dos seus dogmas e se tornando senhores de terra e de escravos e grandes comerciantes. Para a maioria da população:

Os jesuítas eram “homens de negócio”, pois fabricavam açúcar, vendiam gado, exploravam produtos naturais, operando o sistema como uma empresa, assumindo riscos, além de demonstrarem interesses de otimização dos lucros e redução das perdas e agirem como agentes comerciais na venda de produtos. A diversidade do patrimônio e das práticas dos jesuítas demonstra que eles se adaptaram às economias regionais, visando a obter uma melhor rentabilidade (ASSUNÇÃO, 2009, p.188).

Nos serviços cotidianos que afetavam a vida da população, a Companhia de Jesus era responsável pela educação, saúde, hospedagem, lazer. Foi a primeira ordem a criar um Colégio de fundação real e gratuito na cidade, que se tornaria a base da cultura colonial até o século XVIII. A medicina coube também aos padres da Companhia de Jesus, que além de utilizarem seus conhecimentos trazidos da Europa, ambientaram-se na cultura indígena. Eram os médicos da população, de armadas portuguesas e do

governador (FRIDMAN, 2017, p.24). O primeiro hospital da cidade foi o da Misericórdia, administrado pelos inacianos. Mas, além desse, havia um hospital no Colégio dedicado a tratar todo o tipo de gente e enfermidades. Além de contar também com uma botica que fornecia medicamentos para a cidade e localidades vizinhas.

Criaram espaços para hospedar os políticos importantes e pessoas que utilizavam a cidade como local de passagem. Por volta de 1638, os Jesuítas iniciaram na cidade do Rio de Janeiro o curso de arte e as peças artísticas, como estátuas e retábulos, eram realizadas, por mulatos, nas propriedades jesuíticas. Além disso, a ordem também organizava representações teatrais, normalmente, encenadas por estudantes do Colégio com temáticas religiosas e apresentadas nas igrejas. Por vezes, eram eles também os organizadores de outras formas de lazer como cavalhadas e procissões.

O século XVIII foi o momento áureo do poder econômico dos Jesuítas nas Américas e isto pode ser observado na quantidade de escravos que mantinham em suas propriedades. Na segunda metade do século, a Companhia de Jesus era a instituição que possuía o maior número de escravos no continente americano (FLECK; AMANTINO, 2014, p.452).

A Província Jesuítica do Brasil possuía, em 1757, portanto dois anos antes da expulsão dos padres da América portuguesa, 5.933 escravos, distribuídos entre os colégios de São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Concretamente, em torno de 56,34% de todos os escravos da Companhia de Jesus na América portuguesa, sem contar os escravos que trabalhavam nas propriedades no Estado do Grão Pará e Maranhão, pertencia ao colégio do Rio de Janeiro. Somando os 1.967 escravos que o colégio de Córdoba possuía com os 3.343 pertencentes ao colégio do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que a Companhia de Jesus era não só uma das maiores proprietárias de cativos na América, mas também que grande parte da geração de riquezas da ordem passava por estas duas cidades, uma vez que ambas estavam entre as mais importantes do Império português e do espanhol (*Ibid.*, p.452).

Propriedade	Total de escravos
Colégio	41
Engenho Velho	285
São Cristóvão	329
Engenho Novo	319
Papucaia	317
Santa Cruz	1.016
São Francisco Xavier	54
Campos dos Goitacazes	681
Santana de Macaé	111
Totais	3.343

Tabela 2: Escravos dos Jesuítas distribuídos por fazendas e ou engenhos, Rio de Janeiro, 1759 (Fonte: Catálogos breves e trienais; Auto de inventário da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho, de São Cristóvão, da Fazenda de Santa Cruz; Auto de inventário da fazenda de São Cristóvão de 1759 e Auto de sequestro na Fazenda de São Cristóvão e terras dela pertencentes em 1759)

Passados os anos heroicos da consolidação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, os conflitos entre a Companhia de Jesus e as autoridades governamentais, os fazendeiros, os comerciantes e os senhores de engenho começaram a aflorar devido à prosperidade econômica atingida pelos Jesuítas, decorrente do aumento da produção das suas fazendas de gado, dos seus engenhos de açúcar, das suas lavouras construídas com base na mão de obra escrava africana e no trabalho de índios aldeados. Por conseguinte, as classes mais abastadas da cidade passaram a vê-los como concorrentes. Além disso, havia a cobiça daqueles que desejavam se apropriar do patrimônio da Ordem e, para isso, não dispensaram esforços para retirá-los da cidade.

Os posicionamentos dos jesuítas frente a algumas situações, dentre elas, a defesa da não escravidão indígena; o apoio a políticos não aceitos por comerciantes, militares e vereadores; os embates diretos com autoridades governamentais e a proibição da exploração dos manguezais contribuíram para estremecer as relações entre os religiosos e as camadas mais abastadas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Tudo isso tornava cada vez mais impopulares. Além disso, a crise existente na metrópole entre o governo português e a Companhia de Jesus após o terremoto que destruíra a cidade de Lisboa e a ação do papa Benedito XIV, que almejava uma reforma da Companhia, ajudaram a enfraquecer a imagem e o poderio dos Jesuítas nas novas terras.

No último quartel do século XVI, uma legislação favorável à liberdade indígena (1570) acabou promovendo enfrentamentos entre os que eram a favor do uso da mão de obra escrava indígena e os religiosos Jesuítas, contrários a escravidão dos nativos. Alguns moradores da cidade se rebelaram envenenando e assassinando padres loyolistas. O motim se agravou em 1640, com a promulgação da bula, impedindo não só

o cativo, como também obrigando os colonos a entregar os índios já escravizados às aldeias jesuíticas. A violenta reação dos colonos da capitania do Rio de Janeiro não se fez esperar. “Os Jesuítas, os principais defensores desta norma, além de apedrejados nas ruas, tiveram suas propriedades depredadas. Como consequência a bula teve que ser revogada” (FRIDMAN, 2015, p.100).

“Em São Paulo, os padres foram expulsos, enquanto no Rio foi possível uma negociação intermediada pelo próprio governador Salvador Correa de Sá e Benevides, que foi pessoalmente ao Colégio ameaçado pelos colonos amotinados” (ALMEIDA, 2013, p.108). Esse episódio demonstra o prestígio e a força que os inicianos tinham na cidade e com as autoridades governamentais, mas que começava a sofrer seus efeitos reversos, pois os religiosos foram obrigados a assinar uma capitulação abrindo mão das determinações da bula.

Outro fator que contribuiu para a impopularidade dos seguidores de Inácio de Loyola na cidade foi a proibição da entrada de pessoas nos manguezais da baía da Guanabara, próximos as suas terras. De um lado, por uma questão de preservação ambiental, já que entendiam a importância deles para a reprodução do ciclo da vida de muitas espécies; do outro, a defesa de suas terras contra os invasores. A proibição gerou protestos e vereadores passaram, então, a dar apoio aos exploradores e a se posicionarem contra os Jesuítas. No ano de 1677, denunciaram os Jesuítas à Corte “por estarem exorbitando de seus direitos de proprietários, ao pretender regular os manguezais, cujas áreas, por pertencerem às zonas da marinha, eram consideradas públicas” (CAVALCANTI, 2004, p. 68). Assim, os Jesuítas acabaram sendo proibidos de fiscalizar os mangues.

A postura dos Jesuítas frente aos infames¹⁵ também desagradou a coroa e a elite portuguesa que vivia no Brasil. Enquanto na metrópole esse grupo não podia viver nos centros urbanos, tampouco, exercer cargos públicos, no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, cristãos novos, por exemplo, eram protegidos pelos inicianos, talvez pela carência de mão de obra portuguesa, chegando a exercer cargos nas irmandades e confrarias. Alguns se tornaram juízes, outros médicos.

Rita Filomena Andrade Januário Bettini (2006) destaca algumas críticas feitas aos membros da Companhia de Jesus, tais como: à acomodação missionária, “que se baseava na suposta tendência dos jesuítas em tolerar crenças existentes”, procurando

¹⁵Grupo no qual se inseriam os criminosos, desterrados, judeus, cristão novos, mouros, excomungados, ciganos, índios e negros (escravos ou livres).

sempre um aspecto espiritual comum que as ligassem a crença católica. Ou até mesmo “permitir que seus convertidos mantivessem alguns aspectos da fé e da filosofia de outrora”. Ainda segundo a autora, os Jesuítas também eram “acusados de utilizarem-se de seus conhecimentos de química e farmácia para curar e também para matar por envenenamento, surgindo muitas histórias para reforçar os mitos”. E continua, “os jesuítas foram muitas vezes acusados de crueldades com a juventude católica atendida em suas instituições”. E também era “considerada por seus inimigos como corrupta e perigosa; acusada de pedofilia, não poderia passar impune e encoberta pela imagem útil e boa das instituições caritativas e educativas jesuíticas” (BETTINI, 2006, p.19)

Após as críticas feitas às inúmeras regalias e privilégios da Ordem, os Jesuítas foram facilmente retirados das terras americanas na segunda metade do século XVIII e passaram a ser considerados os maiores inimigos do Reino. Sem muitas delongas, as atividades econômicas foram colocadas na ilegalidade e seus patrimônios ficaram sujeitos a sequestros. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida (2013, p. 111), “as duas devassas organizadas pelo bispo D. Antônio do Desterro revelaram vícios, corrupções, irregularidades e traições à Coroa por parte dos religiosos que, até então, eram tidos como exemplo de virtude e de dedicação aos serviços do Rei”.

Dessa forma, inquéritos foram instalados para averiguar os desvios morais, éticos e dogmáticos dos membros da companhia de Jesus. Alguns depoimentos coletados acabaram resultando na expulsão dos padres da Companhia de Jesus no ano de 1759. Os bens dos Jesuítas foram confiscados pela Coroa que os leiloou. Além disso, as barreiras da sesmaria da Companhia foram rompidas, permitindo o crescimento da cidade para o interior no decorrer do século XIX. Os interesses nas terras e riquezas jesuíticas talvez tenham sido os verdadeiros motivos para a retirada da Companhia de Jesus do domínio português.

Nireu Cavalcanti (2015) afirma que após a expulsão dos seguidores de Santo Inácio de Loyola, “a antiga sesmaria inaciana foi dividida em glebas, que foram vendidas a particulares, pelos diversos governos da capitania, via leilão público” (CAVALCANTI, 2015, p.65). Logo,

o desaparecimento das linhas limítrofes de sua sesmaria – verdadeiras barreiras que represavam a cidade, impedindo-a de expandir-se naturalmente para o interior do continente – o Rio de Janeiro pôde crescer no decorrer do século XVIII em direção a São Cristóvão, Tijuca, Andaraí, Pedregulho, São Francisco Xavier, Engenho Novo, e expandir-se pela atual zona norte, até alcançar os

terrenos da Câmara na Freguesia de Irajá e, daí em diante, espalhar-se pela baixada de Santa Cruz (CAVALCANTI, 2004, p.72).

Dessa forma, centenas de famílias cariocas que alugavam suas propriedades ou arrendavam parte de seus terrenos puderam, a partir desse momento, adquirir as propriedades que ocupavam.

4 REAL COLÉGIO DAS ARTES DO RIO DE JANEIRO

4.1 OS COLÉGIOS DO REINO LUSITANO

No século XVI, nas províncias de Portugal e em todas as do reino lusitano, como o Brasil, foram vários os colégios fundados e assumidos pela Companhia de Jesus. As experiências com colégios tiveram início entre os Jesuítas na década de 1540, os pioneiros foram o Colégio de Goa (1543), “o Colégio de Messina (1548) e Palermo (1549) e, em 1551, o Colégio Romano, que se tornou referência para toda a Ordem” (SAVIANI, 2013, p.50). As primeiras experiências impulsionaram esta atividade na Companhia, fazendo com que, a partir dali muitos colégios fossem fundados. Em princípio somente de formação para seus futuros padres e, depois, para alunos externos.

O êxito do plano de estudos e método pedagógico do Colégio de Messina e a subsequente instituição de outros colégios, com os mesmos propósitos, em diversas cidades (p.e.: Palermo, Roma, Colónia, Ferrara, Florença, Viena, Veneza, Pádua, Nápoles, Bolonha, Lisboa, Évora) transformaram o ‘ensino público’ numa prioridade pastoral da Companhia, consagrada nas suas Constituições e com regulamentação em documento próprio, discutido por largos anos, o afamado *Ratio Studiorum*, aprovado em 1599 (VERÍSSIMO, 2008, p.311-316).

De acordo com Mendonça (2010, p. 35), o mosteiro de Santo Antão, em Lisboa, foi a primeira casa que a Companhia de Jesus possuiu em todo o mundo. Originalmente, configurava-se como “colégio” apenas no sentido de residência comum dos padres jesuítas, uma vez que a proposta inicial da Companhia era de que nos “colégios” em que viviam, os padres tivessem a sua preparação espiritual, sem impedimento de atividades externas, e que sua formação acadêmica seria obtida fora de seus muros. O Colégio de Goa foi o primeiro colégio da Companhia a se abrir para estudantes seculares, em 1543. Lá se ensinava a jovens, de idade entre dez e vinte anos, principalmente a ler e escrever na língua latina. Em seguida vieram os demais colégios. Ainda segundo a autora, o colégio jesuíta de Messinas foi a primeira instituição a implantar o plano de estudos *Ratio Studiorum*.

A autora Franzen (2005) afirma que os colégios, originalmente, foram criados para atender à formação dos jovens que entravam na Companhia, mas desde logo, abriram-se para leigos, transformando-se nas mais importantes instituições de ensino para as elites católicas da Europa. O papel destes colégios era fundamental para a Igreja

Católica, naquele momento, tendo em vista o desenrolar da Reforma Protestante e sua expansão na Europa. Era necessário reconquistar as regiões perdidas, especialmente na Europa Central, e fortalecer as bases do Cristianismo romano nos reinos que haviam resistido às investidas do protestantismo, como França, Espanha, Portugal, Itália. Esta foi a Missão dos Jesuítas e os colégios tornaram-se o instrumento para alcançar tal objetivo. Em Portugal, desde a segunda metade do século XVI, os Jesuítas tentam controlar o ensino das primeiras letras à juventude (FRANZEN, 2005, p.49-50).

De acordo com a quarta parte das Constituições da Companhia de Jesus, os objetivos ao se estabelecer os colégios eram:

O fim que a Companhia tem diretamente em vista é ajudar as almas próprias e as do próximo a atingir o fim último para o qual foram criadas. Este fim exige uma vida exemplar, doutrina necessária, e maneira de apresentar. Portanto, uma vez que se reconhecer nos candidatos o requerido fundamento de abnegação de si mesmos e o seu necessário progresso na virtude, devem-se procurar os graus de instrução e o modo de utilizá-la para ajudar a melhor conhecer e servir a Deus nosso Criador e senhor. [...] Para isso, a Companhia funda colégios e também algumas universidades, onde os que deram boa conta de si nas casas e foram recebidos sem os conhecimentos doutrinários necessários possam instruir-se neles e nos outros meios de ajudar as almas (CONSTITUIÇÕES, 2004, p.117).

Na América portuguesa foram construídos quatro colégios ao longo dos quinhentos: o de São Paulo (1554), o da Bahia (1556), o do Rio de Janeiro (1567) e o de Pernambuco (1576). Os colégios jesuítas nasceram, na América Portuguesa, segundo Serafim Leite, sob os auspícios dos subsídios régios concedidos pelos reis portugueses para “sustentarem e formarem a quem no futuro os substituísse na catequese dos naturais da terra” (LEITE, 2004, p.51). Os colégios eram públicos e voltados para os jovens em geral, internos e externos. E também funcionavam como centros de formação intelectual e moral e difusor da cultura científica. Além disso, serviam como residências permanentes dos professores, padres, reitores, artificieis e escravos negros que viviam na província.

As casas (ou residências) eram a princípio escolas de ler, escrever e contar, voltadas para os meninos índios e os filhos dos portugueses. Aos poucos começaram a oferecer estudos mais avançados e, com a dotação real e o reconhecimento oficial, passaram a colégios. Com o progressivo desenvolvimento dos núcleos urbanos, os colégios tornaram-se estabelecimentos voltados exclusivamente para a formação dos brancos, com alguns estudos para os escravos negros, sem a presença dos índios. No Brasil colonial, os colégios jesuítas eram praticamente a única possibilidade de

ensino superior, possibilidade esta que desapareceria com sua expulsão e seria retomada somente no século XIX (HOLLER, 2006, p.40).

O colégio, segundo Célio Juvenal Costa (2007), era um espaço cultural, profissional, religioso, espaço de formação de valores e não só um conjunto de salas de aula. Para o autor, era um instrumento eficaz da “nova cruzada”, pois através do aprendizado de ler e escrever e dos assuntos mais complexos, a religião cristã, e obviamente a cultura ocidental, era injetada em meio ao ensino. O fato de o público dos colégios se formar por crianças e jovens facilitava, na visão de Loyola, o aprendizado das coisas cristãs e, com o tempo, os erros característicos daquela cultura seriam sanados.

De acordo com Carvalho (1992), a fundação dos colégios brasileiros de 1560 coincide com a época em que, na Europa, a Companhia se desenvolvia e entrava em grande fase de atividade construtiva, a partir da concessão pela Santa Fé ao colégio Romano do privilégio dos graus acadêmicos de Filosofia e Teologia, ampliando-se assim, o campo de estudos no sentido de “Universidade” (p.47).

Segue abaixo um quadro com os estabelecimentos de ensino dos Jesuítas na América Portuguesa

SÉCULO XVI			SÉCULO XVII		
Nome	Local	Ano	Nome	Local	Ano
Colégio Jesus da Bahia	Bahia	1556	Colégio São Luís do Maranhão	São Luís	1622
Colégio de Olinda e Recife	Pernambuco	1578			
Real Colégio das Artes	Rio de Janeiro	1573	Colégio de Santo Alexandre	Pará	1681
Colégio dos Meninos Jesus	São Vicente	1553			
Colégio de São Paulo	Piratininga	1554	Colégio de Santiago	Espírito Santo	1654
Colégio São Miguel	Santos	1589			

Tabela 3: Estabelecimentos de ensino dos Jesuítas no Brasil Colônia (HOLLER, 2006)

A atividade educacional dos Jesuítas foi tão intensa que quando da morte de Inácio de Loyola, em 1556, existiam 35 colégios em funcionamento no mundo e 40 a serem aprovados. Quando a Companhia foi extinta, ela contava com 546 Colégios e 148

Seminários e, fora da Europa, 123 Colégios e 48 Seminários totalizando 865 estabelecimentos de ensino (COSTA, 2007, p. 34).

De acordo com o historiador José Eduardo Franco (2006, p.155), “os religiosos inacianos intuíram que o ensino seria, em longo prazo, um dos instrumentos mais adequados e eficazes para realizarem a sua missão de restaurar a alma da Igreja Católica e de conquistar novas almas para o redil cristão”. Os colégios transformaram-se em “trincheiras católicas”, principalmente após o Concílio de Trento, fazendo dos Jesuítas “uma congregação ativa, munida de espiritualidade individualizante e linguagem guerreira”. O objetivo dos Jesuítas era preparar seus alunos para diversos cargos, sobretudo cargos de poder, já que a educação faz parte de um processo distintivo na sociedade (SANTOS, 2011, p.4). Nessa perspectiva, conforme expõe Fernandes (1980), os Jesuítas, desde sua chegada ao Brasil, em 1549, cuidaram de subsidiar o ensino de caráter público. Este “público” no sentido de estar aberto a receber todos que se interessassem e quisessem, de fato, estudar.

No início os colégios jesuíticos abriram suas portas somente para os que se tornariam membros da ordem inaciana, entretanto, até como meio de garantia de solidificação da religião, permitiram o ingresso dos chamados jovens externos, dessa forma, alunos internos e externos passaram a estudar no mesmo espaço. Como previsto na Constituição:

Instituam-se aulas públicas ao menos de estudos humanísticos, e mesmo de estudos superiores, conforme as possibilidades que houver nas regiões onde se encontram tais colégios. [...] nas aulas siga-se um método tal que os que vêm de fora sejam bem instruídos na doutrina cristã. [...] os que estudam humanidades deverão exercitar-se na fala habitual do latim e a fazer composições literárias. (Constituições, 2004 [392; 395; 447; 464; 466; 468; 470] p.131-144)

Em alguns desses espaços de aprendizagem na América Portuguesa funcionavam o ensino secundário e superior, a exemplo o colégio da Bahia e do Rio de Janeiro. O ensino secundário era composto pelos estudos das “Humanidades”, que consistia em duas classes, a de Gramática e a de Retórica, voltadas para os alunos internos (futuros membros da ordem) e externos. O ensino superior, pelo curso de Artes (ou Filosofia), destinados ao mesmo público e o de Teologia Moral e Dogmática (ou Especulativa) direcionado aos alunos internos.

As aulas eram de manhã e à tarde, com aproximadamente duas horas de duração em cada período. Terminado o curso de Letras, iniciava-se o das Artes ou Filosofia, em que eram estudadas Lógica, Matemática, Física, Metafísica e Ética. Para os candidatos ao clero, foi introduzido o curso de Teologia, que se dividia em Teologia Moral com “lições de Casos” e em Teologia Especulativa ou Dogmática. O curso de Artes tinha a duração de três anos e o de Teologia, de quatro (LEITE, 2004, Tomo I, p.29-31).

De acordo com Célio Juvenal Costa, os colégios não se restringiam à sua função educativa ou formativa, caracterizando-se também como centros administrativos da organização jesuítica. E, particularmente no Brasil, funcionavam da mesma forma que as paróquias e cúrias atuam hoje no seio da organização da Igreja Católica. Aos colégios eram subordinadas as casas, reduções, fazendas, enfim, todas as atividades dos Jesuítas (COSTA, 2007, p.97).

Segundo Serafim Leite,

No Brasil do século XVI, dividiam-se as propriedades dos Jesuítas em três grandes secções ou entidades jurídicas, possuidoras de bens correspondentes aos três colégios da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco, fazendo-se depender de cada qual as Aldeias e residências mais próximas (LEITE, 2004, p.107)

A localização dos colégios junto ao litoral atendia às necessidades de colaborar com a instalação e fixação dos núcleos populacionais, determinados pela Coroa, com o intuito de preservar a posse do território. Neste sentido, as unidades escolares iam se consolidando, muitas vezes, juntamente com cidade ou até mesmo a precediam. Sendo assim, os colégios se estruturavam em pontos preferenciais do traçado urbano – como será apresentado posteriormente sobre o colégio do Rio de Janeiro –, e contavam, em sua grande maioria, com uma estrutura física bem similar, constituído de um pátio central, a partir do qual se estendiam diversos aposentos com funções específicas. Neles podiam ser encontradas salas de aulas, dormitórios dos sacerdotes e de funcionários do colégio, refeitórios (que dispunha de dispensa e cozinha), além da Igreja, biblioteca, hospital e farmácia. Esses espaços eram utilizados não só pelos membros da Companhia de Jesus e estudantes, como também pelos demais públicos, incluindo residentes da cidade ou não.

Em busca de um ordenamento único e planejado de ensino, principalmente nos colégios, os Jesuítas se puseram a elaborar um plano geral de estudos. Após um longo período de experiências práticas, quase 50 anos, em vários colégios e províncias, a Companhia de Jesus cria, no ano de 1599, a *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis*

Iesu, o primeiro documento oficial pedagógico-educacional. Esse documento se debruçava praticamente sobre todos os aspectos do funcionamento dos estabelecimentos Jesuítas e o mesmo acabou por universalizar a ação educativa da Companhia durante muito tempo.

A *Ratio Studiorum*, como ficou conhecida, estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido. Reunia uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos Jesuítas em suas aulas. Os princípios da *Ratio* deveriam ser exatamente aqueles que deram origem à Companhia de Jesus, dentro do espírito da Contrarreforma: reafirmar e expandir a fé católica através de todos os meios, “para a maior glória de Deus” (TOLEDO, 2001, p.5).

Este manual prático discorre sobre os papéis de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: Reitor, Prefeito de Estudos, Professores, Disciplinadores e os Estudantes e, também, sobre os níveis de ensino (médio e superior) e sobre as matérias e disciplinas que os alunos deveriam cumprir. As atividades e filosofia de ensino que não se relacionam diretamente ao conteúdo também são descritas no *Ratio*, como, por exemplo, as competições entre alunos, entre classes, a disciplina, as orações e o preparo técnico para o sacerdócio.

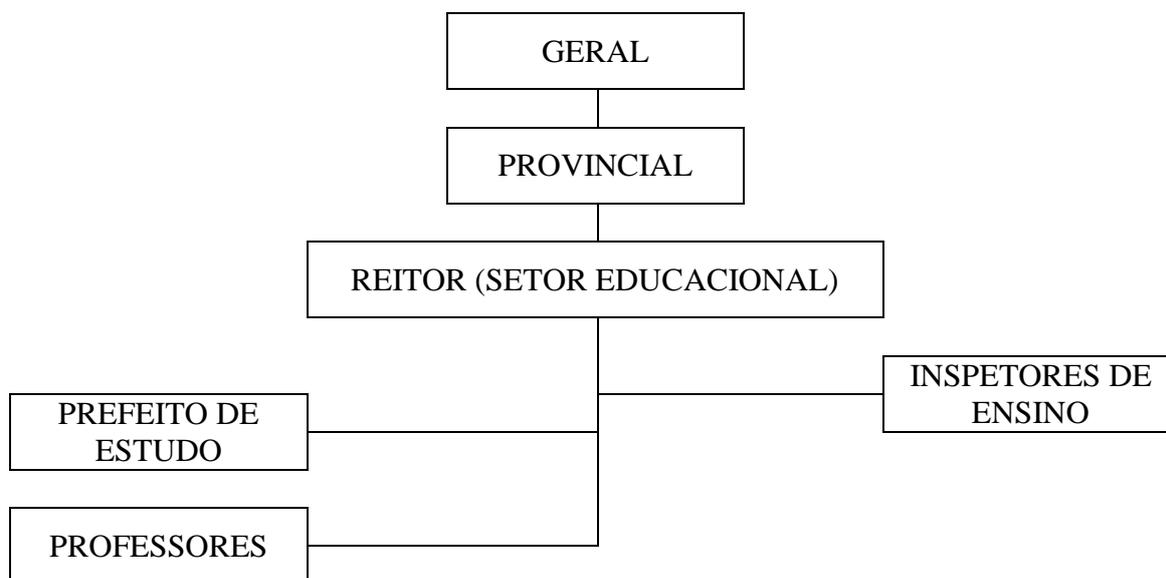
A organização administrativa do setor educativo se firmava da seguinte maneira: o Reitor era a figura central do colégio e o cargo mais alto da hierarquia escolar. Ele responsabilizava-se por nomear o Prefeito de Estudos; promover os estudos na sua Província; distribuir os ofícios; dirigir as reuniões dos professores; presidir as grandes solenidades escolares; fazer visitas esporádicas às aulas; regularizar e distribuir os exercícios e também observar os resultados satisfatórios ou não dos mesmos; fiscalizar a presença dos alunos nas disputas e repetições que ocorriam nas instituições; zelar pela formação do corpo docente; exercer alta vigilância sobre as normas propostas pelo *Ratio* e propor ao Geral as modificações observando as necessidade local ou as circunstâncias.

Logo abaixo do Reitor estava o Prefeito de Estudos, que era o braço direito do Reitor nas orientações pedagógicas. Era ele quem organizava os estudos; orientava e dirigia as aulas; zelava pela observância de regras do *Ratio* por parte de todos os alunos e professores; vigiava se os docentes estavam explicando toda a matéria; organizava as disputas que ocorriam nas instituições escolares; assistia esporadicamente as aulas dos professores, a fim de observar a postura dos profissionais, o conteúdo que estava sendo dado e ouvir os questionamentos dos alunos; formava e aconselhava os novos

professores. No mesmo patamar dos prefeitos estavam os inspetores de ensino, os quais eram escolhidos pelo Provincial.

Em última instância encontrava-se o professor, que estava subordinado ao Reitor e ao Prefeito de Estudos. “O docente tinha como função mover os seus ouvintes ao serviço e ao amor de Deus e ao exercício das virtudes que lhe são agradáveis” (FRANCA, 1952, p.10) orientando os discentes em seus estudos. Cabia a todos os professores antes do início das aulas rezarem juntamente com os seus alunos uma breve oração apropriada; alimentar a piedade dos alunos; evitar matérias e opiniões diferentes, devendo seguir os mestres aprovados e as doutrinas que, pela experiência dos anos eram mais adotadas nas escolas católicas; ser assíduo no cumprimento de todos os seus deveres; não demonstrar preferências entre um aluno e outro; velar igualmente pelos estudos dos pobres e dos ricos.

Devido a essa organização, havia entre os membros do colégio uma rigorosa fiscalização, permitindo que um vigiasse o trabalho do outro. Segue o organograma, para facilitar a visualização:



Se por um lado, os colégios da Companhia de Jesus na América podem ser considerados como espaços que, por excelência, visavam à formação dos quadros da ordem e da elite, por outro, se caracterizavam, também, pela intensa produção e circulação de conhecimentos, contribuindo de forma decisiva para a cultura científica na América do período, como atestam as boticas e as bibliotecas neles instaladas. (FLECK, POLLETO, 2015, p.148-149).

Levando-se em consideração os empecilhos impostos pela Coroa portuguesa para a comercialização, distribuição e circulação de livros nas suas colônias, as livrarias e as boticas do colégio representavam um grande avanço literário, visto que tornavam possível o contato com obras clássicas e o desenvolvimento científico. Segundo Serafim Leite, as livrarias “especializadas”, estavam voltadas às necessidades missionárias e, acima de tudo, às disciplinas que eram ministradas nas instituições de ensino, dando destaque para Humanidades, Matemática, Filosofia e Teologia, além de Direito Civil e História.

Serafim Leite afirma também que os Jesuítas procuraram instalar bibliotecas em todos os estabelecimentos, não havendo “aldeia, por mais recuada que fosse a profundidade dos sertões e rios, que não iluminasse ao menos uma estante de livros” (LEITE, 2004, Tomo IV, p.113). As boticas também contavam com um acervo bem variado de tomos de medicina e farmácia. Para Leite, “a necessidade local da colônia obrigou, pois, os Jesuítas a terem abundante provisão de medicamentos e também logo a procurarem os que a terra podia dar, com suas plantas medicinais”, dessa forma, os inicianos procuraram estudar e criar receitas próprias, o que contribuiu para aumentar ainda mais o acervo de livros (*Ibid.*, Tomo V, p.397) e melhorar a deficiente formação dos padres.

No período setecentista assistiu-se na Europa à ampliação da impressão e livros especializados em Botânica, Química, Farmácia e Medicina, o que acabou favorecendo a difusão e a modernização dos conhecimentos científicos, além de melhorar a formação dos homens da ciência. Apesar dos Jesuítas não serem especialistas da Ciência, eles acabaram atuando na América como médicos e boticários e, seguramente, para suprir a falta de conhecimentos e formação, os inicianos acabaram importando livros da Europa e incorporando-os às bibliotecas dos colégios contribuindo para a difusão de conhecimentos científicos na colônia (FLECK, POLLETO, 2015, p.155)

É importante salientar que apesar das bibliotecas e as boticas jesuíticas terem funcionado como espaços de pesquisas e aprendizado, os livros dispostos nas prateleiras passavam por um crivo de seleção e censura da Companhia, principalmente no decorrer do século XVIII, contexto do movimento iluminista. Foram vários os livros e autores censurados pelos inicianos tanto na metrópole quanto na colônia. Logo, o saber era cerceado pela ordem de Loyola, possuidora de grandes acervos. Esse cerceamento, no entanto, não evitou que livros proibidos fossem adquiridos clandestinamente em Portugal e nas terras que viriam a se chamar Brasil. A atração pelo proibido era grande,

logo foram utilizadas algumas técnicas que buscavam burlar as normas impostas, tais como: aos marinheiros, em suas viagens, eram feitos pedidos de determinadas obras; alguns exemplares proibidos eram misturados aos permitidos; outros vinham da Europa em fundos falsos de caixas a fim de ludibriar a fiscalização.

Os espaços de aprendizagem, para além das aulas, prestavam elevados serviços sociais à população brasileira, pois neles, em sua maioria, foram anexadas: enfermarias, onde se tratava gratuitamente os membros da Companhia de Jesus e pessoas que precisavam de algum tipo de assistência; farmácias que forneciam medicamentos, normalmente de plantas medicinais; igrejas que eram frequentadas pelos alunos e por toda a comunidade nos cultos e festas religiosas, além de bibliotecas, como já visto anteriormente, que disponibilizam livros para pesquisa e leitura dos estudantes, padres e demais moradores. Os relógios, normalmente situados na parte externa da torre dos colégios, serviam para cronometrar o horário e automaticamente as atividades das pessoas. Por vezes, esses espaços de ensino e aprendizado eram utilizados também para sepultamentos de padres e governadores mais importantes.

Bittar e Ferreira Júnior (2007, p.50) ressaltam que pedagogicamente os colégios jesuíticos no Brasil mantiveram especificidade em relação ao prescrito na IV Parte das Constituições e o *Ratio Studiorum*: “eles não se iniciavam exclusivamente a partir do ensino médio (curso de letras) e, portanto, comportavam também a escola de ler, escrever e contar”. J. M. de Madureira (*apud* FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2007) afirma que:

[...] em muitos lugares, mesmo na Europa e nas grandes cidades, ao curso secundário uniu a Companhia o curso primário nos seus collegios, sem alludir a todas as Missões em que os Jesuítas sempre ensinaram aos Neophytos e ao povo, quasi exclusivamente, as primeiras letras, na sua expressão mais simples – ler, escrever e contar (...). No Brasil, durante dois seculos, – quasi exclusivamente da educação do povo a Companhia se encarregou; em todos os lugares onde residia, abria collegios, com escholae primarias, desanalphabetizando e instruindo todos aquelles a quem ensinavam o catecismo (1927, p.391).

Devido ao contexto cultural do Brasil Colonial escravista e ao monopólio educacional da Metrópole, “os colégios da Companhia de Jesus não podiam prescindir, tal como na Europa de forma geral, das escolas de bê-á-bá”. Assim, os colégios jesuíticos se mantiveram como “instituições que congregavam o ensino das primeiras

letras com o ensino secundário, até porque a educação fora dos colégios inacianos era rarefeita” (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2007, p.50).

Por fim, conclui-se que os colégios criados pela Companhia de Jesus, no decorrer do século XVI, além de desempenharem seu papel educativo, também foram instrumentos de evangelização e civilização colonial à luz dos valores europeus, contribuindo, dessa forma, para o processo de expansão marítima-comercial-cultural europeia pelos diversos continentes do mundo, tendo como fio condutor levar aos povos a verdadeira fé cristã.

Conforme mencionado anteriormente, a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ocorrera no ano de 1565, após a expulsão dos franceses e da pacificação dos índios Tamoio. Ainda com a cidade em formação o Pe. Manuel de Nóbrega por intermédio do Pe. Gonçalo de Oliveira, superior dos Jesuítas no arraial, pedira ao governador as terras para a construção do futuro Colégio, que num primeiro momento serviria de moradia e dormitório para os padres da Companhia de Jesus. As sesmarias foram concedidas no dia 1º de julho de 1565 e abrangiam as terras de Iguaçu, de Macacu e a fazenda de Santa Cruz. De acordo com Serafim Leite,

Quanto à dotação de El-Rei, existe uma provisão de 15 de janeiro de 1565, em que ordena a Mem de Sá veja onde se poderá fundar um Colégio para 50 religiosos da Companhia de Jesus. Prestadas as informações requeridas, assinou El-Rei D. Sebastião, a 11 de janeiro de 1568, a provisão definitiva. O soberano português assumiu as honras de fundador (2004, Tomo I, p.145).

No dia 24 de julho de 1567 chegara ao Rio, vindo de São Vicente, o Padre Manuel de Nóbrega¹⁶ com o objetivo de assumir o reitorado do futuro Colégio Jesuíta e em agosto tomara posse juntamente com o Pe. Inácio de Azevedo, da Igreja de São Sebastião, esta ficava na sesmaria doada por Estácio de Sá. Entretanto, após lançar os fundamentos do espaço de aprendizagem, Manuel de Nóbrega veio a falecer, no mês de outubro, daquele mesmo ano, ficando a cargo do Padre Gonçalo de Oliveira, procurador da instituição de ensino, dar prosseguimento ao projeto. No ano de 1572, assume o

¹⁶Em 1553, Nóbrega foi escolhido por Loyola, com a aprovação do rei português, como o primeiro provincial da recém-província jesuítica do Brasil. Participou da fundação das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro e também na luta contra os franceses, como conselheiro de Mem de Sá. Além das suas viagens por toda a costa de São Vicente e Pernambuco, estimulou a conquista do interior e convenceu os portugueses a não permanecerem apenas no litoral. Nóbrega foi o primeiro a dar o exemplo, ao subir ao planalto de Piratininga, para fundar a cidade de São Paulo que viria a ser o caminho para o sertão e para a expansão do território brasileiro. Por desavenças com os portugueses que viviam no que viviam no Brasil e por divergências com o provincial português, Nóbrega foi afastado do provincialato em 1556. Passou o resto da sua velhice no colégio do Rio de Janeiro, até sua morte, em 1570.

reitorado o Padre Braz Lourenço e o encarregado da obra do colégio o Padre Afonso Bras (LEITE, 2004, Tomo I, p.138-139).

Os primeiros estudos na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tiveram início somente no ano de 1573, iniciando-se com o curso elementar de ler e escrever em Latim, de bons costumes e algarismo, tendo Custódio Pires como o primeiro mestre-escola do Rio. No ano seguinte, instituiu-se a primeira classe de Humanidades que ensinava o Português, Rudimentos gerais, Gramática e Retórica, com dezenove alunos no total, sendo cinco de casa e catorze de fora. Em 1583 a instituição já possuía três cursos: Elementar, Humanidades e Teologia Moral. Entre 1638 e 1640 iniciou-se o curso superior de Artes ou Filosofia, destinado tanto aos externos quanto aos irmãos da Companhia, tornando-se a primeira Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro.

O Colégio, no ano de 1691, já contava com um edifício ampliado contendo duas Capelas interiores, Farmácia, Enfermaria e Biblioteca que atendiam “a toda sorte de gente”, de acordo com Serafim Leite (2004, Tomo VI, p. 422). No final do século XVII, a instituição escolar já era a mais próspera do Brasil, superando o colégio da Bahia, de Olinda e os demais da Ordem. Em 1740 o Colégio recebeu o título de Real Colégio das Artes, mesma denominação do Colégio de Coimbra. Segundo o padre Anchieta, ao colégio estavam subordinadas as casas de S. Vicente, S. Paulo e espírito Santo (ANCHIETA, 1988, p.334).

Qual era a importância do título “Real” para o Colégio do Rio de Janeiro?

Os colégios reais, que na época eram três: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, além de gozarem do apoio da Coroa e de concessões especiais, tais como isenção de impostos, isenções na alfândega, isenção de Sisa, também possuíam o “privilegio de haverem livros proibidos na livraria do Colégio” (ANTT, Cartório dos Jesuítas, M.39 n.113) (FRANZEN, 2005, p. 57).

O Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro tinha a incumbência de ser a central dos trabalhos jesuítas, educacional e catequético em toda a região sul, por isso, os padres da instituição realizaram missões – por terra e mar –, que abrangiam Campos dos Goitacazes, Espírito Santo, Santos, São Paulo, Laguna e Rio da Prata. As excursões missionárias tinham o propósito de catequizar os gentios, pregar a palavra de Deus, realizar a caridade e também conhecer as línguas brasílicas (tupi-guarani) e africanas (LEITE, 2004). Além disso, garantia o domínio religioso e português nessas regiões.

Na capitania do Rio de Janeiro propriamente dita, o colégio controlava as fazendas do Engenho velho (o atual bairro da Tijuca); do Engenho Novo (atual bairro de

mesmo nome), de Santa Cruz (atual bairro de mesmo nome – a maior e a mais importante de todas, cujas terras eram limítrofes à região das Minas Gerais); de São Francisco Xavier (no bairro de São Francisco, cidade de Niterói); de Campos Novos (atual município de Cabo Frio) e a de Campos de Goitacazes (no atual município de Campos). A seu cargo, estavam ainda as aldeias de Itaguaí, no lado ocidental da baía da Guanabara, de São Lourenço dos índios (núcleo da atual cidade de Niterói), de São Barnabé e de São Pedro da Aldeia, ao norte da capitania. (CARVALHO, 1992, p.48). Essas fazendas, além de congregarem centenas de escravos que produziam para abastecer os aldeamentos, reduções, as cidades próximas e até mesmo outras localidades, eram responsáveis pela geração de lucros para o colégio e para a Companhia de Jesus, uma vez que garantiam não só a ampliação do controle de mão de obra como também o, das terras (FLECK; PALLETO, p.148).

4.2 A ESTRUTURA

O colégio do Rio de Janeiro era uma grande construção assobradada, de linhas classicizantes e grande volumetria, que certamente transmitia uma imagem de estabilidade ao pequeno núcleo urbano. As fachadas principais do colégio, da torre e da igreja, que fechava o flanco leste da quadra, formavam um só corpo linear. Projetado a partir de uma distribuição em quadra, o organismo do edifício articulava-se em torno do pátio central, com quatro partes distintas de utilização. A primeira destinava-se ao culto religioso da comunidade como um todo, a segunda, ao trabalho – a chamada *área scholarum* (pátio de ensino) – construída para alunos internos e externos (salas de aula, oficinas, teatro, biblioteca e sala da congregação), a terceira e quarta, localizadas nas áreas ditas *área collegii*, eram privativas à utilização pela comunidade religiosa e abrangiam a residência dos padres e dos irmãos estudantes da Companhia (cubículos ou celas, salas de recreação, enfermaria, situada ao abrigo das intempéries e que incluía capela e herbanário; refeitório, cozinha com despensa e forno; um “local comum”, reservado aos banheiros e sanitários); e o pátio da comunidade, uma área de subsistência constituída de um local aberto chamado de “cerca” (jardim com fonte, horta e pomar), contíguo a compartimentos destinados a depósitos, abrigo e criação de animais (cachoeiras, estrebarias, galinheiros, chiqueiros etc.) e a dependência dos serviços. Intermediando as áreas do colégio e das escolas ficava a portaria com o parlatório, local

destinado à negociação com a comunidade. Junto à portaria localizava-se a botica (farmácia) (CARVALHO, 1991, p 52-53.)

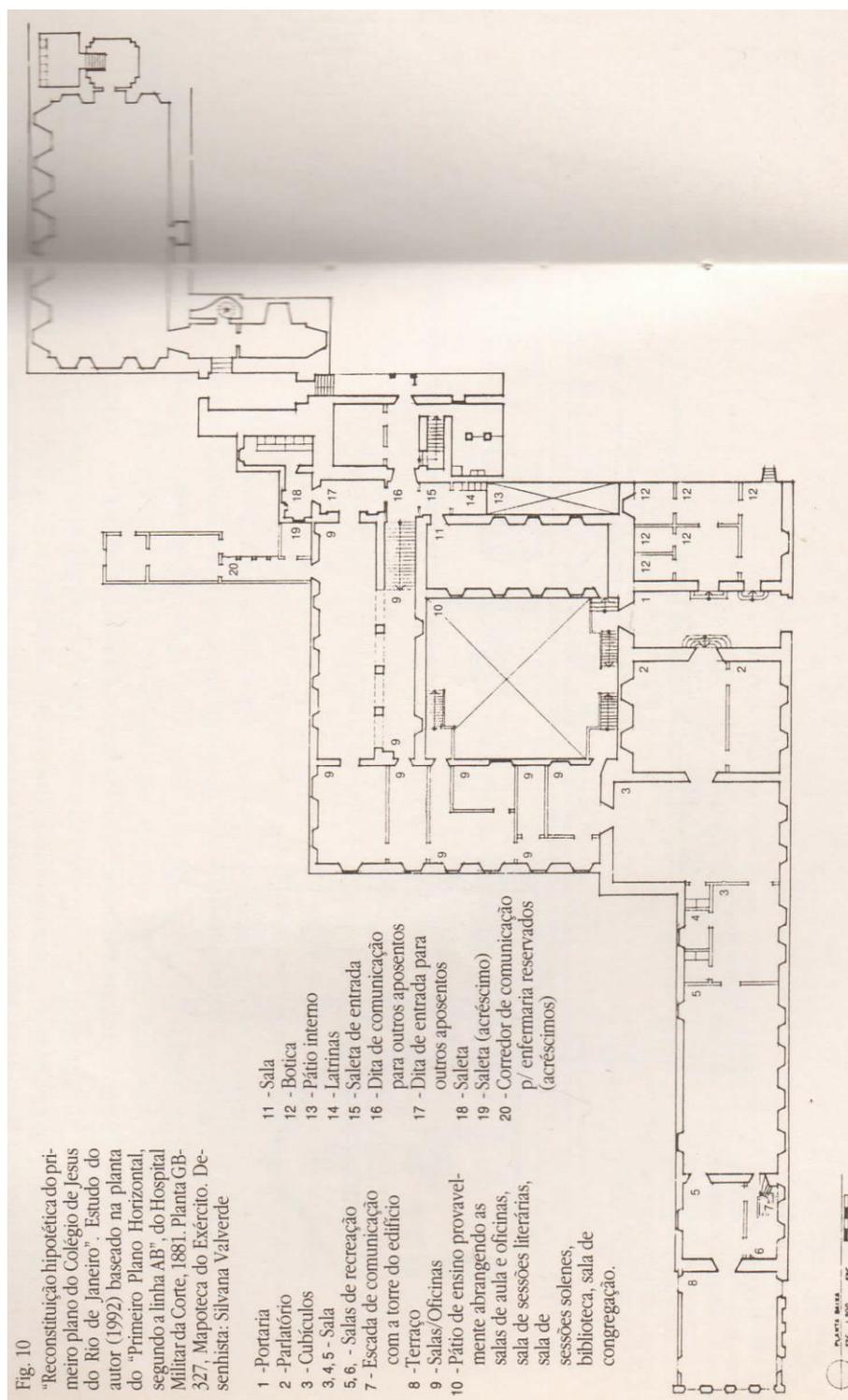


Imagem 4: Reconstituição do Colégio (Fonte: CARVALHO, 1991, p.54)

As primeiras estruturas físicas do colégio carioca foram erguidas de maneira muito precária e dessa forma tiveram que sofrer alterações e melhoramentos ao longo

dos anos, chegando a sua concretude somente em fins do século XVII. No entanto, até a expulsão da Ordem, em 1759, passou por ampliações para melhor atender as necessidades da cidade.

Em agosto de 1567 foi lançada a pedra fundamental da construção, em junho de 1568 foi aprovada a petição de Mem de Sá, em julho de 1569 o governador da capitania concedia mais “sete braças defronte da porta da Igreja [...] para terreiro do colégio” e os padres recebiam “nova sesmaria do terreno defronte da igreja [...], dez braças de chão que haviam sido dadas a Domingos Araújo [...]. O terreiro (ou praça) diante da igreja tinha uma importância fundamental na organização espacial do edifício jesuítico, pois preparava a passagem do estado profano para o sagrado” (CARVALHO, 1991, p.54).

Entre os anos de 1573-79 o colégio inaugurava as partes destinadas ao trabalho, à residência e à subsistência dos padres. Em 1583 é construída a nova igreja do colégio. Já no ano de 1619, a área destinada ao ensino sofre melhoramentos, uma vez que foram abertas duas classes de Humanidades: uma para os alunos internos da Companhia, e outra, de ler e escrever para os externos. Entre 1638 e 1640 aumentam-se o número de alunos e os cursos de Latinidades desdobra-se em dois: Rudimentos e Superior; é aberto o curso de Artes para alunos externos e mais nove irmãos da Companhia, que viria complementar o colégio como um estabelecimento de ensino superior, o primeiro da cidade (*Ibid.*, p.54).

Por volta de 1643 e 1648, em decorrência do crescimento da cidade e da conseqüente descida da urbe do Morro do Castelo para a várzea, os Jesuítas chegaram a pensar em abandoná-lo, mas devido ao grande investimento estrutural feito no colégio, eles optaram por se manter no monte. O colégio sofreu, então, melhoramentos e ampliações para melhor atender as novas demandas. A solução encontrada em 1648 foi a de ampliar a quantidade de salas de aula e, acresce-se a isto, a construção de casas à parte para o abrigo de políticos e de pessoas importantes que vinham de outros lugares e, que antes se hospedavam no interior do Colégio. E em 1680, a ladeira do colégio foi alargada e foi construído um guindaste, com o objetivo de facilitar a integração da várzea com a instituição de ensino e vice-versa. Em 1691, o edifício já era considerado amplo e cômodo, porém no seu quintal são anexadas duas capelas interiores, botica, enfermaria e biblioteca (*Ibid.*, p.55-57).

Nos anos de 1706 e 1707, o colégio foi agraciado com um “verdadeiro hospital” para o pessoal externo, já que a enfermaria existente era “*insuficiente e*

imprópria”. O novo espaço contava agora com duas salas, uma para mulheres, outra, para os homens, onde se assistiam física e espiritualmente os doentes (LEITE, 2004, p.422). Ao findar da primeira década do século XVIII, a instituição carioca já era considerada a mais importante da colônia.

Segundo Bittar e Ferreira (2007, p.50), na mesma proporção em que a Companhia de Jesus se transformava numa grande proprietária de terras (fazendas de gado e cana) e escravos, os prédios das igrejas, colégios e residências iam ficando mais sólidos. Os mais emblemáticos colégios jesuíticos do século XVI – São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Pernambuco (1575) – ganharam nas centúrias seguintes uma estrutura clássica do que foi a arquitetura jesuítica no Brasil Colonial, isto é, uma arquitetura plasmada pelo estilo barroco, tal como ocorria na Europa.

O Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro possuía, em suas dependências, espaços que tinham uma importância para além do ensino-aprendizagem na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e por isso, merecem destaque, tais como: a Farmácia, o Hospital, a Igreja e a Biblioteca.

A farmácia fornecia medicamentos para outras farmácias da cidade do Rio de Janeiro, para as aldeias e para fazendas da região. A botica era constituída de uma sala e uma oficina, além de uma espécie de loja, onde se disponibilizavam medicamentos ao público. Em períodos de epidemias, estudantes, padres e servos distribuía gratuitamente remédios pela cidade, tanto para os ricos quanto para os pobres. De acordo com Serafim Leite, as rendas obtidas com a venda das pílulas medicinais eram aplicadas na “compra de novos medicamentos” e em “livros para a biblioteca do colégio sem que o Reitor possa dar outra aplicação”. O autor também afirma que, a necessidade local obrigou, pois, os Jesuítas a terem abundante provisão de medicamentos, e também logo a procurarem os que a terra podia dar, com suas plantas medicinais, que começaram a estudar e utilizar em receitas próprias (LEITE, 2004, Tomo VI, p.422-426).

A enfermaria prestava assistência aos membros da companhia e o hospital, por sua vez, composto por duas salas, uma para as mulheres e outra para os homens, cuidava gratuitamente dos pobres doentes e dos ricos em período epidêmicos. Era bastante comum, nessa unidade, a presença de escravos, por se machucarem muito nos serviços pesados das fazendas jesuíticas ou de colonos. E por atuarem como aprendizes de cirurgia, enfermeiros e barbeiros e, por isso, tinham acesso aos exemplares de medicina e aos medicamentos (FLECK; PALLETO, p.157). Prestava, ainda, assistência

espiritual permanente aos enfermos, aos mais pobres eram dadas esmolas (LEITE, 2004, p.423).

O colégio, enquanto instituição confessional, também dispunha de uma Igreja que era frequentada pelos alunos e por toda a comunidade nos cultos e festas religiosas. Além de utilizada para sepultamentos de padres e governadores locais que tivessem algum prestígio no colégio. A Igreja possuía, ainda, uma área mais restrita chamada de santificação que era utilizada por homens da comunidade, estudantes e membros da ordem jesuíta para praticarem os “Exercícios Espirituais” (LEITE, 2004, p.423). Era um local onde ocorriam doações de alimentos e vestuários. Segundo Wrege (2012, p. 4) a utilidade desta igreja era mais importante nas missas que promovia para a população, principalmente quando se tratava de membros ricos, que ao confessarem os seus pecados eram automaticamente induzidos a dar dinheiro para as obras de caridade e de assistencialismo junto aos pobres.

O espaço de aprendizagem dispunha também de uma biblioteca que começou a ser desenvolvida, ainda no século XVI, juntamente com ele. Tornou-se a primeira biblioteca pública da Cidade do Rio de Janeiro, sendo utilizada por estudantes, padres e moradores da urbe. Ela estava situada no plano nobre, entre a portaria e o pátio do colégio. Esse espaço contava com obras de referências vindas de Portugal e do restante do continente europeu, como por exemplo, Aristóteles, Platão, Newton entre outras. Os principais temas dos livros eram: Ciências Sacras e Profanas, História, Direito Civil e Canônico, Oratória, Biografias, Letras, Humanidades, Matemática e Filosofia. Os livros mais numerosos eram “os das faculdades ensinadas no colégio: humanidades, matemática, filosofia e teologia” (CARVALHO, 1991, p.59). No ano da expulsão da Companhia de Jesus, a biblioteca carioca já contava com 6.000 volumes (*Ibid.*, p.59). A instituição contava ainda com uma gráfica para a reprodução de livros e materiais didáticos, destinados aos padres e aos alunos, visando facilitar o aprendizado de ambos. Esse espaço representava, na prática, uma área de influência literária e intelectual na cidade nascente. Segundo Serafim Leite, a biblioteca da cidade era “uma das maiores riquezas culturais da América” (LEITE, 2004, Tomo VI, p.425).

O Colégio tinha ainda, na parte externa de sua torre, um relógio que servia para cronometrar o horário na cidade e automaticamente as atividades das pessoas que nela residiam. A partir dele surgiu uma nova ordem a disciplinar. Serafim Leite (2004, p. 426) o descreve:

No mastro do Colégio erguiam os Padres, para anunciar à cidade, o sinal de navio na barra, quando algum apontava nela. E pela sua posição central, o relógio da torre do Colégio, de exactidão proverbial, era o relógio da Cidade. As horas ouviam-se de noite, a distância, e associou-se às canções do povo.

4.3 O MÉTODO PEDAGÓGICO

A concepção jesuítica de ensino materializou-se no “*Ratio Studiorum*, ou Regulamento escolar de 1599, – a primeira grande lei escolar aplicada, nos tempos modernos, a todo um conjunto de nações” (MADUREIRA, 1927, p.370). O *Ratio* agrupava, portanto, toda a vida escolar do colégio – administração, currículo, metodologia, emulações – para um fim único: a educação integral do aluno.

Segundo Ferreira (2004, p.60), o *Ratio Studiorum* é:

Documento fundamental que se debruçava praticamente sobre todos os aspectos do funcionamento dos estabelecimentos Jesuítas e que universalizaria a ação educativa que a Companhia [de Jesus] protagonizaria durante muitos e muitos anos. O documento se constitui, [...] um misto de Código, Programa e Lei Orgânica que se ocupava do conteúdo do ensino ministrado nos colégios e nas universidades da Companhia [dos Jesuítas] [...] que estipulava métodos e regras a serem seguidos pelos alunos, professores e responsáveis desses Colégios e dessas Universidades. Organização, rigor, disciplina, apelo constante à memorização, emulação, uso sistemático de exercícios orais e escritos, repetição, prêmios, castigos, permanente exigência de atividade são características marcante da pedagogia jesuítica.

O *Ratio Studiorum* baseava-se em três princípios: autoridade – a instrução exerce seu poder em nome de Deus; adaptação – o ensino deveria adaptar-se às características dos alunos; e interatividade – os estudos deveriam despertar o interesse do aluno para lograr sua participação. Pode-se dizer que o ensino estabelecido nos Colégios baseava-se em hierarquia, funções, ordens, premiações, recompensas, vigilância, castigos e estava em sincronia com o panorama pedagógico da Europa dos séculos XVI e XVII (STORER DI PIERO, 2008, p.48).

Segundo Franzen,

A metodologia implicava, assim, o uso de diversos exercícios escolares, prelações, lições de cor nas quais a memorização era muito exigida, desafio/debates, composições em prosa e em verso, declamações, diálogos e as chamadas dominicais. Essas consistiam no ensaio de pregação, geralmente feita aos domingos, no púlpito do refeitório [...] O objetivo dessa metodologia

era alcançar o integral aproveitamento das aulas e diversificar as atividades dos alunos. (FRANZEN, 2005, p.53)

Miranda afirma que o programa de estudos estabelecidos no *Ratio* é essencialmente humanístico e, por isso, passou a ser partilhado pela sociedade fora dos horizontes da Companhia de Jesus. A autora ressalta que a originalidade do programa de estudos do *Ratio* consistia:

[...] por um lado, no fato de ele se destinar simultaneamente à formação de religiosos e de leigos; por outro lado, no fato de ele incluir, além da filosofia e da teologia, o estudo sistemático das humanidades: as línguas e a literatura, a retórica, a história, o teatro... Esse foi certamente o maior distintivo da proposta pedagógica da Companhia de Jesus (MIRANDA, 2009, p. 27).

Ainda de acordo com a autora:

O *Ratio Studiorum* combinava os estudos humanísticos com os estudos científicos, uma vez que o objetivo era formar homens que soubessem pensar e escrever, pois a formação ideal é a que possibilita o desenvolvimento das capacidades para o exercício da virtude. [...] A pedagogia da *Ratio* pretende que o educando, a partir da sua liberdade, desenvolva ao máximo, de modo harmônico e segundo uma hierarquia de valores, as suas disposições espirituais e as suas faculdades mentais, volitivas e afectivas, de acordo com a sua verdadeira natureza e destino (MIRANDA 2009, p. 41).

Dessa forma, o *Ratio* tinha como meta a formação intelectual vinculada à formação moral tendo como base as virtudes religiosas do catolicismo, os bons costumes e hábitos saudáveis (NEGRÃO, 2000, p.155).

A formação religiosa configurava-se, portanto, como uma das maiores preocupações do sistema educativo jesuítico. Havia um cuidado para que a fidelidade doutrinária fosse mantida, evitando, para isso, quaisquer assuntos, textos, autores ou debates em desacordo com a doutrina católica, para que nada abalasse a fé. Além disso, a vida escolar dos discentes era impregnada de atividades religiosas, que visavam sua formação integral, conforme se pode analisar no trecho a seguir.

A alma, porém, de toda a educação nos colégios da Companhia era a formação religiosa. O homem não é só um animal cujo organismo se deve desenvolver sadiamente, nem ainda só uma inteligência quer importa mobiliário de conhecimentos úteis, é antes de tudo e essencialmente uma pessoa, com os seus destinos religiosos, naturais e sobrenaturais, em cuja realização plena se resume a sua suprema razão de ser. Uma educação que

descurasse esse aspecto fundamental não seria uma educação humana.
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_histedu/brcol012.htm

A atmosfera, porém, que respiram os alunos, impregna-se toda de uma vida religiosa sincera e profunda. A missa, a prática dos sacramentos, a oração quotidiana integram espontaneamente as atividades colegiais. Nos colóquios particulares, na explicação dos autores, na escolha das leituras, os mestres não devem perder o ensejo de inculcar o amor da virtude e orientar as almas para Deus. As congregações marianas, reunindo em seu grêmio o escol dos alunos aplicados e piedosos, atuam como um fermento de preservação moral e um estímulo à pureza dos costumes e ao fortalecimento do caráter cristão. (HISTEDBR)

No Brasil os Jesuítas elaboraram, tendo como base o *Ratio Studiorum*, um plano de estudos de forma

[...] diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados, o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa (RIBEIRO, 1998, p.21-22).

Segundo Saviani (2013, p.53-54), o manual continha 467 regras, cobrindo todas as atividades do ensino jesuíta. O documento dividia-se em 30 capítulos. Cada um deles era composto por um conjunto de normas referentes a cada uma das funções exercidas pelos membros dos Colégios e das Universidades: a começar pelo Provincial da Ordem, logo seguido dos Reitores, continuando com os Professores e assim sucessivamente. O código contemplava também as normas para as distribuições de prêmios, do bedel, dos alunos, realizações de provas e concluía com as regras das diversas academias. Cada capítulo intitulava-se em “Regras para [...]”, ou “Normas para [...]”.

Como se pode analisar na tabela a baixo:

REGRAS DO <i>RATIO STUDIORUM</i>	NÚMERO DE REGRAS TOTAIS: 467
A) Regras do provincial	40
B) Regras do reitor	24
C) Regras do prefeito de estudos superiores	30
D) Regras comuns a todos os professores das faculdades superiores	20
E) Regras particulares dos professores das faculdades superiores distribuídas em:	49

a) Regras o professor de Escritura (20); b) Regras do professor de Hebreu (5); c) Regras do professor de Teologia (14); d) Regras do professor de Teologia Moral (10);	
F) Regras dos professores da faculdade de Filosofia: a) Regras do professor de Filosofia (20); b) Regras do professor de Filosofia Moral (4); c) Regras do professor de Matemática (3);	27
G) Regras do prefeito de estudos inferiores	50
H) Regras dos exames escritos	11
I) Normas para a distribuição de prêmios	13
J) Regras comuns aos professores das classes inferiores	50
L) Regras particulares dos professores das classes inferiores: a) Regras do professor de Retórica (20); b) Regras do professor de Humanidades (10); c) Regras do professor de Gramática Superior (10); d) Regras do professor de Gramática Média (10); e) Regras do professor de Gramática Inferior (9);	50
M) Regras dos estudantes da Companhia	11
N) Regras dos que repetem a teologia	14
O) Regras do bedel	07
P) Regras dos estudantes externos	15
Q) Regras das academias, distribuídas em: a) Regras gerais (12); b) Regras do prefeito (05); c) Regras das academias de teologia e filosofia (11); d) Regras do prefeito da academia dos teólogos e filósofos (04); e) Regras das academias de retórica e humanidades (07); f) Regras da academia dos gramáticos (08)	47

(Fonte: SAVIANI, 2013, p.54)

O método pedagógico *Ratio Studiorum* propunha três tipos de currículo, a saber: Teológico, Filosófico e Humanista. Eram divididos em dois graus: o inferior (correspondente ao nosso atual ensino médio) e o superior (universitário). O currículo médio era representado pelo curso de Humanidades. Este se desenvolvia mediante o estudo da Gramática, da Retórica e Humanidades. O pré-requisito para frequentar as aulas do nível inferior era ter o domínio das técnicas de leitura, escrita e cálculo, por isso era importante a frequência na escola elementar, que ensinava as primeiras letras e a doutrina católica. Havia também a preocupação em preparar os alunos para ingressarem nas missões jesuíticas, para tanto, o estudo da língua indígena passou a ser ofertado.

Os estudos superiores abrangiam os cursos de Filosofia (artes ou ciências naturais) e Teologia. No curso de Filosofia, estudava-se Lógica, Introdução as ciências, Cosmologia, Física, Ética, Metafísica, Matemática e Filosofia Moral. O curso de Teologia tinha duração de quatro anos e nele eram estudadas a Teologia Escolástica,

Teologia Moral, Sagrada Escritura e Hebreu. Segundo Leonel Franca (1952, p.44-46), o direito canônico e a história eclesiástica, só ocasionalmente, foram estudados no século XVI. O curso de Teologia versava a formação de alunos para a carreira religiosa. Os cursos eram constituídos por disciplinas, também denominadas de classes.

Além das regras e das normas, o *Ratio* apresentava os níveis de ensino (Humanidades, Filosofia e Teologia) e as disciplinas que os alunos deveriam cumprir. Tanto para os cursos superiores quanto para os secundários

I - Currículo Teológico - 4 anos
<ul style="list-style-type: none"> - Teologia Escolástica. 4 anos; dois professores, cada qual com 4 horas por semana. - Teologia Moral. 2 anos; dois professores com aulas diárias ou um professor com duas horas por dia. - Sagrada Escritura. 2 anos com aulas diárias. - Hebreu. 1 ano, com duas horas por semana.
II- Currículo Filosófico – 3 anos
<ul style="list-style-type: none"> - 1º ano – Lógica e introdução às ciências; um professor; 2 horas por dia. - 2º ano – Cosmologia, Psicologia, Física - 2 horas por dia, Matemática – 1 hora por dia. - 3º ano – Psicologia, Metafísica, Filosofia moral – dois professores. 2 horas por dia.
III – Currículo Humanista – 3 anos
<p>O currículo humanista corresponde ao moderno curso secundário e abrange no <i>Ratio</i> cinco classes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Retórica - Humanidades - Gramática Superior - Gramática Média - Gramática Inferior

(Fonte: FRANCA, 1952, p.27-28)

Nessa parte da pesquisa dar-se-á um maior enfoque no Currículo Humanista, já que corresponde ao curso secundário (ofertado pelos colégios) que é o objeto de interesse nesse capítulo. Como pode ser observado na tabela, “as classes de estudos inferiores não devem ser mais de cinco: uma de Retórica, outra de Humanidades e três de gramática”. (FRANCA, 1952, §1, p. 4)

No entanto, de acordo com Franca (1952), estas classes são caracterizadas por graus, ou estágios de progresso. Representam menos uma unidade de tempo (1 ano) do que uma determinada soma de conhecimento adquiridos. Só podia ser promovido à classe superior, o aluno que tivesse assimilado o conteúdo integralmente. Por isso, na

prática, o currículo estendia-se por 6 e 7 anos. A última classe de gramática e, às vezes, a penúltima desdobravam em duas outras.

Em relação à carga horária, o *Ratio Studiorum* determinava 5 horas por dia de estudos, divididos da seguinte maneira:

[...]Para a Retórica, ao menos, duas horas e para a Humanidade e outras classes, duas horas e meia, pela manhã e outras tantas pela tarde, e duas horas no mínimo no dia feriado, conservar-se-á sempre a mesma, para que fique determinado que horas se empregarão em cada exercício (FRANCA,1952, p.26)

O tempo era, ainda, distribuído entre o grego e o latim, a prosa e a poesia, e os diversos exercícios escolares, recitação, repetição, preleção, desafio dentre outros. A ordem dos estudos levava em consideração os costumes locais podendo ser alterada. E ninguém podia ficar por mais de duas horas lendo e escrevendo sem interromper o estudo com algum breve intervalo.

O método pedagógico também dissertava sobre a maneira de como os alunos deviam ser preparados para os exames. É possível perceber a preocupação com a repetição dos exercícios para que o aluno tivesse um bom desempenho na prova. Além disso, quando o discente se destacava nas lições podia ser promovido à série seguinte, se fosse autorizado pelo Prefeito. Segundo ele,

Um mês, mais ou menos, antes do exame para assegurar promoção geral, em todas as classes, com exceção talvez da Retórica e nos pontos mais importantes, sejam os alunos submetidos a intensos exercícios. Se algum aluno se houver distinguido notavelmente no decurso do ano, informe o Professor ao Prefeito para que, após um exame privado, seja promovido à classe superior. (FRANCA,1952, p.28)

Os discentes realizavam exames escritos e orais. Quanto à aplicação dos exames orais, os discentes deveriam levar consigo “os livros explicados durante o ano e sobre os quais não de ser interrogados; enquanto é examinado um, os demais prestam toda a atenção; não façam, porém, sinais ao outros nem corrijam, se não forem perguntados” (FRANCA, 1952, p.24).

É possível observar no *Ratio Studiorum* algumas normas bem rígidas que demonstram o caráter disciplinador, excludente e autoritário da pedagogia inicianiana. Para começar, os alunos eram classificados em categorias – ótimos, bons, medíocres, duvidosos, insuficientes (para repetir o ano) – normalmente essa categorização era indicada por meio de números que iam de 1 a 6.

O Regulamento escolar previa regras para os alunos, porém nessa parte do trabalho pontuar-se-ão as normas impostas aos alunos externos, das quais algumas serviam também aos alunos internos. Cabia a eles frequentar somente a aula assinada pelo Prefeito após exame; confessar pelo menos uma vez por mês e assistir à missa todos os dias, na hora marcada e, nos dias de festa, à pregação; uma vez por semana comparecer à explicação do catecismo; era proibido o porte de qualquer arma no colégio (canivetes, espadas); abster-se completamente de insultos, injúrias, detrações, mentiras, jogos proibidos, lugares perniciosos ou interditos pelo Prefeito de aulas; obedecer aos seus professores tanto nas aulas como em casa; ser assíduos em frequentar cedo as aulas e diligentes em ouvir e repetir as lições e dar conta exercícios; abster-se completamente da leitura de livros, espetáculos e teatros perniciosos e inúteis; esforçar-se por conservar a sinceridade e pureza da alma e obedecer com toda a fidelidade à lei divina dentre outras.

Os discentes não tinham liberdade para escolher suas companhias, já que estava previsto no manual que o aluno deveria fugir das “companhias más ou simplesmente suspeitas; tratem somente com aqueles cujo convívio e exemplo possam aproveitar no estudo e na virtude”. Também não podiam escolher suas próprias leituras, “abstenham-se completamente da leitura de livros perniciosos e inúteis”. E eram proibidos de irem “a espetáculos públicos, comédias, nem à execução de condenados”. E sem o consentimento dos Professores e do Prefeito de estudos não podiam representar nenhum papel em teatros fora dos colégios. (FRANCA, 1952, p.40).

Exigia-se dos alunos a máxima frequência nas aulas e, por isto, era proibida a ida deles a jogos ou espetáculos públicos. Quando alguém faltava, um condiscípulo ou outra pessoa ia até a casa do discente saber o motivo de sua ausência. E quando não era apresentado nenhum motivo plausível, o aluno era castigado pela ausência. Se as faltas fossem de muitos dias, o aluno só poderia retornar com o consentimento do Prefeito.

Além disso, os alunos recebiam diferentes castigos, que variavam de acréscimos a algum trabalho literário, além do exercício de cada dia, a castigos físicos. Os castigos mais severos eram determinados pelo Prefeito, como demonstra a seguinte passagem: “ao Prefeito deixe os castigos mais severos ou menos costumados, sobretudo por faltas cometidas fora da aula, como a ele remeta os que se recusam aceitar os castigos físicos (1832; a correção) principalmente se forem mais crescidos” (Const. p. IV, c. 7, n. 2 D).

Os castigos físicos ficavam como último recurso, uma vez que a regra era recorrer aos sentimentos mais nobres da honra e da dignidade, daí o estímulo às competições,

mas ainda assim aconteciam. Havia, inclusive, uma pessoa (de fora da Companhia, que punia de acordo com as instruções recebidas do Prefeito de Estudos que era membro da Ordem) responsável para desempenhar tal função que era chamado de “corretor”.

Segundo Franca (1952), este não podia aplicar mais de seis golpes ou chicotadas ou palmatória e deveria ter o cuidado de não atingir o rosto ou a cabeça, assim como, nunca em lugar solitário, mas sempre na presença de pelo menos duas testemunhas. Além disso, o aluno castigado não podia ter mais de 16 anos. Os que se recusavam a aceitar o castigo, ou não davam sinais de melhoras ou incomodavam colegas ou fossem maus exemplos eram despedidos dos colégios.

E assim dizia o *Ratio*:

Não seja precipitado no castigar nem demasiado no inquirir; dissimule de preferência quando o puder sem prejuízo de ninguém; não só não inflija nenhum castigo físico (este é ofício do corretor), mas abstenha-se de qualquer injúria, por palavras ou atos não chame ninguém se não por seu nome ou cognome; por vezes é útil em lugar do castigo acrescentar algum trabalho literário além do exercício de cada dia; ao Prefeito deixe os castigos mais severos ou menos costumados, sobretudo por faltas cometidas por fora da aula, como a ele remeta os que se recusam aceitar os castigos físicos [...] principalmente se forem mais crescidos (FRANCA, 1952, p.122-123).

Ao iniciar o ano letivo era determinado um lugar de assento para cada aluno e este se mantinha até o final do curso. No entanto, a condição social do aluno também era determinante para a escolha desse local, como é demonstrado no próprio *Ratio*, “aos nobres, se assinem os lugares mais distintos; aos nossos e também a outros religiosos, se houver, bancos separados dos externos; e não consinta que, sem seu conhecimento, se introduza alguma mudança notável”. Sendo assim, os melhores lugares cabiam aos nobres e aos religiosos (alunos internos da Companhia). (FRANCA, 1952, p.22).

Além disso, não era permitido ao aluno passear pela aula, mudar de lugar, passar de um lado para outro, presentes ou bilhetes, sair da aula, principalmente dois ou mais ao mesmo tempo. E na hora da saída da aula não poderia haver atropelo e gritaria, por isso, saíam primeiro os que estavam mais próximos da porta. Eles também não podiam apresentar opiniões diferentes das apresentadas pelos autores consultados nas aulas, ainda que os assuntos não apresentassem perigo algum para a fé.

Ser admitido na instituição escolar inaciana também não era uma tarefa fácil, visto que eram exigidas do aluno algumas condições, por exemplo, serem bem instruídos, ter bons costumes e boa índole; serem aprovados nos exames escritos, além da idade

apropriada, pois não eram admitidos “rapazes já crescidos nem crianças muito novas, a menos que fossem notavelmente bem dotados mesmo se os pais os houvessem enviado só para terem uma boa educação” (FRANCA, 1952, p.20).

A preocupação com a formação de excelência era tamanha que os alunos eram condicionados a estudos constantes, mesmo em períodos de férias e recesso. E esses estudos poderiam ocorrer em diferentes espaços: em casa, na sala de aula, no pátio do colégio. Para estimular os alunos, incentivava-se a preleção e a premiação, sendo aquela o ponto prioritário do sistema didático do *Ratio*, como demonstra a passagem:

A preleção, na sua finalidade, é menos informativa do que formativa; não visa comunicar fatos, mas desenvolver e ativar o espírito. Com uma compreensão viva, o aluno vai exercitando, não tanto a memória, mas também e principalmente a imaginação, o juízo e a razão. Observa, analisa palavras, períodos, parágrafos; resume passagens, compara; critica; adquire hábitos de estudo; desenvolve o desejo de ulteriores investigações para formação do critério de uma apreciação pessoal (FRANCA, 1952, p.35).

As disputas eram outros incentivos utilizados nos colégios da Ordem. Diante de grandes autoridades eclesiásticas e civis e na presença de familiares, eram realizados eventos solenes para a distribuição dos prêmios aos alunos mercedores.

Todos os meses, ou de dois em dois meses, eger-se-ão magistrados na classe e, se parecer bem, atribuir-se-ão prêmios – a não ser na classe de retórica, naqueles lugares em que isso parecer desnecessário. Para esta eleição, os alunos deverão escrever um texto em prosa, em classe e durante todo o tempo da aula e, no caso das classes superiores, outro em verso ou em grego. Nas classes inferiores, se parecer conveniente, pode-se reservar meia hora para uma disputa. Aqueles que escreverem melhor obterão a magistratura superior, os que se lhes seguirem receberão, por ordem decrescente, outros títulos honoríficos, cujo nomes se hão-de tirar dos cargos civis e militares gregos e romanos, para dar a este procedimento um aspecto mais erudito. Além disso, para favorecer a emulação, a classe poderá dividir-se em duas partes, cada uma das quais terá as suas próprias magistraturas e a outra os respectivos adversários. Deste modo, cada aluno terá seu adversário correspondente. As magistraturas mais elevadas de cada uma das partes sentar-se-ão no primeiro lugar (MIRANDA, 2009, p.46).

O *Ratio* estabelecia as seguintes normas para as premiações:

Para a classe de Retórica haverá oito prêmios: dois para a prova latina, dois para poesia; dois para prosa grega e outros tantos para poesia. Para a classe de humanidades e a primeira classe de Gramática haverá seis prêmios, na mesma ordem, omitindo-se a poesia grega que, de regra, não ocorre abaixo da Retórica. Para todas as outras classes inferiores, quatro prêmios, omitindo-

se também a poesia latina. Além disso, dê-se também, em todas as classes, um prêmio ao aluno ou aos dois alunos que melhor houverem aprendido a doutrina cristã. Conforme o número, grande ou pequeno dos estudantes, poderão distribuir-se mais ou menos prêmios, contanto que se considere sempre mais importante o de prosa latina.

Quanto ao julgamento, para a escolha do vencedor deverá ser nomeado o que escreveu com melhor estilo, e se obtiver empate em qualidade e estilo escolhe o que escreveu mais; se ainda assim houver empate será escolhido o que apresentar melhor ortografia, caligrafia, se em tudo forem iguais, os prêmios poderão ser divididos, multiplicados ou tirados em sorte (FRANCA, 1952, p.114-115).

De acordo com Miranda (2009, p.41), “ao estudante, protagonista da sua aprendizagem, é expressamente exigido um caráter ativo, personalizador e autoformativo, evitando a abulia, a passividade, o desinteresse e indiferença”. Mas diante do que foi exposto nessa parte da pesquisa, pode-se afirmar que o estudante estava mais para coadjuvante do que protagonista, uma vez que não era dada a ele a liberdade de refletir sobre os assuntos, construir seus próprios pensamentos, levantar novos debates, estabelecer uma conexão entre as leituras que fazia e o mundo que estava envolto. Eles eram treinados para reproduzir o conhecimento de autores que tinham prestígio na academia e propagar a palavra de Deus. Recebiam as informações prontas, restando-lhes apenas digeri-las. De certo, eles não eram desinteressados nem indiferentes aos estudos, pois ambas as atitudes os levariam a expulsão dos colégios.

O *Ratio Studiorum* marcou tanto a educação escolar quanto a pedagogia moderna, dentro do espírito de transformações do século XVI. Em busca de um ordenamento único e planejado do ensino, os Jesuítas se puseram a criar um plano geral de estudos para todas as instituições escolares pertencentes à ordem. O método educacional jesuítico foi influenciado pela orientação filosófica das teorias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino, pelo Movimento da Renascença e por extensão, pela cultura europeia, apresentando, portanto, a centralização e o autoritarismo da metodologia, a orientação universalista, a formação humanista e literária.

4.4 OS CURSOS OFERECIDOS

O Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro iniciou suas atividades educacionais com o curso Elementar de ler e escrever em Latim, de bons costumes e algarismo. Em 1574, foi instituída a primeira classe de Humanidades, que ensinava o Português,

Rudimentos gerais, Gramática e Retórica. Em 1583 a instituição já possuía três cursos: Elementar, Humanidades e Teologia Moral. No ano de 1638 teve início o curso superior de Filosofia.

A organização curricular começava com o curso de Humanidades, denominado no *Ratio* de “estudos inferiores”, correspondentes ao atual curso de nível médio. Seu currículo abrangia cinco classes ou disciplinas: Retórica, Humanidades, Gramática Superior, Gramática Média e Gramática Inferior e tinha duração de seis a sete anos. Esse curso tinha como objetivo um ensino pautado na expressão oral e escrita da língua latina e foi o que mais se propagou e difundiu na Colônia, podendo ser considerado a base da estrutura educacional jesuítica. A gramática era ensinada com o objetivo de assegurar a expressão clara e precisa, composta por quatro a cinco séries. A dialética, também chamada de Humanidades, de apenas uma série, destinava-se a garantir uma expressão rica e elegante. E a Retórica, de uma série, buscava garantir uma expressão poderosa e convincente. No conteúdo trabalhado nesses cursos, o latim e o grego constituíam as disciplinas dominantes. A elas estavam subordinadas a língua vernácula, a História e a Geografia ensinadas na leitura, versão e comentários dos autores clássicos (SAVIANI, 2013, p.57).

De acordo com o *Ratio*, “nas classes de Gramática e, se for *mister*, também nas outras, aprenda-se e recite-se de cor a doutrina cristã (catecismo) às sextas-feiras e aos sábados” (*apud* PAIVA, 2004, p.89). A dimensão religiosa era a formação destinada a qualquer aluno, que seria letrado pela ordem jesuítica. Ainda de acordo com o documento, eram missões do professor as leituras espirituais, oração no início das aulas, à recitação do terço, ao exame vespertino de consciência, a assistência à missa, ao horror ao vício, exortações espirituais.

Na pedagogia jesuítica exigia-se uma escrita bem feita e o conhecimento do latim a fim de privilegiar as leituras de autores clássicos greco-romanos, em especial Aristóteles, Cícero, e a retórica propunha formar o perfeito orador. Além das rigorosas normas gramaticais e o domínio das línguas pátrias, que, gradativamente, iam sendo inseridas no currículo. Era comum no ensino jesuítico uma preocupação com os exercícios complementares, discursos, pregações no refeitório, premiações, memorização (repetindo-se os pontos mais fortes das lições), a prática de declamações e representações teatrais; a rígida formação moral e religiosa, com exortações em público ou em particular; vigilância contínua; concentração e perseverança nos estudos; domínio

e controle das emoções; firmeza de caráter; obediência irrestrita aos superiores; práticas sacramentais frequentes e aulas específicas de aprofundamento da doutrina católica.

A formação prosseguia com os cursos de Filosofia e Teologia, também denominados de cursos de “superiores”. O currículo filosófico era previsto para a duração de três anos, com as seguintes disciplinas: lógica e introdução às ciências; 2º ano: cosmologia, psicologia, física e matemática; 3º ano: psicologia, metafísica e filosofia moral. O currículo tinha a duração de quatro anos, estudando-se teologia escolástica ao longo deles; teologia moral durante dois anos; Sagrada Escritura também por dois anos; e língua hebraica durante um ano. Esses cursos no Brasil ficaram limitados, na prática, à formação dos padres catequistas (SAVIANI, 2013, p.56).

É importante salientar que, apesar do *Ratio Studiorum* prever os cursos acima mencionados em todos os colégios da Companhia de Jesus, a instituição do Rio de Janeiro só passou a dispor de todos os cursos no ano de 1725, quando, por conta própria, passou a oferecer o curso faltante denominado Teologia Especulativa, disciplina essa disponível apenas no Colégio da Bahia.

Os alunos do Rio de Janeiro realizavam o curso de Teologia Moral, porém tinham que completar a sua formação na Bahia. No entanto, nas ocasiões em que por um motivo ou outro não se tinha a possibilidade de enviar os alunos, o curso de Teologia Especulativa funcionava na forma de aulas particulares e, existia só quando havia número suficiente de alunos. A intenção de vir a existir o respectivo curso, de maneira regular, foi formulada antes de 1711, mas ele demorou um pouco para ser concretizado devido às interferências provocadas pela incursão francesa na capitania, nesta data (WREGGE, 2012, p. 1332).

Miranda (2009, p.33-34), no livro *Código pedagógico dos Jesuítas*, traz que as aulas ocupavam seis dias semanais nos quais o *Ratio* previa horários para as lições de cada classe, disciplina, exercícios e também para o estudo pessoal, deixando sempre acessível à adequação aos costumes locais. Quanto ao sábado, domingo e dias festivos, a autora destaca que também havia um horário próprio para o estudo, preenchido por disputas ou por repetições, discursos, declamações de poesias e até mesmo preleções (TOYSHIMA, 2011, p.30). O aluno tinha direito a férias, que ocorriam nos meses de janeiro e dezembro e também estavam previstos no manual feriados e dias de descanso. As aulas retornavam no mês de fevereiro.

De acordo com Saviani, a organização das classes dava-se pela reunião de alunos aproximadamente da mesma idade e com o mesmo nível de instrução, aos quais

se ministrava um programa previamente fixado composto por um conjunto de conhecimentos proporcionais ao nível dos alunos, sendo cada classe regida por um professor. Os exercícios escolares tinham como objetivo mobilizar, no processo de aprendizagem, as faculdades do aluno (SAVIANI, 2013, p.52).

Para Leonel Franca (1952), “os estudos universitários organizados pelo *Ratio Studiorum* visavam à formação profissional do homem, enquanto que os cursos secundários tinham a finalidade de formar o humanista, o homem para viver em sociedade”.

4.5 PÚBLICO-ALVO

Segundo Serafim Leite (2004, Tomo VII, p.51), a instrução ministrada pela Companhia de Jesus durante os seus dois séculos de existência no Brasil foi gratuita e pública, e nos três graus popular, média e superior. O modelo era o Real Colégio das Artes de Coimbra, público, que serviu de padrão para todo o Império português. Cabia a Coroa subsidiar os colégios da Companhia de Jesus. Para Serafim Leite,

a diferença entre os colégios da Metrópole e os da Colônia é que nos primeiros o subsídio [dado pela Coroa] era a título de *ensino* e o que [se] dava aos mestres dos colégios ultramarinos, de fundação Real, era a título de *missões*. Isto implicava que, no Brasil, não havia o ônus jurídico de ensino a todos indiscriminadamente, senão apenas o de formar sacerdotes para a catequese da nova terra [...], habilitando-a a prover-se, quanto possível, dos seus próprios meios de evangelização. Mas, em qualquer dos casos, o ensino era público.

Serafim Leite afirma ainda que o público-alvo do colégio do Rio de Janeiro era formado pelos filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de oficiais mecânicos, e a partir do século XVIII, com as descobertas das minas de ouro na região de Minas Gerais, passou a receber os filhos de mineiros. Essas classes representavam no Brasil a nobreza e a burguesia da época (2004, Tomo VII, p.51). Além disso, recebia crianças órfãs vindas da Europa e os futuros sacerdotes.

A distribuição da educação estava subordinada ao fator social brasileiro, isto é, a coexistência no Brasil do elemento livre e do elemento servil. Os índios, incorporados à civilização, se não eram cativos e, portanto, escravos no mesmo pé de igualdade que os negros, viviam num regime à margem, denominado de Aldeamentos, que lhes possibilitava uma liberdade tutelada pelos inacionos, cujo objetivo era mantê-los fora do

alcance da escravidão. Para os nativos que viviam nos aldeamentos, o ensino popular revestia o significado de catequese, em que intervieram não só os Jesuítas como outras ordens religiosas. Normalmente, eram ofertadas as classes de leitura e escrita nas casas de ensino que ficavam nas aldeias.

Serafim Leite defendeu que “a catequese dos índios, nesta matéria de instrução, não se entende só a do ensino religioso do catecismo, a não ser com os adultos incapazes de mais; com os meninos incluía-se também o de ler, escrever.” (LEITE, 2004, Tomo VII, p.52).

Os escravos negros não eram livres para buscarem a educação média e superior, os ensinamentos que recebiam provinham da Igreja. Como precisavam trabalhar nas terras dos Jesuítas e de seus senhores não lhes sobrava tempo para frequentarem os bancos escolares. Já para os brancos ou filhos de brancos, a instrução não era obrigatória, porém estava à disposição daqueles que a procuravam. Por vezes, os filhos de colonos que frequentavam as casas de ensino nas aldeias davam continuidade aos seus estudos nos colégios, oportunidade que não era dada aos índios (*Ibid.*, p.52).

De acordo com Paiva,

a dimensão religiosa era a formação destinada a qualquer aluno, que seria letrado, ocupante de cargo ou posição socialmente distinta. Governador, capitão, provedor, ouvidor, funcionários públicos, eles e outros aprenderam a pensar assim, a assim viver e praticar. E assim praticavam. O engenho, a vila, a cidade, como o navio, o quartel, a casa de comércio, a bandeira, todos formatavam religiosamente os atos sociais do dia a dia. Essa formatação era a expressão absoluta do viver social, que por sua vez, consolidava a prática colegial, o colégio aparecendo todo ele religioso (2011, p.90).

4.6 SERVIÇOS SOCIAIS

O Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro não se restringiu à função de natureza pedagógica, pois, ao longo dos anos, foi assumindo outros papéis na cidade, que contribuíram para estreitar os laços entre o colégio e a urbe nos primeiros séculos de sua formação. A instituição de ensino era o espaço onde ocorriam as festas, pregações, sacramentos de cunho religioso, visitas aos enfermos do hospital, atendimentos assistencialistas, empréstimos de livros e controle da vida dos habitantes a partir da instalação de um relógio.

Distante do Rio de Janeiro esses padres iam missionar no Espírito Santo, Santos, São Paulo, Laguna e no Rio da Prata, ou seja, em quase toda a região sul, dado que o

Colégio do Rio de Janeiro tinha a incumbência de ser a central dos trabalhos jesuíticos nessas partes da Colônia (WREGE, 2012, p.7).

Nos anos que se seguiram à instalação do colégio do Rio de Janeiro, os Jesuítas já contavam com diversas propriedades, dentre elas existiam as fazendas que congregavam centenas de escravos e índios que produziam não só para abastecer o colégio, como também os aldeamentos, reduções, cidades próximas e até mesmo outras localidades. Nelas era possível encontrar uma estrutura similar ao do colégio com boticas, hospitais, igreja, casas de ler e escrever que faziam o atendimento da população local. Esses espaços não só fomentavam a economia carioca, como também era o local onde se realizavam a catequização dos índios e dos negros que trabalhavam nas fazendas.

A botica, o hospital e a enfermaria da Companhia de Jesus prestavam serviços diversos à população local, visto que eram esses espaços que prestavam atendimento médico aos moradores, forneciam medicamentos pela cidade, principalmente aos pobres e, em épocas de epidemias, a toda a população não importando a classe social a qual pertencia. Em períodos epidêmicos, os padres inacianos realizavam também a distribuição de água, a fim de auxiliar no combate a doenças. Além de dar assistência espiritual aos doentes que se encontravam internados no hospital. Também era comum os enfermos mais carentes receberem esmolas doadas pelos padres.

O colégio adquiriu um caráter militar, uma vez que os estudantes chegaram a pegar em armas para defenderem a cidade das duas invasões francesas (1565 e 1710). Nesses acontecimentos, os religiosos inacianos do colégio e seus estudantes participaram do conflito a partir de combates diretos; de assistência aos feridos e de fornecimento de alimentos (WREGE, 2012, p.1339). Além disso, os estudantes do Rio de Janeiro ajudaram na expulsão dos holandeses da Bahia, enviando alimentos para a capital. Segundo Serafim Leite (2004), os estudantes não estudavam em épocas de conflitos, para poderem se dedicar à causa da colonização.

A instituição escolar realizava assistências aos presos da cidade uma vez na semana, aos domingos, distribuindo caldeirões de alimentos, assim como a assistência espiritual aos detentos. Os padres também faziam a defesa dos presidiários quando acreditavam que a prisão tinha sido injusta. E, por vezes, auxiliavam os presos na hora da fuga. Aos confinados eram doados, ainda, medicamentos e dinheiro. De acordo com Leite, “o colégio aparecia para os reclusos como um lugar de asilo e bondade, donde lhes vinha proteção” (LEITE, 2004, p.423).

A Igreja do colégio animava a população carioca com suas festas, pregações e sacramentos, além disso, prestava serviços de caridade, segundo Serafim Leite,

O colégio do Rio era animado de piedade, não só por si mesmo, com as festas próprias da sua igreja, pregações e administração de sacramentos, mas irradiava pela cidade, com o apaziguamento de moradores desavindos, visita ao Hospital e ao calabouço e variadas obras de zelo, em que procuravam interessar as autoridades e por elas eram também procurados para serem seus confessores e socorrem os pobres (2004, p.424).

A primeira biblioteca pública da Cidade do Rio de Janeiro estava à disposição dos estudantes e do público da cidade, permitindo a eles o contato com obras de referências vindas de Portugal e do restante da Europa, aumentando, assim, a influência literária e intelectual na cidade (*Ibid.*, p.425). O Colégio tinha, ainda, na sua torre, um relógio que servia para cronometrar o horário local e automaticamente as atividades das pessoas que nela residiam.

Pode-se concluir que o colégio do Rio “era parte integrante da vida cidadina” (*Ibid.*, p.426) e ele esteve ao longo dos anos de sua atuação associado a grandes feitos de caráter militar, social, econômico e político.

5 CONCLUSÃO

Buscou-se analisar o desenvolvimento sociocultural do Rio de Janeiro no Período Colonial, a partir da atuação da Companhia de Jesus, com a finalidade de demonstrar que a Ordem fundada por Inácio de Loyola, não só atuou no campo educacional, como também nos setores econômicos, políticos, sociais e militares da cidade que estava se desenvolvendo, contribuindo assim, para o estreitamento da relação (tanto amistosa quanto conflituosa) entre a urbe e os religiosos.

Reconstituiu-se o contexto do século XVI, marcado por mudanças que contribuíram para a formação da Companhia de Jesus e, conseqüentemente, para a sua atuação no campo educacional. Conforme assinalado no estudo, a educação jesuítica desempenhou um papel central na colonização do território brasileiro, uma vez que legitimou a dominação portuguesa nas novas terras, já que se estava inserida no contexto evangelizador da época. A pedagogia inaciana representava um poderoso instrumento de conquista de fiéis e, ao mesmo tempo, uma forma de inserção da cultura europeia aos povos recém-dominados.

Dessa forma, a história da colonização do Brasil esteve estritamente relacionada às duas instituições, a saber: a Igreja e o Estado – de forma que uma estava ligada à outra. Ao Estado, coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento; já à Igreja, educar as pessoas para servirem e obedecerem ao Estado. Essa estreita relação entre Igreja e Estado deu origem a uma prática conhecida como padroado, a fé tornava-se um setor burocrático do poder estatal. O Estado, assim, acabou por determinar o caráter evangelizador e colonizador do Brasil e serviu também para direcionar o modelo cultural e educacional.

Um ponto a ser destacado é o modelo econômico adotado na colônia, assentado no latifúndio, na mão de obra escrava e na monocultura, principalmente, da cana-de-açúcar, voltada para o mercado externo; além de outras culturas secundárias como o algodão, o tabaco e as drogas do sertão. Essas atividades econômicas se desenvolveram graças à ação missionária dos jesuítas, que passaram a se preocupar com a formação da mão de obra empregada no cultivo e com a construção da mentalidade mercantil dos povos recém-conquistados.

Os religiosos da Companhia de Jesus chegaram à colônia portuguesa em 1549, acompanhando o primeiro governador geral Tomé de Souza e de pronto se preocuparam

com a conversão dos povos indígenas, ensinando-os a ler e escrever, realizando missões e catequeses pelo território colonial. Em seguida, voltaram seus esforços para o ensino destinado à formação de religiosos, o qual era fundamental para o projeto colonizador e evangelizador, bem como a educação dos filhos dos colonos, fundando para isso os colégios.

O plano educacional jesuíta preparava, de maneira desigual, as diferentes classes para assumir seus diferentes papéis na América Portuguesa. O ensino elementar preparava os nativos da terra e escravos africanos para assumirem suas tarefas braçais. Enquanto o ensino secundário teve como premissa a preparação da aristocracia para exercer as funções dirigentes e administrativas da colônia e, principalmente, para assumir o sacerdócio.

A segunda parte da pesquisa preocupou-se em demonstrar o processo de formação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, desde o assentamento provisório até o seu sítio definitivo, deixando clara a atuação militar, econômica e política da Companhia de Jesus na construção dessa cidade. Foram eles que acompanharam as diferentes investidas das autoridades portuguesas sobre as tropas inimigas francesas e indígenas, a fim de assegurar o monopólio português nas novas terras. Por isso que, quando do assentamento da cidade, os Jesuítas foram os primeiros agraciados com terras, recebendo o melhor sítio localizado no Morro do Castelo, além da ilha de Villegaignon e a sesmaria do Iguassu.

O estudo sinaliza, ainda, que o poderio econômico da Companhia de Jesus, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, deveu-se aos privilégios dos religiosos em relação à Coroa (graças à prática missionária e catequizadora); à acumulação de sesmarias e de bens imobiliário e à produção econômica de suas fazendas e engenhos que abrangiam a pecuária, atividades agrícolas e manufatureiras. A administração de todos os bens materiais proporcionava aos inicianos uma complexa rede econômica que, por sua vez, propiciava o exercício de poder político e social na cidade carioca. Conforme assevera Fania Fridman (2015), a Companhia era a maior proprietária de terra no Rio Colonial até sua expulsão.

É possível analisar os serviços sociais prestados à população carioca – ressaltando que a Companhia de Jesus era responsável pela educação, saúde, hospedagem e lazer – e os fatores que contribuíram para a impopularidade dos inicianos na cidade, que acabaram se somando a outros mais globais, incentivando assim a expulsão deles de todas as possessões portuguesa no ano de 1759.

Assim, ao expulsar os jesuítas do reino português e seus domínios, em 1759, o governo desmantelou também “a estrutura educativa existente, reerguendo em seu lugar um sistema de ensino sob responsabilidade do Estado monárquico: as Aulas Régias” (Cardoso, 2002, p. 273). No campo estrutural da cidade, a expulsão dos inicianos possibilitou o desaparecimento das linhas limítrofes de suas sesmarias, verdadeiras barreiras, que represavam a cidade, impedindo-a de expandir-se naturalmente e assim o Rio de Janeiro pode crescer. Os imóveis passaram à Coroa que, anos depois, resolveu leiloá-los, propiciando a centenas de famílias, que alugavam seus prédios ou arrendavam parte de seus terrenos, a aquisição das propriedades que ocupavam.

Por último, foi feito um panorama geral dos colégios pertencentes à Companhia de Jesus no período do século XVI, dando enfoque ao Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro, destacando a estrutura, localização, metodologia, cursos oferecidos, os serviços prestados e o público alvo. Tal parte teve como finalidade demonstrar que o colégio do Morro do Castelo não se restringiu apenas à função educativa, mas também desempenhou outros papéis, os quais acabaram por contribuir para o desenvolvimento da cidade. À unidade escolar estavam subordinadas às casas, às reduções, às fazendas, enfim, a todas as atividades dos Jesuítas da parte sul da colônia portuguesa. De acordo com Serafim Leite (2004, p.426), “o Colégio do Rio era parte integrante da vida cidadina, pois tinha caráter econômico, político e social na cidade”.

Por fim, enfatiza-se que a discussão do presente trabalho possibilita o entendimento da estreita relação existente entre a Companhia de Jesus, a Educação e a Formação da Cidade de São Sebastião no Período Colonial do Brasil e a importância desse entrelaçamento para o desenvolvimento sociocultural da cidade.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Dauril. **The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond 1540-1750**. California: Stanford University Press, 1996.

AMANTINO, Marcia; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ENGEMANN, Carlos (Org.). **A Companhia de Jesus na América Por Seus Colégios e Fazendas Aproximações entre Brasil e Argentina (século XVII)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

ANCHIETA, José de. **Carta trimestral de maio a agosto de 1556 pelo Ir. José Anchieta**. São Paulo de Piratininga, 1556.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

ARNAUT, César; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas (1539-1540). **Acta Scientiarum**. v. 24, n. 1, p. 103-113. Maringá, 2002.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Livro de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1968.

BURRIEZA SANCHEZ, Javier. **Jesuítas em Índias: Entre la utopia y el conflicto, trabajos y misiones de laCompañía de Jesús em la América Moderna**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007.

BRANCO, Mário Fernandes Correia. **Para a maior glória de Deus e serviço do Reino: As cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro**. Coleção Rio 4 Séculos. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

BERNARDES, Lysia M. C. **Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o início do Século XX**. In: **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

BERNARDES, Lysia M.C; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.

BETTINI, Rita Filomena Andrade Januário. **Companhia de Jesus, das origens ao ocaso: uma proposta de análise historiográfica**. **Revista HISTEDBR On-line**. n. 22, p.13-25. Campinas, jun. 2006.

BITTAR, M.; FERREIRA JÚNIOR, A. O estado da arte em história da educação colonial. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2005.

BRUST, Monique. Corpo Submisso, corpo produtivo: Os jesuítas e a doutrinação dos indígenas nos séculos XVI e XVII. **Revista Aulas**. n. 4, abril/julho de 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20II/4_19.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

CAMARGO, José. A contribuição dos cronistas coloniais e missionários para o conhecimento do território brasileiro. In: Mercator. **Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 1, n. 2, 2002.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CANTOS, Priscila Kelly. **A Educação na Companhia de Jesus**: Um estudo sobre os colégios jesuítas. Maringá, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa: 1750/1822. In: LINHARES, Maria Yedda L. (Org.) **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da Educação**: Fundamentos, Raízes Históricas e Prática das Aulas Régias do Rio de Janeiro 1759-1834. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2002.

_____. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANANOU, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARTA DO PADRE MANUEL DA NÓBREGA AO INFANTE D. HENRIQUE DE PORTUGAL; SÃO VICENTE, 1 DE JUNHO DE 1560. *apud* LEITE, Serafim (S. I.). *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. III. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1958, p.245.

CARVALHO, Roberta Lobão. **Crônica e História: A companhia de Jesus e a construção da história do maranhão (1968-1759)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. Utopia e realidade: Real colégio de Jesus da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro In: **A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. **Revista Politeia**. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/poitei/a/article/viewFile/224/242>>. Acesso 05 jan, 2018.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Célio Juvenal. Educação Jesuítica no Império Português do século XVI: O colégio e o Ratio Studiorum. In: José Maria de Paiva; Marisa Bittar; Paulo de Assunção. (Org.). **Educação, História e Cultura no Brasil Colônia.** 1. ed. São Paulo: Arké, 2007.

_____. A Companhia de Jesus: Racionalidade e civilização. In: **Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador.** Disponível em: <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa_redonda/art10.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2018.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A Educação no Brasil Colonial. In: NEVES, F., M.; RODRIGUES, E.; ROSSI, E. R. (Org.). **Fundamentos Históricos da Educação no Brasil.** Maringá: EDUEM, 2005.

COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja II.** São Paulo, Loyola, 2001.

CONSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS. **Normas Complementares.** São Paulo: Editora Loyola, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial.** 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

DORIA, Pedro. **1565. Enquanto o Brasil nascia: A aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2014.

FERNANDES, Eunícia. **A Companhia de Jesus na América.** Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2013.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. **A Comunicação na Pedagogia dos Jesuítas na Era Colonial.** Edições Loyola: São Paulo, 1980.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A colonização luso-jesuítica e a desconstrução da cultura ameríndia. **Revista Educação e Cidadania**, v. 5, 2006.

_____. **Os jesuítas na pesquisa educacional.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), p.15. 2007.

_____. **Educação Jesuítica no Mundo Colonial Ibérico (1549-1768).** v. 21, n. 78, dez. 2007.

_____. **Casas de bê-a-bá e colégios jesuíticos no Brasil do Século 16.** Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/531AmarilioJunior_e_MarisaBittar.p> Acesso em: 15 out. 2010.

_____. **O Estado da Arte em História da Educação Colonial.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267547259_O_ESTADO_DA_ARTE_EM_HISTORIA_DA_EDUCACAO_COLONIAL>. Acesso em: 5 jan. 2018.

FLECK, Eliane C. Deckmann; AMANTIN, Marcia. **Uma só Ordem Religiosa, Duas Coroas: Os Colégios da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e de Córdoba (Séculos XVI-XVIII).** FAPERJ, p.443, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51. ed. 10. Reimpressão. São Paulo: Global Editora, 2017.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História Cultural e História da Educação na América Portuguesa.** Rio de Janeiro: ANPED, 2003.

_____. História da educação no Brasil: Abordagens e tendências de pesquisa. **Revista de História.** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, s/a.

_____. Historiografia da Educação na América Portuguesa: Balanço e perspectivas. **Anais do II Congresso Mineiro de História da Educação em Minas Gerais.** Uberlândia: EDUFU, 2003.

_____. **Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa.** Belo Horizonte: Autentica, 2009.

_____. Historiografia da educação na América Portuguesa: Balanço e perspectivas. **Revista Lusófona de Educação,** 14, 111-124, p.112, 2009.

FRANCA, S. J. Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas (O “Ratio Studiorum”: Introdução e Tradução).** Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO, José Eduardo Franco. **O Mito dos Jesuítas: Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX).** Das Origens ao Marquês de Pombal. Vol. 1. Lisboa: Gradiva, 2006.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: Notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro, Século XVI e XVII. In: **Topoi.** Rio de Janeiro, 2000.

FRAGOSO, Hugo (Ofm). A era missionária (1686-1759). In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da igreja na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. O etnocentrismo na primeira evangelização do Brasil. **Convergência.** v. 25, n. 233, p.289-303, Rio de Janeiro, jun. 1990.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Educação e Civilização na Colônia (1549-1759). In: **Jesuítas, portugueses e espanhóis no Sul do Brasil e Paraguai coloniais**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.

FRIDMAN, F; MACEDO, L. V. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**. v. 1, n. 1, 2006.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei: uma História fundiária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

_____. São Sebastião do Rio de Janeiro Séculos XVI e XVII. In: _____ (Org.). **Cinco séculos de história e transformações urbanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

FURTADO, Deolinda Gonçalves. **Mestiços no século XVIII: Arte Reconhecida, Identidade Desconhecida**. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Joaquim Ferreira. **Para a História da Educação em Portugal: Seis estudos**. Porto: Porto Editora, 1995.

GONÇALVES, Nuno da Silva. A Rota Missionária do Ocidente: o início da atividade jesuítica no Brasil. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Barbosa & Xavier Ltda. 2003.

GOUVÊA, M. F. S.; FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (Séc. XVI-XVIII)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GULLA, Maria Madalena Sorato. **História e memória da fundação do colégio Santa Cruz de Maringá (1952)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. Educação jesuítica no Brasil colonial: um estudo baseado em teses e dissertações. In: PAIVA, José Maria de; BITTAR, Marisa; ASSUNÇÃO, Paulo de (Orgs.). **Educação, história e cultural no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007.

HADDOCK LOBO, Roberto Jorge (Org.). **Tombo das terras municipais que constituem parte do patrimônio da Ilustríssima Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Paula Brito, 1863.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HISTEDBR. **O Método Pedagógico dos Jesuítas**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_histedu/brcol012.htm>. Acesso em: 5 jan. 2018.

HOLLER, M.T. **Uma história de cantares de Sion na terra na terra dos brasis: A música na atuação dos Jesuítas na América portuguesa (1549-1759)**. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

INÁCIO DE LOYOLA, Santo. **Exercícios Espirituais**. São Paulo: Editora Loyola, 1985.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasilico ou chronica dos frades menores da província do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1859.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa & Rio de Janeiro. **Liv. Portugália & Civ. Brasileira**.t. I, IV e VI, 2004.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. In: SANTOS, César Augusto dos. (Org.). São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. In: PAIVA, José Maria de. **A Educação jesuítica no Brasil Colonial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.43.

_____. **História da educação e da pedagogia**. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 18. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1990.

_____. **História da Educação e da Pedagogia**. Editora Nacional: São Paulo, 1978.

MACIEL, Lizete Shizue; NETO, Shigunov. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino**. Educação e Pesquisa. v. 32, n. 3, p.465-476, São Paulo, set./dez. 2006

MADUREIRA S. J. J. M. **A liberdade dos índios. A Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados**. Rio de Janeiro, 1927.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

MARTINS, Maria Cristina Bohn; ANZAI, Leny Caselli. **Pescadores de almas: Jesuítas no Ocidente e Oriente**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MATTOS, L. A. **Primórdios da Educação no Brasil: O período heroico (1549-1570)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MENDONZA, C. A. L. Fontes para uma história da ciência na Argentina: problemas metodológicos. In: FIGERÔA, S. F. M. **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

MENDONÇA, Ana Waleska. **Os primórdios da Educação Jesuítica no Brasil: Um Diálogo com as Primeiras Cartas**. Rio de Janeiro: Forma & ação, 2010.

MENDONÇA, Ana Waleska; CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **A gênese de uma profissão fragmentada**. 2008.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.

MIRANDA, Margarida. RatioStudiorum: uma nova hierarquia de saberes. In: **Código Pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus**. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NAGEL, L. H. Educação Colonial: Escolástica ou burguesa? **Revista Educação em Questão**. jul/dez. 1996. p.24-38.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; CORDEIRO, Sonia V. Aparecida Lima. Instituições Escolares do Brasil Colonial e Imperial. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/>. Acesso em: 05 jan. 2018.

NAVARRO, Azpilcueta. **Cartas Avulsas 1550-1568**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

NAVEGANDO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_instituicoes.html>. Acesso em: 05 jan. 2018.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **O método pedagógico dos jesuítas - O Ratio Studiorum**: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil (1560)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

NOGUEIRA, Paulino. Vocabulário Indígena. Disponível em: <http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=33021&catid=433&Itemid=101-p.278>. Acesso em: 05 jan. 2018.

OLIVEIRA, Fabio Falcão. Educação Jesuítica; No século XVI: Alexandre de Gusmão e o Seminário de Belém da Cachoeira. Tese (Curso de Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

OLIVEIRA, Anderson dos Santos de; COSTA, Célio Juvenal. A companhia de Jesus no Brasil do século XVI: Atuação marcada pelo espírito reformista europeu e pela mentalidade mercantil portuguesa. **Seminário de Pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá, 2013.

O'MALLEY, John W. **Os primeiros Jesuítas**. São Leopoldo-RS; Bauru-SP: Editora Unisinos/Edusc, 2004.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. **O método de pesquisa histórica na enfermagem**. Florianópolis, p.576- 577, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

PAIVA, José Maria de. Igreja e Educação no Brasil Colonial. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol 1: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2011. p.77-92.

_____. **Colonização e Catequese: 1549-1600**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs). **500 anos da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PAIVA, J. M.; PUENTES, R. V. A proposta jesuítica de educação: Uma leitura das Constituições. **Comunicações**. Ano 7, n. 2, p. 101-118, nov. 2000.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. A cidade e o tempo: O Rio de Janeiro através dos séculos. **O Rio de Janeiro cinco séculos de História e Transformações**. 2015.

RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo. Brasil e ultramar hispânico, séculos VII e VIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento do. A Educação Jesuítica no Brasil Colônia. **Revista HISTEDBR On-Line**. V. 15, n. 61, 2015.

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Vida social nos séculos XVI e XVII**. In: RIHGB(288), jul/set 1970.

ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; AMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de**

História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, julho de 2009. Disponível em: <www.rbhcs.com>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SÁ, Mem de. Documentos relativos a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil. **Anais da Biblioteca Nacional**. V. 27, 1905. Disponível em: <http://obdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SANTOS, Fernanda. O Colégio da Bahia e o Projecto Educativo da Companhia de Jesus no Brasil Colonial. Anais do III Encontro Nacional do Gt História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. v. III, n. 9, Maringá, Jan/2011.

SANTOS, Breno Machado dos. Os Primeiros Jesuítas e o Trabalho Missionário no Brasil - Anais do I Colóquio Dos Lahes. Juiz de Fora. 13 a 16 de junho de 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

_____. Breves considerações sobre fontes para história da educação. In: **Revista HISTEDBR On-line**. n. especial, p.28-35, Campinas, 2006.

_____. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. I: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p.121-130.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, IX, “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2002.

SILVA, Márcia Regina da; BITTAR, Marisa; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Contribuição para o “estado da arte” das pesquisas em educação no período colonial. **Série Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande: UCDB, 2007.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História geral do Brasil. Maria Yedda Linhares (organizadora). 9. ed. 20. Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil Colonial: Representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. n. 34, jan. 2009.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**. n. 31, p.169-189, 2008. Curitiba: Editora UFPR.

STORIER DI PIERO, Iria Aparecida. *Ratio Studiorum, Educação e Ciência nos Séculos XVI e XVII: Matemática nos Colégios e na vida*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIMEP: Piracicaba, 2008

TALDIVO, Patrícia da Silva. **A atuação da Companhia de Jesus no Brasil Colônia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2014.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **Entre a cruz e a espada jesuíticas e América Portuguesa**. Dissertação (Curso de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

TEIXEIRA, Claudia Barbosa. **A influência do sentido religioso na formação da cidade do Rio de Janeiro: De Villegagnon ao Vice-Rei**. Niterói. 2009.

TOLEDO, C. A. A. de. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a Ratio Studiorum. **Encontro de Pesquisadores de Educação Jesuítica e Formação da Cultura Brasileira: 1549:1759**. Disponível em: <arnautcz@wnet.com.br>. Acesso em: 23 mai. 2001.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva. **Algumas considerações sobre o Ratio Studiorum e a organização da educação nos colégios jesuíticos**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VASCONCELOS, Simão de. Vida do Padre João de Almida. In: SILVA, J. N. de. **Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro, 1854.

VEIGA, C. G. História Política e História da Educação. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. (Orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p.13-48.

VERÍSSIMO, Nelson. Pedagogia da salvação segundo a Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano VII, n. 13/14, 2008.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WEHLING, Arno. A incorporação do Brasil ao mundo moderno. In: STEPHANANOU, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. V. 1: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2011.

WREGGE, Rachel Silveira. O Colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e suas Peculiaridades. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade**

e Educação no Brasil". João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 31 de julho a 03 de agosto de 2012.

_____. **A educação escolar jesuítica**: Uma leitura da obra de Serafim Leite "História da Companhia de Jesus no Brasil". Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

WRIGHT, Jonathan. **Os Jesuítas**: missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. **História da educação**: A escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

ZOTTI, Solange Aparecida. **A função social do ensino secundário no contexto de formação da sociedade capitalista**. Campinas, 2009.

_____. **A Educação Jesuítica no Projeto Colonial de Portugal no Brasil**. p.9, 2017. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_1048_solange.zotti@hotmail.com.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.